

REVISTA BRASILEIRA DE ISSN 1676-896

# RBSE SOCIOLOGIA DA EMOÇÃO

GRUPO DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA DA EMOÇÃO

RBSE

Volume 4 · Número 11 · Agosto de 2005

ISSN 1676-8965

RBSE ARTIGOS

Aqui é o reino da morte!

Luiz Achutti ..... pp. 133-138

Uma visão sobre a fotografia, as agências e os conflitos.

Matias Recart .....pp. 139-145

Humiliation and dignity: regional conflicts in the global village.

Evelyn Gerda Lindner .....pp. 146-171

Viver a cidade: um estudo sobre pertença e medos.

Mauro Guilherme Pinheiro Koury ...pp. 172-183

Oscar Lewis y su aporte al enfoque de las historias de vida

Jorge Lozano ..... pp. 184-198

The Presentation of Self in Electronic Life: Goffman on the Internet

Hugh Miller ..... pp. 199-209

Investigações sobre o Amor Materno: sobre significados, experiências, afetos e práticas corporais na maternidade. Algumas notas para pesquisa.

Roberta Bivar Carneiro Campos ... pp. 210-222

RBSE DOCUMENTOS

As leis Sociais. Esboço de uma Sociologia – Parte III

Gabriel Tarde ..... pp. 223-247

RBSE RESENHAS

A vida não é para principiantes.

Lúcio Alves de Barros ..... pp. 248-255

Colaboraram neste número .... pp. 256

# Expediente:

A RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção é uma publicação do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções. Tem por objetivo debater questões ligadas à subjetividade nas Ciências Sociais, sobretudo ao uso da categoria emoção.

## Editor

Mauro Guilherme Pinheiro Koury (GREM/UFPB)

## Conselho Editorial

|  |   |
|--|---|
|  | Jessé Freitas de Souza<br>(IUPERJ)                |
| Alain Caillé<br>(Université Paris X/M.A.U.S.S. - França) | Luiz Fernando D. Duarte<br>(UFRJ)                 |
| Alda Motta<br>(UFBA)                                     | Maria Arminda do Nascimento<br>(USP)              |
| Bela Feldman Bianco<br>(Unicamp)                         | Mariza Corrêa<br>(Unicamp)                        |
| Cornelia Eckert<br>(UFRGS)                               | Myriam Lyns de Barros<br>(UFRJ)                   |
| Danielle Rocha Pitta<br>(UFPE)                           | Regina Novaes<br>(UFRJ)                           |
| Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes<br>(UFC)              | Ruben George Oliven<br>(UFRGS)                    |
| Evelyn Lindner<br>(University of Oslo - Noruega)         | Thomas Scheff<br>(University of California - USA) |

Correspondência deve ser enviada para o seguinte endereço:

**GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e  
Sociologia das Emoções  
RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção  
Caixa Postal 5144 – CEP 58 051 – 970  
João Pessoa – Paraíba – Brasil**

E-Mail: grem@cchla.ufpb.br

RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção/Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia da Emoção da Universidade Federal da Paraíba, vol. 4, n. 11, agosto de 2005, João Pessoa: GREM, 2005.

Quadrimestral

ISSN 1676-8965

1. Antropologia das Emoções, 2. Sociologia das Emoções – Periódicos. I. Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções.

BC-UFPB  
CDU 301

A RBSE está licenciada sob uma **Licença Creative Commons**.

Copyright © 2002 GREM

Todos os direitos reservados.

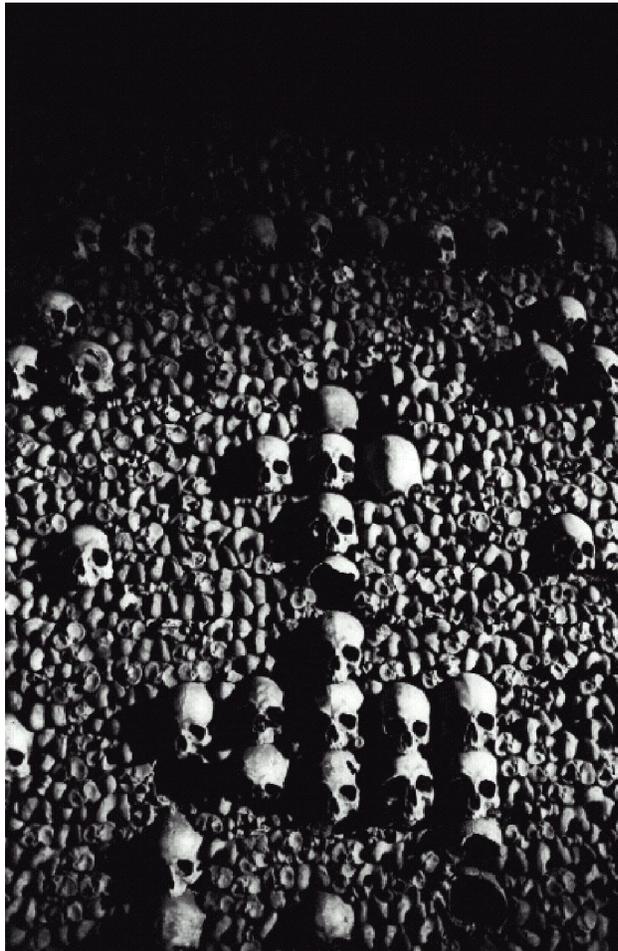
Os textos aqui publicados podem ser divulgados,  
desde que conste a devida referência bibliográfica.

O conteúdo dos artigos e resenhas  
é de inteira responsabilidade de seus autores.

ISSN 1676-8965  
RBSE 4 (10): 133-138  
Abril de 2005  
ARTIGO

## **Aqui é o império da morte!**

*Luiz Eduardo Achutti*



Em tempos de muitas mortes, mortes decorrentes de eventos visualmente espetaculares, em que não se pode ver

os mortos -seja porque foram pulverizados por brutais explosões, ou porque estão perdidos na distante paisagem montanhosa dos vários bombardeios cotidianos – há que se lembrar de outros mortos também sem visibilidade<sup>1</sup>.

Caminha-se um quilômetro e meio no subsolo de Paris, desde a entrada próxima a estação Denfert Rochereau, até encontrar este aviso sobre a passagem que leva às catacumbas: “Pare! Aqui é o império da morte”.

Os parisienses dizem, com certo orgulho, que o subsolo de Paris é como um queijo “gruyère”, sob a cidade-luz há vários caminhos escuros e esquecidos -que se justapõem aos conhecidos túneis do metrô- os esgotos, as vias de vigilância de prédios públicos, os quase 300 km de caminhos inúteis freqüentados, ilegalmente, pelos grupos de “neo-misérables”, e sabe-se lá o que mais.

Uma cidade muito antiga precisa de reformas de tempos em tempos. Os pequenos cemitérios do centro da cidade tiveram que ser removidos há uns 200 anos atrás. Esqueletos de seis milhões de parisienses não agraciados pela mídia, mas que ajudaram a fazer o nome desta cidade, foram transferidos, formando as catacumbas. Um administrador da época resolveu colocá-los de forma organizada, empilhados como lenha em calçada de padaria, e hoje os turistas pagam para visitar um verdadeiro labirinto feito de ossos e caveiras, as catacumbas de Paris.

O “passeio” não é dos mais agradáveis, deve-se descer muitas escadas, depois caminhar por corredores estreitos, úmidos e escuros, tendo uma curiosidade mórbida como estímulo. Mas, o pior de tudo, ao menos para os carecas ou semicarecas, é a quantidade de pingos gelados e de procedência duvidosa que vão aumentando a medida em que se vai cumprindo o percurso. Momento em que, a única solução é pensar sobre um possível aspecto positivo da coisa, pensar que talvez os pingos possam agir como uma espécie de tônico capilar.

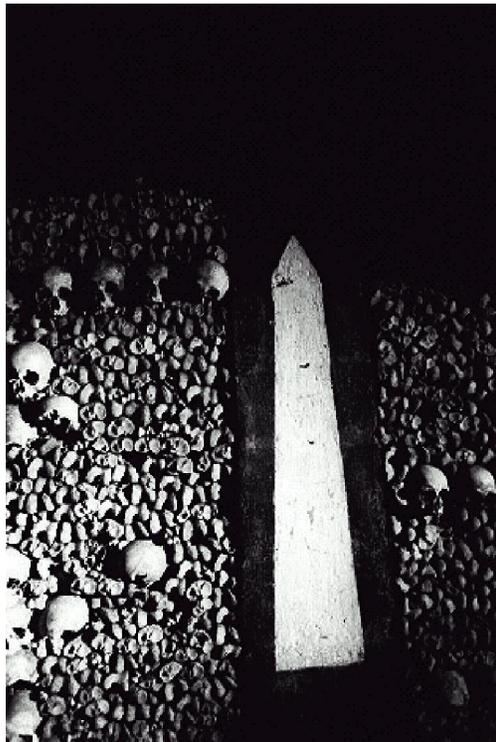
A luz é difícil, alguns pontos apenas, em meio ao ambiente escuro, situação de fotografias inevitavelmente contrastadas para os fotógrafos que professam a não utilização do flash e do tripé. Ao chegar na grande galeria, o sentimento é de constrangimento e reverência, verdadeiro teste para os ateus convictos que se encontram diante da materialização do que restou da vida –mortos anônimos– lamenta-se a falta de seis milhões de biografias. Os esteios

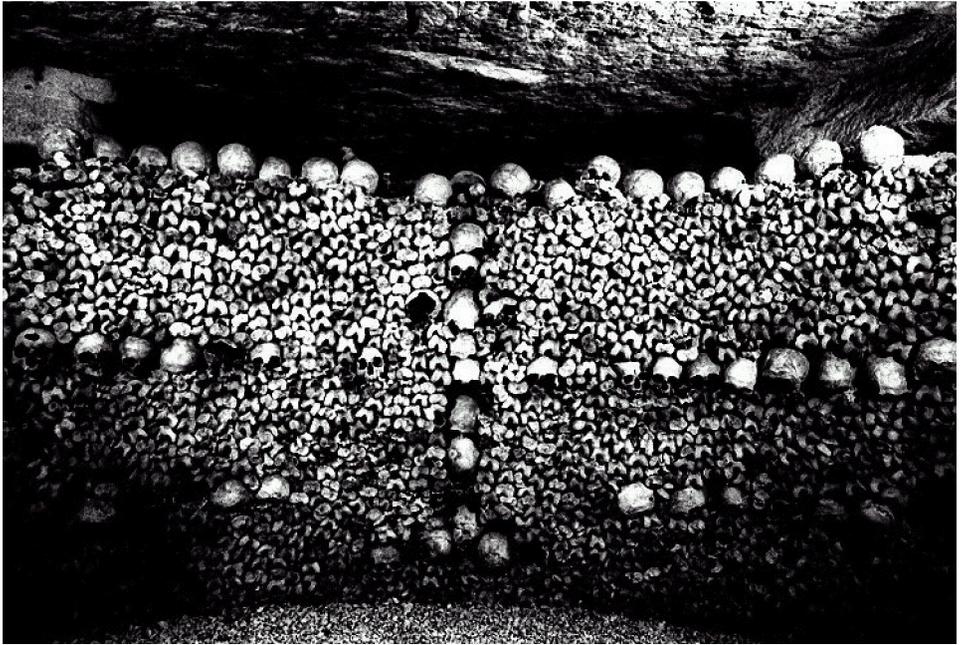
---

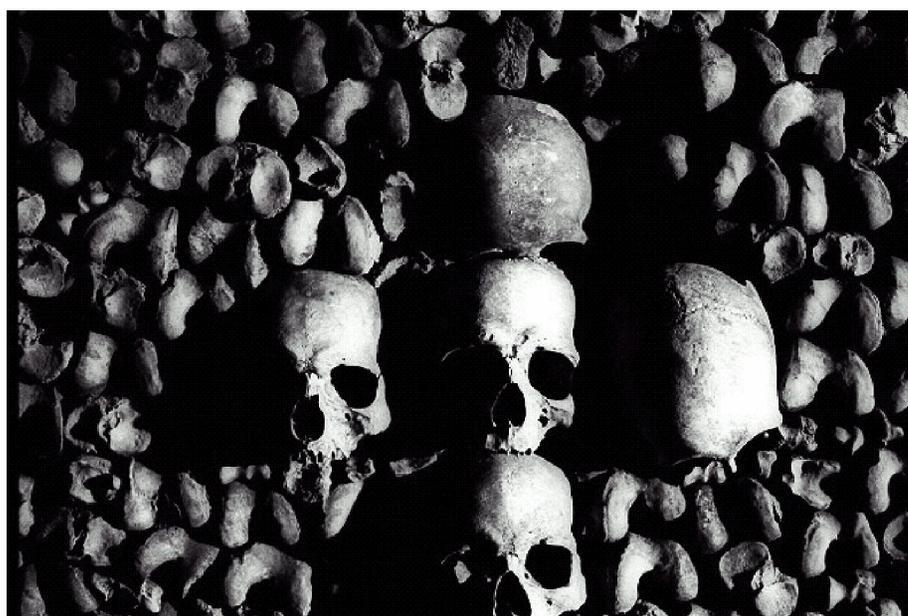
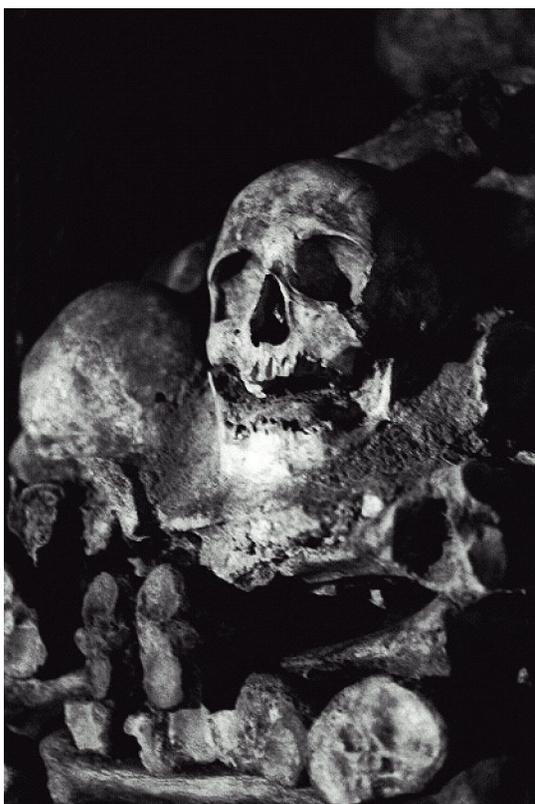
<sup>1</sup> Este texto foi escrito enquanto eu ainda morava em Paris, um pouco depois do evento das torres gêmeas, durante a perseguição a Bin Laden.

são apenas uma Nikon, três lentes e o velho Tri-X puxado para 1600 ISO.

Volto aliviado ao calor da luz do sol lembrando que ainda devo visitar o famoso cemitério Père Lachaise, onde estão enterradas os mortos ilustres. Dizem que é um cemitério riquíssimo, repleto de obras de grandes arquitetos e escultores. Mas preferi começar pelas catacumbas, depósito dos anônimos parisienses de antigamente. Penso que eles foram também importantes, porque se somadas as suas pequenas biografias, empenhos e sonhos passados, se poderia recriar uma grande parte do que é Paris hoje.







**Resumo:** Fotógrafo conta sua visita ao reino subterrâneo de seis milhões de parisienses.

**Palavras-chave:** Paris, fotografia, subterrâneos.

**Abstract:** Photographer account his visit into the six millions parisiens underground kingdom.

**Keywords:** Paris, photograph, underground.

ISSN 1676-8965  
RBSE 4 (10): 139-145  
Abril de 2005  
ARTIGO

## **UMA VISÃO SOBRE A FOTOGRAFIA, AS AGÊNCIAS E OS CONFLITOS.**

*Matias Recart*

Guerras, injustiças, triunfos, derrotas e sonhos levam milhares de fotógrafos de diferentes camadas sociais e culturas ao redor do mundo, a retratar a realidade de nosso século de diferentes pontos de vista, para contar uma história escrita com luz.

Quero começar com pequenas entrevistas feitas por um fotógrafo argentino a um grupo de fotógrafos de diferentes nacionalidades que se dedicam a cobrir as notícias mais relevantes em diferentes regiões do mundo. Essas pequenas entrevistas de caráter pessoal foram feitas em Perpignan, na França, em 1995, e todas têm um denominador comum: a ética do fotógrafo.

Ed Kashi (EE.UU.), 37 anos. "Não estive em muitas situações como essa que você coloca, já que meu trabalho não é a notícia de cada dia. Eu faço coisas a longo prazo, e por isso não sofro as mesmas pressões que outros fotógrafos de agência que devem responder às necessidades editoriais de cada momento. Em meu trabalho, o que trato é de conseguir a confiança das pessoas a fotografar e trato de tomar fotos como se não estivesse ali. Em situações muito difíceis como as que vivem os curdos, é importante não usar as pessoas. Nesse caso, eles viram os jornalistas do ocidente como pessoas que vinham ajudar e permitiram que conhecessem seus problemas".

*"Eu não fui ninguém especial, apenas mais um entre todos os jornalistas que ajudaram. Eu sei muito bem que há uma grande diferença, porque em algum momento eu volto para casa e*

*eles ficam ali. Enquanto estou com eles, sua agenda é minha agenda, não levo em conta se estou de acordo ou não, isso não é o mais importante; o importante é o que acontece como documento".*

*"Como repórter fotográfico eu me considero um fotógrafo que trabalha para a história e não um fotógrafo do cotidiano. É nessa perspectiva que eu encaro os trabalhos a longo prazo".*

*"É importante não usar as pessoas, mas creio que devemos saber por elas. Certa vez eu estava na Califórnia fotografando um ato público dos Skinheads. O lugar estava cercado por um numeroso grupo de liberais que protestavam contra o ato e, em determinado momento irrompeu um grupo da Klu Klux Klan, atravessando a multidão de liberais que os agrediam com palavras e de fato. Todos os fotógrafos correram para documentar o momento e eu também, mas me detive antes de chegar, pois ficou evidente para mim que eles estavam provocando um escândalo para mostrar como os maus liberais agrediam os "pobrezinhos" da KKK. O que eles tratavam era de usar os fotógrafos. Eu não fotografei. Por que? Porque não estava ali para isso".*

Awad Awad (Palestina). Esse palestino nascido em Jerusalém se define como fotógrafo documentarista, que existe para mostrar o que acontece, e sobretudo o sofrimento das pessoas. Em uma situação difícil tratará de ajudar, mas se existir alguém mais que possa ajudar, ele prefere tirar fotos.

Certa vez, em uma manifestação de um grupo fundamentalista, um soldado, israelita se perdeu enquanto guiava seu carro particular e se encontrou com os manifestantes na Faixa de Gaza. Seu automóvel foi atacado com facas e paus e o soldado saiu ferido, Awad estava presente e nada mais fez além de fotografar, mas está convencido de que sua presença no local foi a salvação do

soldado, especialmente depois que este lhe telefonou, alguns dias depois, para agradecer: "obrigado, se você não estivesse ali, eles teriam me matado; estou vivo graças às suas fotos ou à sua presença".

Manoocher (Irã) Nascido no Líbano, viveu em diferentes lugares como El Salvador, Cairo e Jerusalém e prefere, como quase todos os fotógrafos, ajudar e fotografar. "O que me fez escolher a profissão de repórter fotográfico foi a possibilidade de intervir em situações, momentos e lugares onde outras pessoas não podem estar".

*"Minha intenção é tratar de transformar alguma coisa. As atitudes éticas mudaram um pouco e a imprensa também mudou, ao estar inserida em uma sociedade de consumo, também mudou. Creio que é necessário que o fotógrafo ajude. Minha experiência na Guerra do Golfo é o que me permite dizer isso, pois observei, em minhas incursões pelo território iraniano, que muitos xiitas fugiam, tratando de chegar a um lugar seguro. Eram pessoas desesperadas, tremendamente afetadas pelo medo e a fome, crianças sozinhas que perambulavam sem saber aonde ir ou o que comer."*

*"Durante três dias entrei e saí, trabalhando mais como motorista que como fotógrafo; transporteí muita gente nesses dias em que ainda não haviam chegado os caminhões das Nações Unidas. Também fotografei, pois trabalho para uma agência internacional e não podia deixar passar nenhum dia sem enviar fotos, mas me sinto bem dizendo que meu principal trabalho nesse momento foi o de transportar as pessoas que realmente necessitavam".*

Reza (Irã) "Existem muitas respostas. Em princípio e para definir minha profissão, creio que há três pontos fundamentais:

- 1) Sou o embaixador de milhões de olhos que não podem estar ali. Eles estão em primeiro lugar e levo essa responsabilidade sobre meus ombros.
- 2) Quando for o único que pode ajudar, o fotógrafo deve fazê-lo.
- 3) Não ter medo. Se estiver assustado, não vá a esses lugares.

*"Nas Filipinas, quando caiu Marcos, o palácio estava rodeado por pessoas que festejavam e que romperam as portas e entraram. Eu fui um dos primeiros a entrar. A multidão estava descontrolada. Ao entrar no salão vejo um homem que estava sendo agredido. Eu me interpus entre o sujeito e os manifestantes e recordo claramente a sensação que tive ao sentir suas mãos aterrorizadas que tremiam ao abraçar minhas pernas. Não sei como a coisa funcionou. Talvez a confusão que se criou na multidão, talvez a intervenção de um fotógrafo, não sei bem, mas atravessei cinquenta metros de uma fila dupla de manifestantes que me abriam passagem e observavam, até que divisei um sacerdote a quem entreguei o homem. Creio que o salvei de uma morte certa".*

Estas pequenas entrevistas nos fazem refletir sobre dois pontos que creio que todos nós, fotógrafos, deveríamos ter muito claro: a ética e o por que e para quem fotografamos.

A fotografia documentário se caracteriza por colocar em seu centro o ser humano e seu habitat. Creio que a primeira coisa que temos que entender é que nosso trabalho mostra culturas ou momentos históricos em diferentes partes do mundo e diferentes contextos, e portanto temos que trabalhar para as pessoas que compõem nossa sociedade, independente da camada social ou cultura a que pertençam. Nossa dívida é com eles, com os que fazem possível, de alguma forma, que a fotografia exista, ou seja, com o leitor. É fundamental dar uma continuidade ao nosso trabalho

fotográfico. Creio que, assim como os cineastas, nós somos, de certa forma, o espelho deste século.

Documentar povos não é só fazer uma coleção de imagens, é preciso tratar de entender as culturas de diferentes partes do mundo, para assim poder plasmar uma verdadeira história. É preciso tratar de ser o mais objetivo possível. Creio que todos, como indivíduos, temos histórias pessoais a contar e nosso trabalho envolve recopilar essas histórias e dá-las a conhecer.

O trabalho de agência, por outro lado, trata de informar diretamente ao público. Por isso, a fotografia desse tipo chega a ser, em alguns casos, muito óbvia. O seu primeiro propósito é jornalístico, pretende contar um fato em uma só imagem e, em alguns casos, em pequenas séries. Pressionados pelo relógio e pelas exigências editoriais, os fotógrafos de agência têm que produzir quotidianamente fotografias de fácil leitura. Nem por isso seu trabalho é fácil, pois trabalhar contra o relógio, ter que processar milhares de imagens em suas mentes e tomar decisões em segundos, para logo correr às suas agências à tempo de poder entrar nos jornais de todas as partes do mundo, às vezes chega a ser um feito quase heróico, sobretudo porque, em muitos casos, não se conta com toda a infra-estrutura necessária, como linhas telefônicas, por exemplo.

Nestes tempos em que a tecnologia invade a vida quotidiana de milhares de pessoas e a informação, mais do que nunca, aproximou o mundo, trazendo-nos as notícias no momento em que os fatos sucedem, assistimos a uma transformação na ética do fotógrafo. Com o surgimento da fotografia digital e do conceito do homem multimídia, o fotógrafo, e principalmente o fotógrafo de agência foi se convertendo em um operário de imagens. Creio que devemos lutar contra isso, pois se o trabalho de agência deve aproveitar a tecnologia, também é preciso ter muito cuidado para não chegar ao ponto em que a tecnologia nos utilize.

A verdadeira riqueza está em aprofundar nosso trabalho, seja na fotografia documentário ou na de agência. Partindo da idéia de que a fotografia é uma arte de intenções, não podemos permanecer em esquemas

preestabelecidos, temos que assumir o risco de fazer novas propostas visuais através de nosso trabalho fotográfico. Não se trata apenas de imagens em si mesmas, é preciso retratar odores, ruídos e sensações e é nesse ponto que muitas vezes nos esquecemos da razão de ser de nosso trabalho como fotógrafos.

Em fotografia há duas condições básicas para se chegar a um trabalho completo: pensar nas condições objetivas e nas subjetivas. A condição objetiva é a de que estamos falando, é saber que retratamos parte da história do século e que isso tem uma finalidade muito importante: a de dar-nos a conhecer entre os seres humanos, a de saber que nossa verdade não é a única, que há centenas de verdades e que todas são igualmente válidas, já que tudo passa pelas diferentes realidades de cada indivíduo. A condição subjetiva é a que deixa uma marca em seu trabalho particular, é onde começam a existir diferentes pontos de vista. Cada um teve diferentes experiências na vida e, portanto, a realidade vai ser diferente quando é fotografada por um ou outro fotógrafo. O fato de escolher uma foto ou outra, além de contar a história, implica em como cada um vê a vida, em como enfrentamos a fotografia e reflete nossa visão de mundo. É obvio que vamos ter diferentes pontos de vista nessas condições subjetivas e creio que todas ou muitas serão válidas. O importante, na hora de fotografar ou editar fotos e ser muito honesto, seja com as retratadas, com as que verão o trabalho e consigo mesmo.

A obra pessoal de um fotógrafo implica na auto-alimentação do espírito. É fundamental não terminar sendo um funcionário da imagem. A sobrevivência espiritual e intelectual de cada fotógrafo é fundamental para o seguimento dos trabalhos propostos. Assim como nosso trabalho é o de recopilar as milhares de histórias que cada indivíduo tem e saber que elas juntas compõem a memória coletiva de um povo, também é preciso ter claro que nós, como integrantes de uma sociedade, também somos parte dessa memória coletiva, e portanto estamos inseridos na realidade de cada povo a que pertencemos e ao qual fotografamos.

É preciso ter muito claros os princípios universais de ética ao realizarmos nossos trabalhos e temos que aprender a utilizar a tecnologia a nosso favor. Assim como aproveitamos publicações em jornais, revistas, livros, ou espaços em galerias, também temos que nos mover através do espaço cibernético. Essa nova forma de difundir a fotografia não deve amedrontar-nos. Temos que combinar todos os meios possíveis de difusão da fotografia e, em especial, da fotografia latino-americana.

**Resumo:** O ensaio discute o papel profissional e social do fotógrafo e da fotografia na sociedade contemporânea. Enfatiza os princípios universais da ética e o sentido social da fotografia na composição de uma memória coletiva de um povo, onde a fotografia e o fotógrafo também fazem parte desta história e memória social.

**Palavras-chave:** Fotografia, Ética Profissional, Memória Coletiva.

**Abstract:** This article argues the photographer's professional and social space and the photograph in the contemporary society. It emphasizes the universal principles of ethics and the photograph's social to compose a people's collective memory, which photograph and photographer are part of this history and social memory as well.

**Keywords:** Photograph, Professional Ethics, Collective Memory.

ISSN 1676-8965  
RBSE 4 (10): 146-171  
Abril de 2005  
ARTIGO

## **Humiliation or Dignity: Regional Conflicts in the Global Village**

*Evelin Gerda Lindner*

### **Humiliation: the force that creates rifts**

This paper attempts to convey conclusions drawn from four years of social psychological research<sup>2</sup>, combined with more than twenty years of therapeutic experience. From 1984-1987 I was a psychological counsellor at the American University in Cairo, and from 1987-1991 I had my own private practice. I offered counselling in English, French, German, Norwegian, and, after some years, also in Egyptian-Arabic. My clients came from diverse cultural backgrounds, many from the expatriate community in Cairo, such as Americans, Europeans, Scandinavians, Palestinians, and citizens of other African countries, as well as from the local community, both Western-oriented, and traditionally-oriented Egyptians. Part of my work was culture-counselling, meaning that foreign companies working in Egypt asked me for my support in understanding Egyptian culture, Arab culture, and Islam. Before coming to Egypt, from 1974-1984, I studied and worked in New Zealand, China, Thailand, Malaysia,

---

<sup>2</sup> During my research I carried out 216 qualitative interviews, addressing Somalia, Rwanda and Burundi and their history of genocidal killings. Trust was built and authentic encounters were sought, inscribed in non-humiliating relationships that safeguarded everybody's dignity. The interlocutors were invited to become "co-researchers" in a reflective dialogue with the researcher, involving not only the interviewee and the researcher but also various scholars whose ideas were introduced into the dialogue.

Israel, West Africa, USA, Germany, and Norway, as a student of both psychology and of medicine.

Already as a schoolgirl I was interested in the world's cultures and languages and I eventually learned to handle around 12 languages, among them the key languages of the world. My aim was to become part of other cultures, not 'visit' 'them'. I wanted to develop a gut feeling about how people in different cultures define life and death, conflict and peace, love and hate, and how they look at 'others'.

More than 25 years of learning how to be a global citizen have taught me that human beings are less divided and different than believed by people who are residents in one country and visit others as tourists, for business, diplomacy, or fieldwork. As long as you visit others, or live in expatriate ghettos, you stay outside. Yet, there is a growing number of people, who, like me, are currently developing a global or at least multi-local identity and become citizens of the world. For me it was often a painful process. Renouncing old yearnings and beliefs, and building a global identity not only theoretically, but also in practice, is hard. It is like building a ship while at sea.

I was aided, however, by my growing intuition that basically all human beings yearn for recognition and respect. The withdrawal or denial of recognition and respect is experienced as humiliation. Humiliation, I think, is the strongest force that creates rifts between people and breaks down relationships (Lindner, 2002). Thus the desire for recognition unites us human beings. This desire is universal and can serve as a platform for contact and cooperation. Many of the rifts that we can observe stem from a universal phenomenon, namely the humiliation that is felt when recognition and respect is lacking. I do not believe that ethnic, religious, or cultural differences create rifts by themselves. On the contrary, diversity can be a source of

mutual enrichment. However, diversity is enriching only as long as it is embedded within relationships that are characterised by respect. When respect and recognition are failing, those who feel victimised are prone to highlight differences. They do this in order to justify rifts that were caused by humiliation.

I began developing this intuition already when I started working as a clinical psychologist in Germany (1980-1984) with individuals and families. My experience indicated that humiliation is of crucial importance in human relations, both as act and as experience (cf. Vogel & Lazare, 1990).

What is experienced as humiliation? What happens when people feel humiliated? When is humiliation established as a feeling? What does humiliation lead to? Which experiences of justice, honour, dignity, respect and self-respect are connected with the feeling of being humiliated? How is humiliation perceived and responded to in different cultures? What role does humiliation play in aggression? What can be done to overcome the violent effects of humiliation? Where can I observe cases of humiliation? If humiliation played a role after World War I for Germany, is humiliation just as relevant in more recent cases of war and genocide, such as Rwanda, Somalia, Cambodia, and so on?

Humiliation means the enforced lowering of a person or group, a process of subjugation that damages or strips away their pride, honour or dignity. To be humiliated is to be placed, against your will and often in a deeply hurtful way, in a situation that is greatly inferior to what you feel you should expect. Humiliation entails demeaning treatment that transgresses established expectations. It may involve acts of force, including violent force. At its heart is the idea of pinning down, putting down or holding to the ground. Indeed, one of the defining characteristics of humiliation as a process is that the victim is forced into passivity, acted upon,

made helpless. However, the role of the victim is not necessarily always unambiguous. A victim may feel humiliated in the absence of any deliberately humiliating act: as a result of misunderstandings, or as a result of personal and cultural differences concerning norms about what respectful treatment ought to entail. A 'victim' may even invent a story of humiliation in order to manoeuvre another party into the role of a loathsome perpetrator.

People react in different ways to being treated in humiliating ways. Some just become depressed, some get openly angry, and others hide their anger and plan revenge. The person who plans for revenge may become the leader of a movement.

Furthermore, a perpetrator might want to commit humiliation but not succeed, and a benefactor might humiliate while trying to do good. A third party might observe victims who do not see themselves as such, or fail to see victims in cases where they do exist. Finally, humiliation may be sought instead of despised<sup>3</sup>

### **Globalisation**

Every news programme in the world's television channels starts with a turning globe. People all over the world are constantly kept aware of the fact that we are all inhabitants of planet earth. None of our ancestors had this view. We have become aware of the fact that we live in a global village. This awareness is moving the frontiers that used to run between groups.

---

<sup>3</sup> There is a large body of literature that addresses the notion of humiliation as part of shame, or trauma, or aggression. However, there exists only a very limited amount on the notion of humiliation as differentiated from other concepts. Among this literature is Margalit (1996), Miller (1993); Scheff (1990); Steinberg (1991), and Volkan (1997), as well as special issues on humiliation by two journals, the Journal of Primary Prevention in 1991, and in 1997 the journal Social Research.

Human beings have a tendency to differentiate in-groups (us) from out-groups (them). The idea of the global village changes relations between us and them, for example between us Americans and you Europeans, Russians, or Chinese. The term global village indicates that a unifying process is taking place; one single large unit is formed of several smaller, formerly separated units. The rifts that used to separate us from them are affected by globalisation and its unifying force.

When we make a distinction between us and them, we are creating moral boundaries (cf. Optow, 1995). 'Individuals or groups within our moral boundaries are seen as deserving of the same fair, moral treatment as we deserve. Individuals or groups outside these boundaries are seen as undeserving of this same treatment,' (Coleman, 2000, p. 118).

A whole wealth of social-psychological research relates to the phenomenon of in- and out-group categorisations. The famous Robbers' Cave experiment by Muzafer Sherif (1988) involved boys in a summer camp: The boys were split into two groups engaging in competitive activities with conflicting goals (for example, zero sum games such as football). Hostility between these groups evolved astonishingly fast and almost automatically. Experiments by Tzeng & Jackson (1994) confirm the same dynamics also for adults. This is not a matter of conflicting goals. For example, schoolboys were entirely arbitrarily assigned to two groups and asked to allocate money to others; they favoured their in-group even under such minimal circumstances.

All these experiments feed into Social Identity theory, which is a hotly discussed field. Why is the in-group favoured? A Somali nomad would explain to the social psychologists that in a dangerous environment it would be suicidal to not be part of a strong in-group for protection. Many Somalis owe their lives to clan-affiliation; when fleeing,

they can count on clan-members they never met before for help wherever they stray. However, many would also admit, that the opposite is also true, namely that overly rigid in-group demarcations perpetuate the very danger they aim to protect against.

This becomes clear at points of transition: Muusa Bihi Cabdi, a former Somali and Somaliland military leader whom I interviewed, professed that his heart was pounding when he flew to Addis Ababa for peace negotiations for the first time. He described how his whole body 'expected' that the Ethiopians would kill him upon arrival. Instead, they offered him tea! He could not believe it. If his fear had taken over, he would have missed the experience that fault lines are perhaps not as eternal as his body told him; they are movable. And globalisation is a strong moving force for such fault lines; globalisation currently creates one large unit from many smaller ones.

Admittedly, the creation of larger units is not new; big empires have been formed from smaller units in the course of human history. But today there is one element that is profoundly new and makes this a historic turning point. It is the fact that humankind is in the process of understanding that the planet earth is limited, and not expandable. In the past, empires were held together by strong centres and their counter position to the rest of the world, a world that for ages had no clear limits in the minds of its inhabitants. But now the global village

is held together by an increasing awareness of the minuteness of the globe and its interdependence. 'We may have all come on different ships, but we're in the same boat now', Martin Luther King said, and this describes the current state of the world. If one country starts a nuclear war with it's neighbour, the whole planet is at risk. The idea that we all are in the same boat, makes us one single in-group. All

concepts, ideas, and feelings that put others into out-groups lose validity and are increasingly outdated.

Clearly, the planet was never anything else but precisely this small planet in a vast universe. It is not the planet that has changed. What is new, however, is that humankind has understood this. Humankind was aided by a long tradition of tool-making that ultimately lead to astronauts being able to take pictures from space, to airplanes shrinking distances between the continents, and communication technology making networks such as the Internet possible. All this is part of what we call globalisation, and we could label it as being the benign part of it. We can imagine a global village with its populace happily living together, not having other 'villages' to worry about anymore, in other words, no out-groups anymore. However, there is a question, and the question is, how will this global village be structured? Will there be lesser beings, 'slaves' and underlings at the bottom of the global village's pyramid of power, and an elite ruling from the top? Today, the global champions of the world are the United States. Will they and their allies rule and the others be second class underlings? Or will the human rights message be heard that calls for 'egalisation' in addition to globalisation?

### **Egalisation**

I use the word egalisation as opposed to creating hierarchies that lead to feelings of humiliation. Egalisation refers to a process that results in equal dignity, equal chances and enabling environments for all. The term egalisation is meant to avoid claiming that everybody should become equal and that there should be no differences between people. Egalisation is intended to rather highlight equal dignity, even in the face of a functional hierarchy. For example: the pilot of a plane is making the decisions in the air and not the passengers, that is functional hierarchy. But

the passengers are treated as welcome guests. Equality can coexist with functional hierarchy that regards all participants as possessing equal dignity; equality cannot coexist, though, with hierarchy that defines some people as lesser beings.

In one vision of the future of the global village, some people are less and others more valuable. In a second vision, all people deserve the same respect and equal chances.

Since both visions are sometimes extremely close to each other, magnifying glasses are necessary to find out where a person or group is standing. The pilot of the plane is the boss in the air, and it is difficult to find out whether he thinks that the passengers are lesser beings as compared to him, or equal in dignity and worth. It is only the way in which he gives orders and the framing of his words that gives away his vision. It is precisely therefore that the actions of the world's top-dogs are currently so scrutinised, particularly by those of lesser resources.

Every person who at present inhabits the globe is categorised according to her power rank within the world order and how she deals with this. A travelling American, European, Japanese politician or business man, as well as local elites, are scrutinised with this magnifying glass by the rest. People want to know: Are these elites planning to dominate the global village, or their region? Will they treat the rest arrogantly as lesser beings or not? Are these people taking the human rights ideals they claim they believe in seriously? Are they humble? Or are they throwing their weight around? Do they include us in a common decision making process? Or are they trying to exploit us for their own gain? Do we really get the enabling environment that human rights promise us? Or are these promises merely hypocritical?

According to my view, the broad majority of the inhabitants of the non-Western parts of the planet would like

to participate in the quality of life the West offers. The disadvantaged cannot but yearn for it, while many local elites overindulge in the West's luxury goods. Human rights are ideals that represent an invitation. They state that everybody is entitled to quality of life, to a dignified life. The disadvantaged of the world feel indeed invited. However, they fear that the invitation is not serious. And they feel humiliated by what they think is hypocrisy. Confronted with such accusations, elites, on the other side, feel as humiliated. They feel humiliated by the lack of thankfulness and recognition they perceive for the benevolent and generous leadership they either indeed provide, or see themselves as providing.

### **The two visions for the *global village***

Frontiers that divided the world in several villages may be removed so as to form one unified global village with equal dignity for all citizens. This is one vision of the future global village. In other words, the global village could be a place where everybody enjoys equal dignity regardless of race, gender, religion, colour, material wealth and other status markers. As pointed out above, the crucial point would not so much be equality, but equal dignity and dignifying living conditions to all, something that would subsequently also further equality. This vision of a global village is represented by the human rights vision.

The other vision of the global village describes a society divided in hierarchical layers. It becomes a place of exploitation, where masters take advantage of lesser beings and assign lesser value to underlings. Formerly independent cultures existing side by side, would then be transformed into a world where the rich trump the rest. This vision resembles those social structures in human history within which rulers believed that gods had instated them and given them the

right to dominate the rest. That rest would then be deemed as of lesser value. Status would not merely signify that some people are more recognised than others. It would be made essential: every human being would be assigned a higher or lesser amount of human value according to his or her status level in the pyramid of power.

These two visions are at the core of current global and local processes. The present formation of the global village is characterised by many transitions that illustrate this. For example, words such as enemies, wars, and soldiers, as well as words such as they and us, are words stemming from times when several villages inhabited the globe. These words lose their anchoring as soon as people conceive of the globe as one single village. Then we are in one boat, there are no imperial enemies anymore threatening from outside because there is no outside anymore. Likewise there is no they anymore because there is only one single us. That is, the word enemy that signifies people threatening us from outside loses its function together with the disappearance of the outside, as do words such as wars and soldiers. The only sentence that fits the reality of a village, including the global village, would be, We are all neighbours; some of us are good neighbours, some are bad neighbours, and in order to safeguard social peace we need police [not anymore soldiers to defend against enemies in wars]. This sentence fits, because a village usually comprises good and bad neighbours, while enemies traditionally have their place outside of the village's boundaries, as have soldiers and wars. And a village enjoys peace when all inhabitants get along without resorting to violence; polarisations into friends on one side and enemies on the other are not helpful for long-term peace, because they indicate that bad neighbours actually are not only bad but outsiders.

In the course of the past months we witnessed a historic transition, away from the word enemy to the word

terrorist, a transition that illuminates how language adapts to new realities. Terrorists are inner enemies. They represent the very bad neighbour, the specific subgroup within the category labelled enemy that can occur inside. We witness the disappearance of enemies in the sense of people attacking from outside. A global village can by definition not have enemies in the traditional sense; it can only harbour inner enemies or terrorists. And to safeguard social peace within the global village police is essential, such as peace keepers and peace enforcers. What is obsolete is the traditional soldier who left home to reap national and personal glory, fame, and triumph. Or, when traditional Rwandan aristocratic warriors sat together in the evenings – and I got vivid descriptions of this – they chanted their “names of glory”; central to a warrior’s glory was the number of enemies he had killed. A modern member of a peace keeping force would be reprimanded if he or she boasted in the same way of having caused the death of human beings.

However, in daily life we still observe that words such as enemies, war, they, and us are used widely. The question arises: why and by whom? Are people who use such words merely sluggish in adapting their vocabulary to new realities? In other words, are inexperienced at best, or fools at worst? Or, do those who use such words want to signal something very significant, namely that they would indeed like to split the global village in us and them? Not anymore in a horizontal way between villages as before, but in a vertical way, in hierarchical levels of those up and those down?

At the core of these questions is therefore the issue of globalisation and egalisation. Human rights indicate that globalisation should be combined with egalisation. But old Realpolitik indicates that a pyramid of power could be implemented in the global village. Two very different scenarios are thus possible, one that combines globalisation with egalisation and another that does not.

In the first case national interest would include concern for the well-being of all humankind, in the second case national interest would mean defending or conquering the master's throne, or at least a position as high up as possible in the global village's pyramid of power. In the first case leaders who needed to protect their people against terror, would perceive the security and well-being of their people as being embedded in the security and well-being of humankind. Such leaders would put the emphasis on fighting for, namely for global cohesion. In contrast, in the second case, the term protecting my people would mean exclusion, fighting against, namely against enemies, whose evil motivations would be seen as stemming from nothing but their evil nature. Humiliation would be felt by all potential underlings at any attempt by top-dogs to realise the vision of a global village as an exploitative pyramid of power. Humiliation would likewise be felt by top-dogs when discovering that their leadership is not unequivocally welcome.

### **Globalisation without Egalisation?**

What do the two visions for the future of the global village entail? Whoever fancies the first vision of a hierarchical global village where top-dogs exploit underdogs, may want to try to become a top-dog. There will be top-dogs at the very global level: the members of a world superpower elite; there will also be top-dogs at the regional or local level, in a local hierarchy. Local hierarchies would serve as mandarins for the global top-dog, and help keep the global hierarchy in place. This was the traditional strategy in empires; rulers associated themselves with intermediary classes of aids. These aids would have an own interest in keeping this order because they also profited from exploiting their underlings. Often these aids were formerly independent local lords who at some point in history were subjugated by a stronger centralising force.

The global village would in this case comprise local tyrants who ally themselves to a global ruler in order to exploit the rest. The global superpower would support those tyrants, and vice versa, and regional conflicts would be manipulated and fanned in this spirit.

Humiliation would be present everywhere in such a context. Underlings would be systematically humiliated; this would be seen as necessary strategy to maintain the system. Many underlings would feel humiliated, while rulers would emphasise their benevolence and feel humiliated by lack of reverence. However, even more importantly, humiliation would be employed for the age-old power-keeping strategy of 'divide and rule'. 'Divide and rule' is a strategy that works best when the fear of humiliation is used as active agent. The strategy is used by a third party that wants to rule and pitches two other parties at each others' throats by telling each of them that the other is about to humiliate them. The third party reaps the victory after the two others have weakened each other. Like in the following example.

Zbigniew Brzezinski, President Jimmy Carter's National Security Adviser, describes such a 'divide and rule' strategy. The Soviet Union was decisively weakened by being 'aided' into fearing humiliation from the Mujahadeen in Afghanistan. The former director of the CIA, Robert Gates (1996), states in his memoirs that American intelligence services began to aid the Mujahadeen six months before the Soviet intervention, contrary to the official version that the Soviet intervention preceded US involvement. Zbigniew Brzezinski is asked in an interview by the *Le Nouvel Observateur* (1998) whether he regrets to have lured the Soviet Union into a trap by helping the Mujahadeen in Afghanistan. Brzezinski responds, 'Regret what? That secret operation was an excellent idea. It had the effect of drawing the Russians into the Afghan trap and you want me to regret it? The day that the Soviets officially crossed the border, I

wrote to President Carter. We now have the opportunity of giving to the USSR its Vietnam War. Indeed, for almost 10 years, Moscow had to carry on a war unsupportable by the government, a conflict that brought about the demoralization and finally the break-up of the Soviet empire' (Le Nouvel Observateur, 1998, p. 1). Brzezinski is then asked, "And neither do you regret having supported the Islamic fundamentalism, having given arms and advice to future terrorists?" He replies, 'What is most important to the history of the world? The Taliban or the collapse of the Soviet empire? Some stirred-up Moslems or the liberation of Central Europe and the end of the cold war?' (p. 1). Thus, Moslems and Soviets were set up against each other in order to destroy each other and provide the third party, the United States, with the victory. The Mujahadeen believed they had to avert cultural, religious, and national humiliation by the Soviet Union who, however, was rather drawn in because of the US involvement; Afghanistan was used as a ram bock without being aware of it. The Soviet Union was lured because their Cold War enemy, the United States, were hiding behind a battleground that was so insignificant that nuclear might was inapplicable and at the same time so difficult that conventional warfare was ineffective, thus indeed bringing about Vietnam-like demoralisation. The United States triumphed.

Many people in the United States are deeply committed to human rights ideals and put their weight behind them; after all, the American declaration of independence is part of the historical foundation of human rights ideals. Thus, American triumph entails the potential to further the triumph of human rights. In contrast, a global village built as hierarchical pyramid of power would have to endure humiliation in a multitude of ways.

## **Human rights ideals and humiliation**

Conversely, whoever works for the vision of human rights ruling the global village, will react in profoundly different ways. Such persons and groups will try to empower people so as to create a world of equal chances and enabling environments for all. Local or global tyrants will be regarded as illegitimate and criticised. Currently this is the reigning vision for the world, at least from the official point of view of the world's current elites in the West and many human rights advocating individuals and organisations around the world. Human rights have gained the status of moral correctness that is expressed in a certain 'gut feeling' that has emerged worldwide during the past two centuries. It is the gut feeling that it is wrong when masters treat other humans as lesser beings.

It is not more than about 250 years ago that humankind started its shift from a hierarchical view on human beings' dignity to a non-hierarchical concept. South Africa commenced this process of transition even more recently; still some white South Africans believe in white supremacy today. They feel humiliated by accusations that they are cruel and heartless people; they point at the fact that black South Africans had a much better life than their black brothers and sisters in the rest of Africa. In other words, their gut feeling does not link a sense of injustice to white supremacy; on the contrary, they experience themselves as benevolent patrons.

However, public discourse is currently not dominated by such vocabulary; on the contrary, buzzwords reign such as peace, stability, freedom, democracy, empowerment, and so forth. The problem with this language, however, is that each of these words has potentially two meanings, one meaning within the context of the first vision of the global village, and another meaning within the concept of the second vision. These buzzwords can be understood by

tyrants as calls for securing their grip on their underlings, they may want the freedom for their interest groups to hijack a pseudo-democratic system so as to provide stability, peace, and empowerment to precisely their constituency. Human rights advocates, on the other hand, understand the very same buzzwords as calls to extend the promises they entail to all humankind, and not only to some elites. In short, words are treacherous, what counts are deeds; only deeds show the actual scope of justice such words are aimed at.

Feelings of humiliation emerge in the hotbed of this struggle between two visions of the global village and its sub-units. Underlings feel humiliated by oppressors, yet, even more by people who lie to them and raise hopes that they then do not fulfil. The West is at present in such a position. The West broadcasts the message of human rights while being perceived as maintaining the opposite reality on the ground. Human rights are like an invitation to the disadvantaged around the world to join the West – after all, all humans are equal – yet, when the poor suitors from far-flung countries want to move in and get ‘married’ to the rich, they are thrown out. Boats filled with people who seek the promise of ‘equality’ are turned back, negotiators who try to reach fair global rules and regulations, are blocked.

However, not only underlings feel humiliated, also the rich and powerful feel humiliated. Many in the rich West are fervently working for human rights and feel deeply humiliated by suspicions doubting their motives. They feel that their efforts are ridiculed, minimised, devalued, humiliated. During my fieldwork in Africa I carried out more than a hundred interviews with Western representatives in humanitarian organisations. Many had entered into this life with very high ideals and felt deeply hurt, misunderstood and humiliated when being accused that they merely wanted the fun and excitement of their work and abuse others’ suffering

for their own gains. Some had descended into cynicism and disillusionment and seemed to even feel ashamed of ever having had ideals. They felt squeezed between superiors who sometimes did not live the ideals they officially stood for and recipients of aid who did not truly appreciate their efforts. Maren (1997) describes similar dynamics.

However, there is also another group. It includes those who focus primarily on their efforts to alleviate the situation and tend to be blind to injustices they indeed may cause. Coleman (2000) describes the propensity of the powerful to be blind with respect to the feelings of humiliation they cause in underlings and that very well may reach boiling points. This 'humiliated fury' (Scheff 1997, p.11) may accumulate in those with lesser power, a humiliated fury that very well may explode, especially when there is 'nothing to lose' anymore, when a human life may not count much anymore, even not one's own.

Regional conflicts are but mirrors of the larger picture. Human rights ideals intensify feelings of humiliation, because any deprivation or inequality that was legitimate before – as God's will or nature's order – is now illegitimate. It is important to realise that these heightened feelings of humiliation have profound effects on people. Those who preach human rights better become more aware that they intensify feelings of humiliation – what I would call the 'nuclear bomb of feelings' – when they overlook the fact that reality does not follow ideals. Feelings of humiliation emerging around the world can therefore, ironical as it may sound, be interpreted as a success of human rights teachings, because feelings of humiliation are sharpened particularly in contexts where ideals are created that do not correspond to reality. In short, when ideals arrive and reality does not follow, there is a problem.

## **Humiliation and humility**

One may discuss the reasons for why human rights were able to permeate the minds and souls of so many people around the world. Human rights give a voice to those at the bottom of the pyramid of power and to their advocates. Insofar they are nothing new. Human history has always seen revolts by underlings who yearned for a better life. What is special with human rights is that they do not only preach the 'death of the king', but also the 'death of oppressive hierarchy' altogether. Formerly, underlings used to topple elites only to replace them and keep hierarchy in place. Rhetoric of equality would be maintained by revolutionaries and 'freedom fighters' only until they had grabbed the rulers' seats. This was then the end of equality. This may even be the 'natural' course of revolutions if nothing else intervenes. Even the Russian revolution ended this way.

However, this course is hampered nowadays by globalisation, or better, by technology that makes such hypocrisy difficult to carry out. The same technology that contributed to the process of globalisation, the technology of mobility and communication, has brought people closer to each other. It shrank distances on the globe and became the vehicle for a continuous revolution. For example: a group of Afghan women went out with cameras hidden under their burkhas; they took pictures and published them on the Internet. American women and human rights advocates became aware of this site. They forged a coalition and contributed with their resources.

The underlings around the world should be lifted up, on one side, and masters learn humility on the other. To use traffic as a metaphor: there should be traffic lights that give the right to pass to large and small vehicles alike. Former underlings with their small vehicles should be encouraged to pass when the light is green, they should not be humiliated

by being told that they are not worth being let through. On the other side, masters should be taught to respect red lights and not regard them as humiliation. In other words, also those with large vehicles have to stop when the light turns red, in a new spirit of humility, and wait like everybody else. This learning process is important for everybody, it cross-cuts many other fault lines.

To give an example, although many Somalis perceive themselves as victims, many among them have still to learn humility. Somalia has never been a proper part of any empire that deserved the name, probably because Somali nomads are known to be proud, stubborn, unruly and fickle. Their pastoral democracy (Lewis, 1961) was built on equality, but it did not provide a strong hierarchical ranking order that a conqueror could easily use for his own goals. In other words, Somalis are difficult to humiliate; they are too proud. Somalis are proud – for example, of the fact that they did not bow to colonisation in the same way as others did in Africa. Yet, there is a dark side to that, namely that some Somalis may not always know enough about the humility that is necessary for effective cooperation. Local warlord-ism, for example, undermines attempts to build functioning ‘traffic rules’ that protect every citizen. Afghanistan is another example; many mountainous or scarce regions preserved a degree of pristine pride that made them difficult to subjugate for former empires. However, this also makes them difficult to integrate into a new world system where humility is important. Resisting humiliation is not everything, learning humility is equally important.

### **Reactive devaluation and the task for a third party**

One aspect of this humility could be to accept help. People, who live in regions of protracted conflict and are caught in continuous cycles of violence, are not necessarily at their best with regard to balanced thinking and rational

protection of their own interest. In-group and out-group differentiations alone lead to serious biases in perception and judgment. This is compounded by the continuous stress of violent and armed confrontations, and finally by the burning intensity of feelings of humiliation. Barriers to conflict resolution will become insurmountable merely because of psychological limitations suffered by the involved parties. Ross & Ward (1995) worked intensively on such barriers, for example on reactive devaluation (Ross, 1995). Reactive devaluation means that any proposition for compromise that is put forward by an adversary is rejected, regardless of its contents; while the own group's arguments are regarded by its members with sympathy, just because they come from the own group. Common ground that could serve as a platform for a solution of the conflict is systematically underestimated under such circumstances and possible betterments of the situation not grasped.

Parents may observe this in their children when they have a fight. Children may appear to be quite calm and grown up at times, however, under pressure, in a fight, they may regress and act suddenly very childlike. Apt parents recognise this and help their children out without belittling them. Cooling strategies will restore a more adult posture in children. Yet, not only children need such help; also adults may benefit from it at times. And this is where the third party has to step in.

The first task for third parties would be to extend empathy, compassion and understanding to all members of all sub-groups and forge alliances between the moderates on all side. The characteristic of moderates is that they are more capable of rising above the level of opposing sub-groups and perceive all members as part of a larger in-group. One example for a moderate is Nelson Mandela. He succeeded in transforming his feelings of humiliation after 27 years of

prison, into a constructive contribution to social and societal change. He distanced himself from his own urge for revenge.

This inner distancing from the urge for revenge is a sign of personal strength and great maturity. It is this very maturation that the world has to bring about in all people who are caught up in feelings of humiliation and drawn towards violent retaliating acts, if it wants to become a global village with an intact social fabric that is the precondition for mental health. Third parties are needed to bring about this distancing step. Third parties, or bystanders, as described by Staub (1989), are in fact all mature and moderate forces in the global community of human beings. They should become active and facilitate constructive social change towards a global village based on human rights. Extremists are those who are most caught in humiliation, both as feelings and retaliating acts, and they deepen the rifts of hatred instead of healing humiliation.

Moderates of all camps and third parties have to curb extremism and invite their representatives back into the camp of moderation, of patient change, and of long-term solutions. Mature, moderate, responsible people are called upon to invite young, intelligent people to follow the example of a Nelson Mandela, and not follow promoters of terror who at some point have translated empathy with suffering into an urge to retaliate with violence.

### **Moderation in daily life**

How could a reader of this journal, for example a worker in an area of armed conflict, meet a situation in which moderation is indicated? And how could he or she accomplish that in practice? During my time in Egypt I frequently witnessed the following scene: An accident happens in the street in the middle of overcrowded Cairo. The two male drivers get out of their cars and look angrily at the damage. They build up anger and subsequently shout and jump at

each others necks: they scream, they pull each other at their cloths, they even hit each other. Around this scene, in the street, in coffee houses, in shops, people's attention is caught. The expressions on people's faces change and very fast reach a common expression of seriousness, of urgency, and of respect and involvement. About ten to twenty men, preferably young and strong ones, slowly leave whatever they just did and come to the place of the scene. They separate in two groups of about five to ten men each. Each group of ten men assumes responsibility for one of the opponents. Each opponent is held back and talked to by his 'party'. He is held back sufficiently so that he cannot really hit and hurt is opponent any more, but he is on the other hand not held back too much, so that he still can shout and scream and make brief attack trials. (Therefore it needs strong men as actors, since a man in rage can be quite overwhelming.) At the same time each opponent is talked to in a very special manner. His 'facilitators' speak calmly and with a high degree of respect to him. They show him that they are fully aware of the urgency of any situation which forces a man to go out of his way in such a dramatic manner. They try to understand the nature of the conflict. This can take up various amounts of time dependent on the nature of the conflict; longer time in more complicated cases than a car accident. The 'facilitators' propose various compromises designed to resolve the conflict. At the same time they don't overestimate the rational side of the conflict, they constantly grant respect to the fact that the opponents are psychologically overburdened by the conflict. After about ten to fifteen minutes the opponents' rage loses thrust; they agree on a compromise in cases where this is appropriate. If necessary some facilitators promise to act as witnesses and/or enforcers of the compromises. The conflict is over; the opponents leave; the facilitators go back to their previous occupation; as much as they stayed calm during the conflict,

they do not find it necessary to be excited over it afterwards; calming conflicts is but routine.

This story shows that moderation may at times be best provided by third parties who are not involved in the conflict and who are committed to safeguarding social cohesion in a respectful manner and without humiliating any participant. The involved opponents' feelings may often be too hot to be moderate, at least during conflict peaks. A Mandela is all too often missing. The example shows furthermore that an overpowering force of moderates may be needed, something like a ratio of twenty to two, twenty 'moderates' to two angry opponents. Yet, sometimes even a twenty-to-two ratio may not even be sufficient, especially when opponents were allowed to become extremist leaders of political movements. Armed conflicts are usually embedded within an angry atmosphere of 'we' have to stand united against the 'enemy,' 'we' have to protect ourselves, and if you do not agree with 'us,' you are our 'enemy.' This sentence would be interpreted by extremists as saying, 'we' have to eliminate the 'enemy.' In contrast, a moderate would say, 'we' protect ourselves best by working towards a larger 'we' in a constructive manner so as to include those we call 'enemies' today. Both interpretations usually compete, whereby the 'hotter' interpretation promises fast redemption for painful feelings and therefore has a direct appeal, while moderation is much more difficult to 'sell' and therefore needs the twenty-to-two support to gain weight and credibility.

Workers, who wish to promote moderation in a situation that has been taken over by extremists and their polarizing language, have to build positions in the spirit of the twenty-to-two ratio. This means gathering as many allies as possible from the global third party, the international community. Together they can give weight to moderate positions, help to diminish extremist language, and forge

alliances of moderates across all opposing camps. The coming into being of the global village facilitates this process, since it becomes increasingly apparent that social fires, wherever they burn, may inflame the whole global village. Local workers could also start collecting and broadcasting all moderate proverbs, traditions, and ancient wisdoms that the opponents' own cultures provide.

And finally, promoting moderation means continuously emphasising the children's future, a future that usually none of any warring party wishes to be bloody and violent.

## References

- Coleman, Peter T. (2000). Power And Conflict. In Deutsch, Morton & Coleman, Peter T. (Eds.), *The Handbook Of Conflict Resolution: Theory And Practice*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Le Nouvel Observateur (1998). The CIA's Intervention In Afghanistan. Interview With Zbigniew Brzezinski, President Jimmy Carter's National Security Adviser. Paris: Le Nouvel Observateur, Paris, 15-21 January 1998
- Lewis, Ioan M. (1961). *A Pastoral Democracy: A Study Of Pastoralism And Politics Among The Northern Somali Of The Horn Of Africa*. Oxford: Oxford University Press.
- Lindner, Evelin Gerda (2002). Women And Terrorism: The Lessons Of Humiliation. In *RBSE - Revista Brasileira De Sociologia Da Emoção*, V. 1, N. 1, Pp.77 A 94, [Http://Www.Rb Se.Rg3.Net](http://www.Rb Se.Rg3.Net)
- Maren, Michael (1997). *The Road To Hell: The Ravaging Effects Of Foreign Aid And International Charity*. New York: Free Press.
- Margalit, Avishai (1996). *The Decent Society*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Miller, William Ian (1993). *Humiliation And Other Essays On Honor, Social Discomfort, And Violence*. Ithaca: Cornell University Press.
- Optow, Susan (1995). Drawing The Line: Social Categorization, Moral Exclusion, And The Scope Of Justice. In Bunker, B. B. & Rubin, Jeffrey Z. (Eds.), *Cooperation, Conflict, And Justice: Essays Inspired By The Work Of Morton Deutsch*. New York: Russell Sage Foundation.
- Ross, Lee D. (1995). Reactive Devaluation In Negotiation And Conflict Resolution. In Arrow, K., Mnookin, R., Ross, Lee D., Tversky, A., & Wilson, R. (Eds.), *Barriers To The Negotiated Resolution Of Conflict*. New York: Norton.
- Ross, Lee D. & Ward, Andrew (1995). Psychological Barriers To Dispute Resolution. In *Advances In Social Psychology*, 27

Scheff, Thomas J. (1990). *Bloody Revenge: Emotions, Nationalism And War*. Chicago, IL: University Of Chicago Press.

Sherif, Muzafer, Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., Sherif, Carolyn W., & Campbell, D. (1988). *The Robbers' Cave Experiment: Intergroup Conflict And Cooperation*. Middletown, CT: Wesleyan University Press.

Staub, Ervin (1989). *The Roots Of Evil: The Origins Of Genocide And Other Group Violence*. Cambridge: Cambridge University Press.

Steinberg, Blema S. (1991). Psychoanalytic Concepts In International Politics. The Role Of Shame And Humiliation. In *International Review Of Psycho Analysis*, 18 (1)6585.

Tzeng, Oliver C. S. & Jackson, Jay W. (1994). Effects Of Contact, Conflict, And Social Identity On Interethnic Group Hostilities. In *International Journal Of Intercultural Relations*, 18 (2), 259-276.

Vogel, W. & Lazare, Aaron (1990). The Unforgivable Humiliation: A Dilemma In Couples' Treatment. In *Contemporary Family Therapy*, 12 (2), 139-151.

Volkan, Vamik D. (1997). *Bloodlines: From Ethnic Pride To Ethnic Terrorism*. New York: Farrar, Straus And Giroux.

**Resumo:** Os conflitos regionais são freqüentemente tratados como se colocados em um vácuo, independentes de seu ambiente. Este trabalho tenta pôr conflitos regionais na perspectiva de um mundo globalizado. Sugere-se que os sentimentos da humilhação jogam um papel central neste processo. Os ideais dos direitos humanos estendem a dignidade a todo a espécie humana e proibem-na de humilhar povos como menores. Os ideais dos direitos humanos definem assim objetivos elevados e criam conseqüentemente sentimentos intensos de humilhação quando violados. Cada conflito local é inscrito no debate global a respeito de como a vila global olhará o futuro: os direitos humanos reinarão, ou as elites manterão seus subordinados em uma posição humilhante? As expressões centrais deste discurso são debatidas neste artigo, tal como o 'proteger meu povo', 'liberdade', 'paz', 'estabilidade', assim como 'guerra', 'inimigos', 'amigos', 'terroristas', 'soldados' e 'polícia'.

**Palavras-chave:** equalização, globalização, direitos humanos, humilhação, desvalorização reativa, conflito regional.

**Abstract:** Often regional conflicts are treated as if they are placed in a vacuum, independent of their environment. This paper attempts to put regional conflict regions into the perspective of a globalising world. It is suggested that feelings of humiliation play a central role in this process. Human rights ideals extend dignity to all humankind and prohibit humiliating people as lesser beings. Human rights ideals thus define high goals and consequently create intense feelings of humiliation when violated. Every local conflict is inscribed into the global debate as to how the global village will look like in the future: will human rights reign, or will elites keep underlings in a humiliating position? Expressions that are central to this discourse are discussed in this paper, such as 'protecting my people', 'freedom', 'peace', 'stability', as well as 'war', 'enemies', 'friends', 'terrorists', 'soldiers', and 'police'.

**Keywords:** egalisation, globalization, human rights, humiliation, reactive devaluation, regional conflict.



## **Viver a cidade: um estudo sobre pertença e medos\*.**

*Mauro Guilherme Pinheiro Koury*

Este artigo busca levantar alguns dados sobre a formação da estrutura social e geográfica da cidade de João Pessoa para entender os modos como as diversas realidades compostas pelos bairros da capital se inter-relacionam. Será feito o resgate do processo de crescimento urbano da cidade até a sua atual conformação, como forma de abarcar o processo formativo e os caminhos que levaram para a atual composição da capital nos seus diferentes campos.

O município de João Pessoa possui hoje um total 597.934 habitantes (IBGE, 2000). Este conjunto populacional encontra-se dividido em diversos bairros que constituem a rede urbana municipal. Estes bairros, por sua vez, são alvos de ampliação ou recortes profundos, provocados quer pela expansão da cidade, quer pelos *conglomerados subnormais*<sup>4</sup> que insistem ainda em permanecer<sup>5</sup> ou que surgem espontaneamente, às vezes intercalando-se em uma única área de um único bairro, outras vezes diluindo-se entre fronteiras formais de vários bairros, muitas vezes modificando a carta geográfica do município com a intercalação e reconhecimento formal de novos bairros na capital pela Câmara de Vereadores.

Estes diversos recortes, seja como bairros formais, como conglomerados subnormais, ou na mescla dos dois,

---

\* Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento no GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia da Emoção, intitulada *Medos Corriqueiros* (KOURY, 2002).

<sup>4</sup> Seguindo a nomenclatura utilizada pela Secretaria de Planejamento Municipal.

<sup>5</sup> Em lutas pela permanência no espaço habitado.

reproduzem características sócio-econômicas diversas e, ao mesmo tempo, diferentes formas de olhar e viver a cidade ligada às maneiras e intenções diferenciadas de inserção na urbe de seus habitantes.

Em outras palavras, João Pessoa hoje é formada por um conjunto diferenciado de moradores que vivem a cidade de forma distinta e às vezes até antagônicas. Uma vez que esta possui moradores provenientes de variadas localidades, de perfis sócio-econômicos, aspirações e estilos de vida diversos e, por isso, possuidores de diferentes experiências de vida.

### **Pequena história da cidade**

Historicamente João Pessoa já nasceu cidade desde sua fundação em 1585, e foi estruturada espacial e socialmente pelas quatro ordens religiosas que lá se instalaram, dentro da orientação econômica e política típica da colonização portuguesa do século XVI. Comum as demais cidades criadas no período colonial, João Pessoa foi construída no topo de uma colina com vistas e acesso fácil para o rio Sanhauá, e tinha por objetivo principal a defesa da costa e o controle político e social local. Segundo Batista (1989, p. 19), na parte fronteira ao rio, no pé da colina, ficava o antigo Porto do Capim e a cidade baixa, o Varadouro, onde as atividades comerciais se processavam. Na parte alta funcionavam as atividades administrativas e religiosas, bem como a maior parte das habitações residenciais. Durante o período de sua formação até meados do século XIX a cidade de João Pessoa tinha como principal produto econômico o açúcar, passando depois pelo ciclo do algodão.

Durante o período de sua criação até a atualidade recebeu vários nomes, - Filipéia, Frederica, Parahyba, - e, desde os anos trinta do século passado, João Pessoa, em homenagem a um político ilustre da terra assassinado.

As notas históricas breves aqui presentes sobre a cidade de João Pessoa se baseiam em vasta literatura. Entre os vários autores que trataram o processo histórico de construção e evolução urbana da cidade cito como referências, entre outros, Batista, (1989); Aquino, (1988);

Leal, (1989); Menezes, (1985); Pinto, (1977); Aguiar, (1992) e Rodriguez (1994). Este trabalho, contudo, não se destina a estudar a fundo a origem histórica da cidade, mas entender como e quando se deram o processo de evolução urbana e a conformação recente da cidade.

Até a segunda metade do século XIX a cidade de João Pessoa viveu um ritmo lento de crescimento e evolução, trazendo em si características de uma cidade rural (SILVA, 1997; MAIA, 2000). No princípio do século XIX, segundo Rodriguez & Droulers (1981, p. 16), a sua população girava ainda em torno de 3000 habitantes. Com a cultura algodoeira a cidade inicia um despertar de crescimento e passa por processos de reforma urbanística e de estilos de vida.

Entre 1850 até o final da década de dez do século XX se processam várias e significativas mudanças na estruturação urbana da cidade, com melhoria sanitária, modernização dos transportes, iluminação pública, eletricidade e abastecimento de água, ordenamento e disciplinamento das ruas, construção e melhoramento dos espaços públicos como praças e parques. Embora a cidade ainda ficasse circunscrita ao seu velho formato de cidade alta e baixa. Em 1910, porém, já não havia o cingir tão delimitado dos espaços ocupados e das atividades nela desempenhadas como até então, embora ainda presa às atividades comerciais, a cidade baixa, o Varadouro, já possuía residências fixas, normalmente o andar de cima dos edifícios, em um total de 50 sobrados, onde moravam o comerciante e seus familiares, além de 463 casas de palha (JARDIM, 1910, p. 90).

A cidade alta, por sua vez, continuava como tradicionalmente, zona residencial e de atividades religiosas e administrativas, embora possuísse um total equivalente a 454 prédios de moradia, destas 44 sobrados e 410 casas de palha, fora os edifícios públicos e particulares (JARDIM, 1910, p. 90). A maior parte dos moradores ainda moravam em chácaras e granjas dando um ar rural à cidade, ainda construída em largos espaços vazios entre as moradias dispersas entre os três grandes bairros da época: Trincheiras e Tambiá na parte alta da cidade e o Varadouro, na parte baixa (MAIA, 2000).

A década de 1920, porém, representa o período onde o maquiamento urbano na face rural da cidade foi mais marcante, dando os rumos da expansão e modernização dos espaços urbanos nela presente. É a época, também, onde se inicia a preocupação com o ideário do progresso e a expansão do parque industrial e a diversificação das atividades comerciais locais, partidos políticos, imprensa escrita e agremiações literárias, entre outras (BARRETO, 1996).

A cidade de João Pessoa, a partir das "*primeiras décadas do século XX, passa a ser mais espaçosa no Centro, com jardins, praças e coretos, para onde fluíam as pessoas a fim de se encontrarem e se divertirem, saindo então das casas e das igrejas*" (SILVA, 1997, p. 174). O que Silva quer alertar pode ser assinalado em dois pontos. O primeiro é a separação do estado republicano nascente da igreja, dando início à ordem laica, mudando o estilo de vida e as organizações espaciais da cidade, até então sob rígido controle religioso. O segundo, alerta para a ocupação do espaço público pela população, antes restrita ao interior das residências a população começa a frequentar as ruas, as praças, os coretos, como forma de não só fazer política ou comércio, mas também se divertirem e encontrarem amigos.

A cidade começa a ser conquistada pela sua população. Conquista que se dá, principalmente entre os considerados cidadãos, os de maior poder aquisitivo ou da classe média emergente, já que os espaços públicos como praças, parques e coretos eram cercados e disciplinados para entradas.

As ruas passavam a ser, também, controladas pelo poder público, não só na limpeza, embelezamento e ordenamento espacial e abertura e ampliação de novas ruas, avenidas e bulevares e calçamento das já existentes, mas também no controle do homem comum pobre, disciplinando o acesso ao uso dos espaços e costumes até então vigentes dentro de uma legislação severa, no que diz respeito à questão do trabalho e vida na urbe (KOURY, 1986).

## **O eu e os outros no processo de constituição da cidade**

Neste processo procurou-se proteger a cidade dos pobres, e junto com a melhoria do espaço urbano construíam-se códigos disciplinadores e a criação de asilos, orfanatos e prisões para que o "*lixo da cidade*" - como os segmentos menos favorecidos da população foi chamado em editorial pelo jornal *União* de 30 de maio de 1898, - fosse contido ou, pelo menos, camuflado. A modernização do espaço urbano e do estilo de vida da cidade também se fez sob o signo do medo do outro e da busca de controle social e societal.

Ao lado do disciplinamento das ruas e dos homens pobres e do embelezamento da cidade, se dá o deslocamento das residências das famílias mais abastadas para fora do perímetro central da capital, vindo se estabelecer em bairros como Tambiá e Trincheiras. A tendência de expansão da cidade se fez no sentido leste e sul, tendo o bairro de Varadouro, na parte baixa da cidade, iniciado o seu processo de decadência e ruína, como ainda hoje se vê.

A concepção arquitetônica e urbanística colonial começa a ser modificada e as ruas a serem alargadas e prolongadas. As vias de circulação são ampliadas e as casas começam a adquirir novos formatos, ficando mais arejadas e abertas e diferenciando-se do estilo colonial até então em uso, de construções fechadas e escuras e com pouca circulação de ar (BATISTA, 1989). Avenidas foram abertas, direcionando a expansão da cidade, como a Avenida João Machado, ainda na década de dez do século passado, e a Avenida Epitácio Pessoa e a Maximiliano de Figueiredo, entre os anos de 1916 a 24<sup>6</sup>. O que deu à cidade a concepção urbanística por onde se desenvolveria posteriormente.

Entre o final da década de dez e as décadas de vinte a cinqüenta do século XX, entre outras obras, foi fundado o Parque Sólon de Lucena e urbanizada a Lagoa, bem como o Parque Arruda Câmara, o Ponto Cem Réis, e várias praças. Foram realizados, também, melhoramentos no esgotamento sanitário e a ampliação dos serviços de saúde pública, e o

---

<sup>6</sup> O calçamento, pavimentação e abertura da Avenida Epitácio Pessoa ao trânsito, porém, só seria efetuada no início da década de 1930.

transporte coletivo passa a ser feito por lotações de massa. Houve melhora ainda no sistema de distribuição de energia elétrica e a construção de uma adutora, - a adutora das Marés, - regularizando a distribuição de água na cidade.

Entre os anos de 1950 e 1964 foram edificados grandes conjuntos habitacionais nos bairros de Expedicionários e Jaguaribe, bem como nos bairros do Centro, Torre e Tambiá. O prolongamento da Avenida Dom Pedro II e a abertura da Avenida Cruz das Armas possibilitou o desenvolvimento da cidade na direção sul e sudeste (FERRAZ & DUAYER, 1985 e MAIA, 2000).

O calçamento das Avenidas Epitácio Pessoa em 1954 e Beira Mar, em 1956, facilitou a locomoção da população para a orla marítima. Neste cenário, as áreas que compreendiam os arredores da extensa avenida que ligava a cidade até a praia, tornaram-se muito valorizadas. Durante o correr dos anos de 1960 residências de alto luxo começaram a ser construídas ao longo de toda a Avenida Epitácio Pessoa, porém, como informa Silva (1997, p. 181), já nos anos de 1970 a população de maior poder econômico da cidade começou a migrar em direção a orla marítima, e as casas luxuosas ao longo da Epitácio transformaram-se, aos poucos, em estabelecimentos comerciais. Neste período se desenvolvem os bairros de Cabo Branco e Tambaú, bem como os de Manaira, Bessa e, nos anos noventa, o de Intermares, já invadindo a fronteira com o município de Cabedelo.

A população de baixa renda começou a ocupar as áreas do centro e da cidade baixa, entre o Varadouro e o Roger, além das já tradicionais de Cordão Encarnado e Torre deterioradas e de baixa valorização imobiliária, estendendo-se por Cruz das Armas e Mandacaru (LAVIERI & LAVIERI, 1992). A partir dos anos setenta do século XX, dentro da nova política habitacional e de desenvolvimento urbano da ditadura militar brasileira a política de conjuntos habitacionais aprofunda-se nacionalmente. Na cidade de João Pessoa, em particular, esta política veio associada à abertura de vias para maior circulação de mercadorias, a criação do distrito industrial, bem como a instalação do campus

universitário, ampliando o espaço de expansão da cidade em direção ao sul.

A partir da implantação das políticas dos conjuntos habitacionais, vários bairros destinados à população de baixa renda, como Castelo Branco (I, II e III), Geisel, Cristo, Bancários, Mangabeira (que vai do I ao VII), Valentina de Figueiredo, entre vários outros, foram criados na direção sul e sudeste, bem como na direção norte e nordeste, através de loteamentos e construções de edifícios para atender a demanda da população de maior poder aquisitivo, mudando o perfil da cidade.

De 1970 a 1980 a população da cidade de João Pessoa cresceu 62% e a área urbana se ampliou em 170% (SILVA, 1997, p. 183). Em 1991 a população do município era de 497.600 mil habitantes e em 1996 pulou para 549.363 mil (MAIA, 2000, p. 116), chegando aos quase seiscentos mil habitantes atuais em 2000, de acordo com o último censo.

O centro da cidade deixou em grande parte de ser área residencial, passando a compreender o grande comércio, o comércio popular e o poder público da cidade. Grande parte das antigas residências se transformou em prédios empresariais, outra parte ficou abandonada e vários símbolos urbanos perderam o sentido para os transeuntes que passaram a fazer parte da dinâmica local.

A Avenida Epitácio Pessoa, já nos anos 1970 e, principalmente, durante a década de 1980, como já vimos anteriormente, foi deixando de ser progressivamente uma avenida onde a população de maior poder aquisitivo ostentava as suas mansões, passando por transformações que lhe dariam o caráter atual de uma avenida comercial, administrativa e de serviços em quase toda a sua extensão até a orla. A própria orla, entre os bairros de Tambaú e Manaíra, principalmente, passou também a se compor de um misto de prédios comerciais e residenciais, reconfigurando os bairros e causando narrativas nostálgicas em seus moradores mais antigos, que para lá se mudaram entre as décadas de 1950 e 1960 (Tambaú) e entre 1970 e 1980 (Manaíra).

Neste contexto a orla marítima de João Pessoa apesar de comportar os bairros nobres da cidade, passou a ser considerada desde os anos da década de 1990, também, como uma área importante e central de lazer e comércio, devido ao desenvolvimento comercial ocorrido em seus arredores e, a construção de *shopping centers*. O mesmo acontecendo na zona sul da cidade e, principalmente, entre os bairros de Bancários e Mangabeira, hoje com comércio e estrutura de lazer, próprios, e não mais apenas comportando populações de baixa renda, embora ainda em maior número, mas também, e principalmente, a classe média empobrecida da cidade.

### **Hábitos e costumes no movimento de expansão da cidade**

O processo recente de crescimento modificou os hábitos e costumes da cidade. As relações estreitas de vizinhança, o compadrio, o conhecimento vicinal, a confiança no outro, - por conhecer sua origem familiar, - o bucolismo, decantados por vários cronistas da cidade até os anos setenta do século passado (RODRIGUEZ, 1994; INÁCIO, 1987; MEDEIROS, 1994), foram quebradas.

A cidade passou a possibilitar o contato entre uma diversidade de indivíduos, de distintas origens, em sua maioria vindo de outras partes do estado ou de outros estados da federação, originando diferentes formas de sociabilidade e sentimentos de apreensão e medo. O que colocou em evidência novos processos de construção de identidades coletivas e individuais responsáveis pela semelhança e pela dessemelhança entre os indivíduos que fazem parte destas relações sociais (KOURY et al., 2004).

Na atual composição da cidade de João Pessoa é possível perceber as diferentes dinâmicas sócio-espaciais e culturais que a cidade vêm sofrendo, originadas pela forma de como a cidade é vivida por seus habitantes e pela inter-relação entre os seus bairros. Essas dinâmicas parecem ser, também, resultados das diversas intervenções e reconfigurações espaciais, culturais e socioeconômicas que dilatam e segmentam a diferenciação e o uso da cidade entre

os diversos recortes de grupamentos populacionais existentes.

Diferenciações e segmentações que se apresentam sob várias vertentes. Através, por exemplo, da origem e do padrão socioeconômico, ou mesmo através dos laços de consangüinidade e tradição. Esta diferenciação pulverizada do uso da cidade parece criar, deste modo, duas entradas de ordenamento social, econômico e espacial, entre os habitantes do lugar. De um lado, uma espécie de ordem hierárquica que organiza as diferentes entradas e vivências na urbe, do outro, processos individualistas que levam a segregação, estigmatização e montam uma estrutura de estranhamento para o outro habitante do lugar, ou ainda, uma mistura de ambos, hierarquia e individualismo, que parece criar um sentimento saudosista de relações existentes em um passado recente e insegurança quanto ao futuro.

Intervenções e reconfigurações estas que estruturam ordenamentos que ampliam a distinção entre os habitantes, levando a uma maior exclusão social, mas que ainda não possui o poder de evitar o deslocamento dos considerados diferentes, fazendo com que haja uma aproximação entre as diversas realidades imaginárias (KOURY, 1994) e provocando o medo e o estranhamento entre os habitantes da cidade (KOURY, 2002a). A cidade de João Pessoa, deste modo, vivencia montagens culturais e socioespaciais que parecem beneficiar, principalmente, determinadas localidades e abandonar outras, criando espaços nobres que isolam alguns e que supervalorizam outros. Política que age como exclusão social, mas que não impede que um indivíduo busque no "*território alheio*" o que não encontra no território de que "*faz parte, e de onde deveria ficar lá, confinado*", como disse em entrevista um morador do bairro de Tambaú referindo-se ao que ele chama de "*invasões bárbaras*".

Na visão nostálgica e saudosista do morador relembra o bairro de consangüíneos ou de iguais de um passado recente, e a visão de um bairro nobre que virou central na e para a cidade que, se por um lado tem os benefícios de um bairro nobre, hoje, tem os malefícios de ser freqüentado por todos os habitantes. Como informou uma outra entrevistada, moradora do bairro de Cabo Branco,

*"aqui só tem aumentado a violência, aumentado a insegurança, fazendo com que a gente não saiba mais o que encontrar quando sai prá orla, pra visitar alguém, ou sei mais lá o que... a gente fica trancafiada e somos prisioneiros em nossas casas, que tem que ser cada vez mais segura, cheia de alarmes, muros altos, cercas eletrificadas, vigilância eletrônica e etc, mas mesmo assim o medo não para. Sair à rua é ser uma vítima possível de assalto, estupro, morte, ficar trancada em casa, só um pouco da a ilusão de estarmos seguros, mas o número de arrombamentos é grande. O desenvolvimento do bairro trouxe o povo pro bairro e as conseqüências de ter desconhecidos circulando o tempo todo a nosso lado. Mas o que fazer se não se pode obrigar cada qual ficar no seu espaço de moradia e de vida. O preço do progresso e a insegurança".*

## **Bibliografia**

- AGUIAR, Wellington. (1992), Cidade de João Pessoa. A memória do tempo. João Pessoa, Persona.
- AQUINO, Aécio Vilar de. (1988), *Filipéia, Frederica, Paraíba*. João Pessoa, Fundação Casa de José Américo.
- BARRETO, Maria Cristina Rocha. (1996), *Imagens da cidade. A idéia do progresso nas fotografias da cidade da Parahyba*. Dissertação, João Pessoa, MCS-UFPB.
- BATISTA, Juarez. (1989). *Caminhos, sombras e ladeiras*. 2ª edição, João Pessoa, A União.
- FERRAZ, Sônia e DUAYER, Juarez. (1985), *Pesquisa, Produção e Consumo da Habitação e o Mercado Imobiliário em João Pessoa*. João Pessoa, Depto Arquitetura-UFPB.
- FIPLAN /Governo do Estado da Paraíba, (1983). *População de Baixa Renda – Origem e Aspirações*, João Pessoa, Fiplan.
- INÁCIO, Joaquim (1987). *Notícia de uma viagem à Paraíba, em 1924*. Coleção Mossoroense v. CLII, Mossoró, Ed. da UERN.
- JARDIM, Vicente Gomes. (1910). "A cidade da Paraíba na passagem do século". *Revista do IHGP*, n. 2, pp. 89 a 93.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro et all. (2004). "*Formas de Sociabilidade e Uso do Espaço sob a Ótica dos Medos no Urbano Contemporâneo: Um estudo de caso em alguns bairros da cidade de João Pessoa, Paraíba*". In, Mauro Koury e Cristina Barreto, Orgs. *Antropologia da Emoção. Ensaio*. CD-Rom. João Pessoa, Edições do GREM, pp. 91 a 98.

- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2002a). "Medos Corriqueiros: Em busca de uma aproximação metodológica". *Cronos*, v. 3, n. 1, pp. 94 a 101.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2002). *Medos Corriqueiros: a construção social da semelhança e da dessemelhança entre os habitantes urbanos das cidades brasileiras na contemporaneidade*. Projeto de Pesquisa, João Pessoa, GREM.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1986), "Trabalho e disciplina. Os homens pobres nas cidades do Nordeste, 1989-1930". In: Diversos Autores. *Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências*. V. 1, Fortaleza, Ed. Universitária, pp. 134 a 150.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1994), "As violências invisíveis: Paraíba – 1993". *Política & Trabalho*, n. 8/10, pp. 3 a 12.
- LAVIERI, João Roberto & LAVIERI, Beatriz. "Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa – 1960 a 1986". *Textos UFPB-NDIHR*, n. 29.
- LEAL, José . (1989), *Itinerário histórico da Paraíba*. 2ª edição, João Pessoa, A União.
- MAIA, Doralice Sátyro. (2000), *Tempos lentos na cidade: Permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa – PB*. Tese. São Paulo, Departamento Geografia – USP.
- MEDEIROS, Coriolano de. (1994), *O Tambiá da minha infância*. João Pessoa, A União Editora.
- MENEZES, José Luiz Mota. (1985), *Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*. Recife, Pool.
- PINTO, Irineu Ferreira. (1977), *Datas e notas para a história da Paraíba*. João Pessoa, Ed. Universitária.
- RODRIGUEZ, Janete Lins & DROULERS, Martine. (1981). *João Pessoa. Crescimento uma capital*. João Pessoa, Fundação Casa de José Américo.
- RODRIGUEZ, Walfredo. (1994), *Roteiro Sentimental de Uma Cidade*. 2ª edição, João Pessoa, A UNIÃO Editora.
- SILVA, Lúgia M. Tavares da (1997). "Forma urbana e cotidiano na evolução de João Pessoa". *Saeculum* n. 3, pp. 161 a 186.

**Resumo:** Este artigo busca levantar alguns dados sobre a formação da estrutura social e geográfica da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, Brasil, para entender os modos como as diversas realidades compostas pelos bairros da capital se inter-relacionam. O município de João Pessoa encontra-se dividido em diversos bairros que constituem a rede urbana municipal. Estes bairros, por sua vez, são alvos de ampliação ou recortes profundos, provocados quer pela expansão da cidade, quer pelos conglomerados subnormais que insistem ainda em permanecer ou que surgem espontaneamente, às vezes intercalando-se em uma única área de um único bairro, outras vezes diluindo-se entre fronteiras formais de vários bairros, muitas vezes modificando a carta geográfica do município com a intercalação e reconhecimento formal de novos bairros. Estes diversos recortes reproduzem características sócio-

econômicas diversas e, ao mesmo tempo, diferentes formas de olhar e viver a cidade ligada às maneiras e intenções diferenciadas de inserção no urbano de seus habitantes.

**Palavras-chave:** Pertença, Medos Corriqueiros, Modo de Vida Urbano, Controle Social.

**Abstract:** This article aims to raise some data on the formation of João Pessoa's social and geographic structure, Brazil, in order to understand as the existing diverse realities in the city are interrelated. The city of João Pessoa is divided in diverse quarters that constitute the municipal urban net. These quarters, in turn, are extended or diminished for the expansion of the city, or for the existing subnormal conglomerates, modifying its geographic map with the intercalation and formal recognition of new quarters in continuous movement. These diverse movements reproduce diverse socio-economic features and different forms of looking at and living in the city, linked to the ways and differentiated intentions of insertion in urban of its inhabitants.

**Keywords:** Belonging, Current Fears, Urban Way of Life, Social Control.

## **Oscar Lewis y su aporte al enfoque de las historias de vida**

*Jorge Lozano*

### **I.**

Oscar Lewis llegó a México con afán polémico y hasta 1970, cuando muere, todavía su trabajo de investigación era motivo de discusión y controversia. Primero, con sólo 29 años el antropólogo por la Universidad de Columbia se propuso reestudiar la investigación que Robert Redfield había hecho 17 años antes. Investigó, redactó y polemizó con su antecesor con un trabajo sobre Tepoztlán que constituyó su plataforma de experimentación de campo y de referencia constante a lo largo de su trabajo antropológico en México (Lewis, 1951; Lewis, 1968). Esta investigación, ya muy conocida y valorada, le permitió a Lewis consolidar un estilo de trabajo particular que fue experimentando y afinando a lo largo de los siguientes 25 años de producción antropológica, no sólo en nuestro país, sino también en Puerto Rico, Cuba y los Estados Unidos (Lewis, 1972, 1978 y 1980).

Polemizó también con sus propuestas teóricas para abordar las condiciones de vida y las prácticas culturales de los inmigrantes y habitantes pobres de las ciudades; su conceptualización sobre la "sub-cultura de la pobreza" motivó infinitas discusiones entre sus colegas, originó revisiones disciplinarias sobre los efectos de la modernización (Valentine, 1968) en países como los nuestros, y aun aparecieron seguidores de su pensamiento, aunque sin llegar a conformar precisamente una "escuela" de pensamiento (Harrington, 1961 citado en Lewis, 1972: 7).

Frente a las corrientes predominantes en las ciencias sociales que privilegiaban los enfoques cuantitativos y que le apostaban a las herramientas y métodos provenientes de la estadística, la física, la biología; Lewis mantuvo una

perspectiva crítica. La práctica y propuesta de Lewis no era reductiva al enfoque cualitativo sino que, frente a las tendencias hegemónicas que excluían métodos y prácticas cualitativas, se propuso una estrategia comprensiva y con resultados integradores, no excluyentes (Lewis, 1986).

Su estrategia de abordar la investigación (y para llevar a cabo su inserción y vínculo con los sujetos de las investigaciones) también fue causa de agudas polémicas. El uso de ciertas técnicas como el empleo de la grabadora no era entonces un recurso común ni del todo aceptado. No obstante resultó un instrumento central en su trabajo y en sus productos antropológicos.

El trabajo de Lewis no sólo repercutió en el campo académico relativamente restringido de su círculo institucional, sino que fundamentalmente impactó y sacudió a sectores de opinión pública que fueron leyendo sus trabajos conforme los iba publicando en inglés o en español. El enfoque descriptivo logrado en sus diversas obras transmitió encontrados sentimientos y posibles lecturas.

Los resultados fueron insospechados, como podría haberlo escrito algún cronista del periodo: "...estudiar la pobreza puede ser peligroso en tiempos del modelo desarrollista. A fines de los cincuentas y durante los sesentas se podía estudiar la desigualdad social, hablar de la distribución in equitativa de la riqueza, de los logros y programas a futuro de la Revolución Mexicana, de los problemas de la modernización, del caótico crecimiento de la ciudad de México, pero... cuidado si se lo hacía del modo como lo hizo Lewis. Era factible y quizá loable hablar de la pobreza desde estudios macro estructurales, pero si aparecían hombres encarnados, que realmente existían, que describían con sus propias voces lo que en la vida diaria significa ser pobres y sobrevivir a pesar de ello, entonces no era permitido. La exposición descarnada de la pobreza y de su experiencia no podía más que atraer los demonios del moderno desarrollo, por lo que no se iba a aplaudir las provocaciones de Lewis".

La hemerografía del periodo (Paddock, 1965; Roos, 1978) es muy abundante y muestra claramente que en un

primer momento la difusión pública y la lectura de Antropología de la pobreza (1959), pero fundamentalmente Los hijos de Sánchez (1961) y, un poco menos, Pedro Martínez (1964) y La Vida (1965) causaron un caudal de opiniones y disputas sobre aspectos políticos, literarios, científicos, y aun produjeron rupturas institucionales (por ejemplo en la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística), pleitos personales e intentos de expulsión y destierro para el pretendido culpable de haber perpetrado tales libros.

No se ha evaluado a la fecha en toda su dimensión tales reacciones y justas nacionalistas. Lo que es claro es que los que tenían que manifestarse lo hicieron y los que estaban en el campo antropológico y de ciencias sociales tuvieron una opinión por lo general favorable de los trabajos, sin escatimarse comentarios críticos relacionados con los presupuestos teóricos o metodológicos, pero sin hacer comparsa de las opiniones radicales que exigían, si no tal cual como lo hiciera la Inquisición Española, si la incautación de las obras y el destierro del autor (verse para el caso el Anexo no. 1).

Además la polémica se volvía más fuerte y agresiva por los atributos de quien lo había perpetrado: estadounidense (gringo para los indecisos, yanqui para los detractores), antropólogo (para los suspicaces: colonialista), con becas de fundaciones como la Ford, la Wenner-Gren o la Guggenheim (para los que no querían pasar por incrédulos: agente de trasnacionales o quizá de la CIA). A lo anterior se le añadía su estilo propio de indagación y la inclusión de diverso personal en su trabajo, cuestión que no siempre era bien conocida o cabalmente evaluada por parte de sus contrapartes académicas.

La polémica en torno a la obra de Lewis aún no ha concluido del todo, precisamente porque no se ha intentado sistemáticamente un balance de su obra en los diversos aspectos que de manera original aportó y vislumbró.

## II.

Lewis es contemporáneo de otros antropólogos que estaban logrando resultados notables a partir de la utilización

de metodologías cualitativas como era la historia de vida. En los Estados Unidos existía una “tradición” de investigación con base en este enfoque de “Life History”, ya que por lo menos desde la década de los sesenta del siglo XIX se habían venido elaborando historias de vida de nativo-americanos (Maggrassi, 1980; Balán, 1976; Saltalamacchia, 1992).

La antropología norteamericana conocía la técnica y la utilizaba, pero tampoco era el recurso permanente y más prestigiado (Bertaux, 1981). Gracias a los proyectos desarrollados por varios sociólogos en la década de los veinte en la Universidad de Chicago es que los enfoques cualitativos tomaron mayor relevancia y se difundieron hacia otras disciplinas que no los utilizaban o lo hacían esporádicamente.

No obstante esta corriente, que había tenido fuerte impulso gracias a la transmisión de conocimientos y experiencias de la Europa Central, particularmente de Polonia, fue reduciendo su importancia y sufrió el desplazamiento por una fuerte tendencia cuantitavista que permeó y dominó en las ciencias sociales por lo menos hasta los años sesenta de modo casi excluyente (Balán, 1974; Taylor y Bogdan, 1992; Pujadas, 1992; Plummer, 1989). Los años cuarenta, cincuenta y sesenta fueron difíciles para el desarrollo de enfoques basados en testimonios orales; no desapareció nunca la posibilidad, pero su prestigio, su justificación, sus apoyos institucionales decayeron notablemente.

En este tiempo, cuando sólo era prestigioso y redituable el estudio mediante técnicas y herramientas estadístico-cuantificables, antropólogos como Sydney Mintz (1960), Ricardo Pozas A. (1952) o Calixta Guiteras H. (1961) estaban utilizando las historias de vida para dar cuenta, de modo vivo y descriptivo, de algunos resultados de sus investigaciones. El modo de hacerlo, así como la utilización de técnicas de registro, transcripción, edición y presentación de los materiales era lo que variaba.

Tanto en la sociología como en la antropología, recurrir al enfoque de historia de vida (life-history) era para entonces un recurso que ya estaba a la mano, pero que implicaba una intensidad y un sistema de trabajo que no

todos estaban dispuestos a experimentar. Parecía más atractivo el estilo y la práctica de investigación mediada por otros instrumentos y técnicas de recolección de información. Pero el contexto internacional era favorable a las innovaciones, o por lo menos a la renovación de los modos y estilos de investigación entonces predominantes.

### III.

Oscar Lewis había desarrollado el método de manera compleja y con una variedad de trabajos que le permitieron ensayar y experimentar diversos medios de trabajar y presentar sus resultados. Había innovado por los problemas de "escala" a que había circunscrito sus investigaciones de campo, en donde la familia constituyó su unidad de observación y análisis. La intensidad de sus observaciones e indagaciones y de sus registros testimoniales se facilitó precisamente por esa coincidencia de niveles de investigación. Lewis no desestimó ni evitaba la comprensión de los diversos niveles sociales que trascendían a la familia: el barrio, la comunidad, el municipio, el estado, la región o aun la nación.

El abordaje de las familias que conoció e investigó lo hacía con la idea de lograr una triangulación de sus fuentes diversas. No desechaba la información estadística, ni evitaba levantar encuestas, sus precauciones metodológicas lo mantenían atento a lograr esa interacción entre sus fuentes. No obstante privilegió la que se construye mediante la recopilación del testimonio oral. La autobiografía múltiple en el seno de la familia fue su camino principal; la observación etnográfica, tanto la indirecta como la directamente involucrada en las situaciones sociales de las familias, fue otra parte medular de su método intensivo. Su idea de reconstruir de manera "polifónica" (Ricoeur, 1992), con múltiples voces autobiográficas la vida propia y privada de las familias lo condujo a observar lo que acontecía en un día normal en las familias, pero recuperando las versiones distintas que cada uno de los miembros de la familia tenía (la técnica Rashomon, apunta Lewis). Estas autobiografías múltiples y cruzadas daban cuenta, de manera más precisa y

compleja, de las interrelaciones ocurridas en el interior de la familia, además de las observaciones que los investigadores lograban registrar.

Si el registro de los datos etnográficos era ya complicado, aún lo era más el proceso de ordenamiento, clasificación, análisis y edición de las observaciones y de los testimonios autobiográficos. Lewis utilizaba la taquigrafía, o se hacía acompañar por alguien que lo hiciera; utilizó extensivamente la grabación en cintas de carrete, la fotografía y la recolección de diverso tipo de documentación personal. Es con respecto a la edición de los testimonios orales y autobiografías, donde se denota el tipo de trabajo que realizaba Lewis con los textos narrativos. El montaje no era un simple corte y confección de los fragmentos testimoniales, éstos fueron pensados y editados conforme a los propósitos de conocimiento más amplios que orientaban el trabajo antropológico de Lewis.

Quizá la centralidad del texto autobiográfico presente en los libros de Lewis haya dificultado la incorporación de la dimensión social más amplia en que estaban inmersas las familias; la ausencia de un contexto que permitiera comprender ciertas condiciones y presiones sociales ha sido algo que siempre se le pidió a Lewis, pues de otro modo tanto su concepto de la pobreza como de los procesos que la reproducen quedan como esencias auto contenidas y fuera de las relaciones sociales existentes.

El estilo de presentación de las historias de vida de los diversos protagonistas que colaboraron con Lewis está muy relacionado con los productos de cierta literatura testimonial que se fue desarrollando en otros campos de las humanidades y aun en ciencias sociales. De tal modo que encontramos ciertas similitudes con trabajos como los de Miguel Barnet (1966), o más recientemente con Ronald Fraser (1970, 1979), o muchos otros que desde el periodismo, la historia, la literatura testimonial, etcétera han logrado textos cuya base y centro es la narración de la historia de vida de un personaje.

La obra de Lewis en este contexto ha sido evaluada positivamente ya que se le otorga gran valor literario por la

fuerza expresiva de los testimonios recogidos. Además, como testimonio de una situación social, tuvo un impacto y valor dramático como pocos libros lo han hecho en las últimas décadas. Las críticas al trabajo de Lewis también son muchas, pero por haber tenido tal cantidad de lectores y críticos, se le otorgó una dimensión más allá de sus propósitos originales. Como éxito editorial la obra de Lewis compartió tanto el canto de las sirenas como el blanco de los dardos afilados.

Así, las aportaciones de Lewis al método son muy importantes ya que supone la sistematización de la aproximación al relato biográfico individual mediante los “relatos de vida cruzados”. Además de recurrir a una “estructura polifónica” por la narración en paralelo de las trayectorias vitales de los miembros de los grupos familiares considerados (Pujadas, 1992; Thompson, 1988; Plummer, 1989).

#### **IV.**

Habría entonces varios aspectos a reconsiderar en una mirada retrospectiva sobre el trabajo de Lewis: la interpretación que hace de la vida urbana y de los sectores populares que sobreviven en la pobreza; la centralidad de la familia como unidad de análisis y de observación; el despliegue de una serie de herramientas y técnicas de investigación de campo de carácter intensivo y de corte cualitativo, tales como la historia de vida, la autobiografía, la observación directa y participante, el relevamiento de información cruzada sobre el mismo evento; los controles de campo en el levantamiento de historias de vida, así como las variables de sexo, edad, y posición en la familia; el proceso de edición de testimonios orales y los modos y estilos de presentación; el desarrollo de técnicas de transcripción de evidencia oral y de técnicas de registros de observación de campo; la organización de la investigación mediante equipos de trabajo; etcétera.

En síntesis, serían dos campos: el del trabajo de campo etnográfico basado en la construcción de historias de vida, y el esfuerzo analítico y abstracto de construir

esquemas de comprensión sobre modos de vida y prácticas socioculturales. En ambos, el trabajo de Lewis fue influyente, pero quizá, en mi opinión, su contribución a los métodos de investigación sea su aporte más duradero y aprovechable. En cuanto a su valor testimonial, literario, humano, no hay duda que no ha perdido su riqueza, y conforme pase el tiempo es probable que no quede en los estantes de libros dedicados a las curiosidades de la vida de los sectores populares mexicanos del siglo XX.

## **Anexo 1**

En la obra Fuentes de la Historia Contemporánea de México, vols. IV y V, Periódicos y Revistas, 1959-1968 México, IIB-UNAM, 1976-78), dirigida por Stanley R. Roos y un amplio equipo de investigadores mexicanos, podemos incursionar en el debate de la obra de O. Lewis. Estos dos tomos, son de gran interés y utilidad para rastrear la polémica causada por las primeras obras de O. Lewis. Allí encontramos comentarios de artículos y reseñas sobre Lewis, que van desde los muy positivos hasta los extremadamente negativos. El sólo seguimiento de los títulos y del contenido de los trabajos reseñados nos aportan el ambiente de la época y de los críticos, pero también la intensidad de la polémica.

Los dos volúmenes de las Fuentes... están organizados por temas, y en cada uno de ellos aparece Lewis múltiplemente citado. En el índice de personas citadas, O. Lewis se lleva tantas referencias como V. Lombardo Toledano, por ejemplo. Su obra no pasó tan desapercibida como los críticos de la clausura lo hubieran deseado. Una historia intelectual y cultural del trabajo de Lewis aún nos aguarda. Aquí sólo hay referencias a fuentes hemerográficas de interés.

Con afán de ilustrar esta avalancha de críticas, enjuiciamientos, evaluaciones, reseñas halagadoras y demandas de extradición y quema de libros, reproduzco las siguientes:

a) Ficha núm. 21074. De "Morhingo", N 13 dic 66: "Pedro Martínez: lejos del referéndum del triunfo" (Res. Análisis. "Oscar Lewis, con su libro Pedro Martínez, aumenta la confusión sobre el fenómeno social más importante en este siglo en el continente americano: la Revolución Mexicana".) Ficha núm. 20555. De Miguel Guardia, E 12

may 66: "Contra Lewis. Provincialismo cultural" (Análisis político. Opinión del autor).

b) Ficha núm. 20099. De Arturo Cantú, Día 8 feb 67: "El libro y la vida: El Pedro Martínez de Oscar Lewis" (Análisis. La falta de rigor científico de que adolece el libro de O.L.).

c) Ficha núm. 19044. De Jorge Aguilar Mora, Día 22 nov 66: "Pedro Martínez: el desengaño" (Res. Análisis. El contenido del libro de O.L. Pedro Martínez... es "conmover, solidario desde la primera hasta la última palabra".) Ficha núm.

21056. De Francisco de la Mora, M 24 dic 66: "Cartas a la dirección: Los hijos de Martínez". (Análisis. El autor está de acuerdo con S. Mallén (M 17 dic 66) de que el libro de O.L. debe ser leído por todos aquéllos que "se quieran acercar a la

realidad mexicana".) Ficha núm. 45418. A. Ramírez "Los libros durante 1964", E 3 ene 65 (El mejor éxito de librería en México durante 1964,

lo obtuvo Los hijos de Sánchez de O.L.). ch) Ficha núm. 21466. De Rubén Salazar Mallén, "Los campesinos por dentro", DdY (Mé) 5 dic 66; y Ficha núm. 21467, M 17 dic 66, "Letras; La vida campesina" (Res. Análisis. Pedro Martínez de O.L. "como documento humano es terrible, deja la idea de que todo está por hacerse en favor del campesino mexicano").

d) Ficha núm. 42897 y 42898. De José Alvarado "La miseria no se cubre con perfume. Porque somos un pueblo explotado estamos así...", S 8 nov 61. (Res. Análisis. Elogios del autor a Antropología de la pobreza, de O.L., por su valor científico y por las verdades que encierra. Causas de la miseria del mexicano. Incredulación a los explotadores.) Ficha núm. 44132. Alberto Domingo, S 10 mar 65, "Linchamos a Los hijos de Sánchez? Nadie detiene ya a la jauría", (Análisis. Manuel, uno de los personajes de Los hijos de Sánchez, de O.L., afirma que todo lo asentado en la obra es auténtico. Cómo ha sido "acosada" esa familia al saberse que son los protagonistas del libro.)

e) Ficha núm. 21427. De J. Natividad Rosales S 17 mar 65: "Un nuevo escándalo en puerta: el último libro de Oscar Lewis: Pedro Martínez". (Análisis. Res. Síntesis del libro de O.L. Es la historia de un campesino y su esposa decepcionados de la Revolución. A la fecha el libro no ha sido editado en español). Ficha núm. 42914. De Federico Álvarez y Huberto Batis, "Los libros al día: Oscar Lewis: Los hijos de Sánchez", (Res. Análisis. Crítica acerba a Los hijos de

Sánchez de O.L., "que de ninguna manera son representativos de la clase humilde mexicana. Como literatura, tampoco tiene importancia"). Ficha núm. 43776. Miguel Bueno, "Denigración", U 12 mar 65, (Res. Los hijos de Sánchez de O.L. "es un libro redactado conforme a una visión seudo periodística de la realidad, por todos conceptos anecdótica, fragmentaria y superficial, que busca exclusivamente el sensacionalismo"). Ficha núm. 45774. Rafael Solan, S 23 dic 64. "Los hijos de Sánchez: libro alevoso" (Análisis. "da la impresión de que en México la vida de los pobres es un infierno, y que sería piadoso que alguien lo invadiera [los E.U.] para sacarlo de esa abyección y de esa mugre").

f) Ficha núm. 42922. De Miguel Álvarez Acosta, "La muerte del titán amarillo. Exequias de una confesión proletaria", T 10 jun 65. (Análisis. El libro de O.L., "Los hijos de Sánchez, tuvo éxito por la morbosidad que despertó, pero no por su valor intrínseco"). También ficha núm. 42923: "El derecho de autor. Lewis, pseudónimo de Sánchez", ("...resulta fácil y natural concluir que Oscar Lewis no es el autor del texto y que el libro es original de los Sánchez".) Del mismo autor una última ficha núm. 42924: "Lewis y el pacto del visitante", T 12 ago 65 (Oscar Lewis al entrar a México, debió haber declarado qué tipo de investigación pensaba hacer y tener un permiso especial para investigar la vida de la familia que formaría el material de Los hijos de Sánchez.) Ficha núm. 43890. Luis Cataño Morlet, Día 17 feb 65 "Testimonios y documentos: Comentarios al libro Los hijos de Sánchez" (Análisis. O.L. en su libro pinta al pueblo mexicano como "el más degradado, miserable y soez del mundo entero"). Ficha núm. 43928. Carlo Coccioli, S 31 mar 65, "No es humana, ni literaria, ni científica Los hijos de Sánchez" (Análisis. Razones por las que el autor no concede al libro de O.L. ningún valor literario ni científico.) Ficha núm. 44399. Antonio Garza Ruiz, T 13 may 65: "Los hijos de Sánchez son una ofensa para el presidente y Estado mexicanos". Ficha núm. 44401 del mismo autor: "Señor secretario de Gobernación: Oscar Lewis no debe seguir viviendo en México", T 24 jun 65. Ficha núm. 43409. Anónimo. "Lavín 'descubre' una 'conspiración'", M 6 mar 65. (José D. Lavín levantó un acta ratificando las acusaciones que la SMGE presentó contra O.L. por su libro Los hijos de Sánchez).

g) Ficha núm. 42984. De F.R. Andrews, HMe ene mar 60, "Las cinco familias de Lewis" (Res. Análisis. Five families de O.L. "no es un libro científico sobre el problema del desarrollo social de la clase

pobre en los países subdesarrollados, o en México. Puede ser un tratado científico sobre pequeñas fracciones de esa clase"). Ficha núm. 43644. Germán Arciniegas, Pv(M) 3 dic 67: "Mirador: Del reportaje a la novela" (Análisis. Autenticidad del relato de O.L. en los Los Hijos de Sánchez. Cómo logró las grabaciones.) Ficha núm. 43726. Fernando Benítez, S 10 mar 65, "El drama nacional de Los hijos de Sánchez", (Res.

"más que una novela[es] un fragmento de la vida mexicana". Examen de cada uno de los personajes.) Ficha núm. 43877. Rosario Castellanos, E 26 feb 65: "El mejor de los mundos. (Con dedicatoria para la SMGE)". (Análisis.Pol. A través de noticias periodísticas la autora demuestra en forma irónica la existencia en México de muchos "hijos de Sánchez".) Ficha núm. 46079. Francisco Zendejas, "Multilibros". (Análisis. Escisión en la SMGE respecto a si el libro de O.L. debe ser consignado ante la PGR).

h) Ficha núm. 43401. Anónimo. "Intelectuales y editores opinan sobre la denuncia en torno al libro de Lewis", Día 13 feb 65 (Análisis. Opiniones de R. Castellanos, Juan de la Cabada, Andrés Henestrosa, Bartolomé CostaAmic y otros sobre la denuncia que hizo la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística en contra del libro Los hijos de Sánchez de O.L."). Ficha núm. 43402. Día, 15 feb 65. Anónimo. "Hablan Flores Olea y Fuentes sobre la denuncia contra Oscar Lewis", (Análisis. V. Flores Olea y Carlos Fuentes critican la denuncia que del libro "Los hijos..." de O.L. hizo la SMGE.). Ficha núm. 43405. Anónimo. S 24 feb 65. "Vida pública: Los Sánchez a la hoguera", (Examen de la actitud de la SMGE ante Los hijos de Sánchez de O.L. El autor admite cierta deformación en la obra, pero no justifica la condenación de la misma.) Ficha núm. 43761. Guillermo Bonfil Batalla "Testimonios y documentos: ¿El estudio de la pobreza es ciencia subversiva?", Día 18 mar 65 (Res. Críticas que se pueden hacer a Los hijos de Sánchez, de O. L. "No es una obra subversiva por presentar una realidad que nos duele").

i) Ficha núm. 43403. Anónimo. "Las Olimpiadas de 1968 no van a ser dirigidas por Los hijos de Sánchez". Día 21 feb 65.

j) Ficha núm. 43406. Anónimo. M 27 feb 65. "Oscar Lewis y los antropólogos" (Entrevistas con 4 antropólogos quienes exponen sus ideas sobre O.L. y su trabajo antropológico, Los hijos de Sánchez). Ficha núm. 43408. Anónimo. E 5 mar 65. "Manuel Sánchez en la Universidad" (Síntesis del debate público sobre Los hijos de Sánchez de O.L. Participantes: Rosario Castellanos, Ricardo Pozas Arciniegas,

Francisco López Cámara, Luis Cataño Morlett y Manuel Sánchez Sarto. Se escuchó una grabación de uno de los personajes de la obra discutida).

k) Ficha núm. 43416. Anónimo. E 7 abr 65: "Absuelven a Los hijos de Sánchez", (Narr. La obra antropológica Los hijos de Sánchez de O.L. "no es disolvente ni inmoral", declaró la Procuraduría General de la República ante la denuncia hecha por la SMGE en contra del libro).

## **Anexo 2. Bibliografía selecta de Oscar Lewis**

LEWIS, OSCAR

- 1944 - "Social and economic changes for a Mexican Villages: Tepoztlán 1926-1944", en *América Indígena*, México, III, vol. IV, núm. 4, pp. 281-314.
- 1951 - *Life in a Mexican Village: Tepoztlan restudied*, Urbana, III, University of Illinois Press, 512 p.
- 1959 - *Antropología de la pobreza. Cinco familias*. México, Fondo de Cultura Económica, 1961 (1959), 303 p.
- 1960 - *Tepoztlán, un pueblo de México*, México, Ed. Joaquín Mortiz, 1968 (1960).
- 1961 - *Los hijos de Sánchez. Autobiografía de una familia mexicana*. 16a.ed., México, Ed. Grijalbo, 1982 (1961), 521 p.
- 1964 - *Pedro Martínez. Un campesino mexicano y su familia*. México, Joaquín Mortiz, 1966 (1964), 507 p.
- 1965 - *La vida de una familia portorriqueña en la cultura de la pobreza*. San Juan y Nueva York. México, Ed. Joaquín Mortiz, 1969 (1965).
- 1970 - *Una muerte en la familia Sánchez*. México, Ed. Joaquín Mortiz, 173 p.
- 1986 - *Ensayos antropológicos*. México, Ed. Grijalbo, 602 p. (El texto *Ensayos antropológicos* reúne 20 trabajos de O. Lewis publicados en revistas y libros colectivos, por lo que resulta un material clave).

LEWIS, OSCAR; RUTH LEWIS Y SUSAN RIDGON

- 1980 - *Viviendo la Revolución. Una historia oral de Cuba Contemporánea. Cuatro hombres*. México, Ed. Joaquín Mortiz, 598 p.
- 1978 - *Four women, Living the Revolution: an Oral History of Contemporary Cuba*. Vol. 2, University of Illinois Press.
- 1978 - *Neighbours, Living the Revolution: an Oral History of Contemporary Cuba*. Vol. 3, University of Illinois Press.

LEWIS, OSCAR; K.S.KAROL Y CARLOS FUENTES

1972 - La cultura de la pobreza y pobreza, burguesía y revolución,  
*Barcelona, Anagrama, 88 p.*

## **Bibliografía**

BALÁN, JORGE (COMP.)

1974 Las historias de vida en ciencias sociales. Teoría y Técnica,  
*Buenos Aires, Nueva Visión.*

BARNET, MIGUEL

1983 La fuente viva, La Habana, Ed. Letras Cubanas.

1966 Biografía de un cimarrón, La Habana, Ed. Letras Cubanas.

BEHAR, RUTH

1993 Translated Woman. Crossing the Border with Esperanza's  
Story, *Boston, Beacon Press.*

BERTAUX, DANIEL (COMP.)

1981 Biography and Society. The Life History Approach in the Social  
Sciences, *Beverly Hills/Londres, Sage in International Studies, 23.*

FRASER, RONALD

1970 Hablan los trabajadores, Barcelona, Nova Terra.

1979 Recuérdalo tú y recuérdalo a otros. La historia oral de la  
Guerra Civil española, 2 vol., *Barcelona, Ed. Crítica Grijalbo.*

GUITERAS HOLMES, CALIXTA

1961 Los peligros del alma. Visión del mundo de un tzotzil, México,  
Fondo de Cultura Económica, 310 p. (Secc. Obras de antropología).

JOUTARD, PHILIPPE

1986 Esas voces que nos llegan del pasado, México, Fondo de  
Cultura Económica, (Col. popular, 345).

MAGRASSI, GUILLERMO E., MANUEL MA. ROCCA, ET.AL

1980 La historia de vida, Buenos Aires, Centro Editor de América  
Latina.

MINTZ, SIDNEY

1960 Worker in the Cane. A Puerto Rican Life History, New Haven,  
Conn., Yale University Press, 288 p.

MORIN, FRANCOISE

1993 "Praxis antropológica e historia de vida", en Jorge Aceves  
(comp.), Historia oral, México, Universidad Autónoma  
Metropolitana/Instituto Mora, pp. 83-113 (Antologías  
universitarias).

PADDOCK, JOHN

1965 "The Children of Sánchez in the Headlines", en Mesoamerican  
Notes, vol. 6, México, Universidad de las Américas, pp. 69-135.

PLUMMER, KEN

1989 Los documentos personales. Introducción a los problemas y la bibliografía del método humanista, *Madrid, Siglo XXI de España Editores*.

POZAS ARCINIÉGAS, RICARDO

1952 Juan Pérez Jolote. Biografía de un toztzil, México, Fondo de Cultura Económica, 116 p.

PUJADAS MUÑOZ, JUAN JOSÉ

1992 El método biográfico: el uso de las historias de vida en ciencias sociales, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, (Cuadernos metodológicos, 5).

REDFIELD, ROBERT

1930 Tepoztlan: a mexican village, Chicago, University of Chicago Press.

RICOEUR, PAUL

1992 Hermeneutics & the Human Sciences. Editado por J.B.Thompson, Cambridge University Press, 314 p.

ROSS, STANLEY R. (DIR.)

1976-78 Fuentes de la historia contemporánea de México, *vol. IV y V, Periódicos y Revistas, 1959-1968, México, IIB-Universidad Nacional Autónoma de México*.

SALTALAMACCHIA, HOMERO R.

1992 La historia de vida: reflexiones a partir de una experiencia de investigación, *Caguas, Puerto Rico, Ed. Cijup*.

TAYLOR, S. J. Y R. BOGDAN

1992 Introducción a los métodos cualitativos de investigación, *Barcelona, Paidós*.

THOMPSON, PAUL

1988 La voz del pasado. Historia oral, Valencia, Ed. Alfons el Magnánim.

VALENTINE, CHARLES

1968 La cultura de la pobreza, Buenos Aires, Amorrortu Ed.

**Resumo:** O ensaio analisa o trabalho de Oscar Lewis e sua contribuição para o trabalho de campo etnográfico baseado em construção de histórias de vida e o esforço analítico e abstrato de construir esquemas compreensivos sobre modos de vida e práticas socioculturais.

**Palavras-chave:** Oscar Lewis, Etnografia, Histórias de Vida, México

**Abstract:** This article analyzes the work of Oscar Lewis and his contribution for the ethnographic work based in construction of life histories and the analytical and abstract effort to construct comprehensive projects on ways of life and socio-cultural practices.

**Keywords:** Oscar Lewis, Etnografia, Histories of Life, Mexico.

ISSN 1676-8965  
RBSE 4 (10): 199-209  
Abril de 2005  
ARTIGO

## **The Presentation of Self in Electronic Life: Goffman on the Internet\***

*Hugh Miller*

Goffman (1956,1973) has described how people negotiate and validate identities in face-to-face encounters and how people establish 'frames' within which to evaluate the meaning of encounters. These ideas have been influential in how sociologists and psychologists see person-to-person encounters. Kendon (1988) gives a useful summary of Goffman's views on social interaction.

Electronic communication (EC) has established a new range of frames of interaction with a developing etiquette. Although apparently more limited and less rich than interactions in which the participants are physically present, it also provides new problems and new opportunities in the presentation of self. There have been exciting discussions about the possible nature of 'electronic selves' (for instance Stone, 1991). This paper is a basic exploration of how the presentation of self is actually taking place in a technically limited, but rapidly spreading, aspect of EC: personal homepages on the World Wide Web.

Between the 50s and the early 80s, Erving Goffman worked to describe the structure of face-to-face interaction and to account for how that structure was involved in the interactive tasks of everyday life. He developed a series of concepts which are useful in describing and understanding interaction, and also showed how the physical nature of interaction settings is involved in people's interactions.

One of things people need to do in their interactions with others is present themselves as an acceptable person: one who is entitled to certain kinds of consideration, who has certain kinds of expertise, who is morally relatively

---

\* Paper presented at **Embodied Knowledge and Virtual Space Conference**  
Goldsmiths' College, University of London, June 1995

unblemished, and so on. (Goffman has a whole book (1964) in which he considers cases where there are particular problems in making these claims.) People have techniques and resources available to allow them to do this. 'Backstage' preparation can help in presenting an effective 'front', 'expressive resources' can be mobilised, and cooperation from others present in the interaction can often be relied upon to smooth over jagged places and provide opportunities for redeeming gaffes. Goffman sees embarrassment as an important indicator of where people fail to present an acceptable self, and an important motivator. A person wishes to present themselves effectively to minimise the embarrassment of a failing presentation, but other participants are also motivated to help the performance by their wish to avoid the embarrassment they feel at its failure. So, most of the time, we interact in a cosy conspiracy in which it appears as if everyone knows what they are talking about, can remember the names of those who they're talking to, and has an appearance and presence which is pleasant and unexceptionable. In this sense, our 'selves' are presented for the purpose of interacting with others, and are developed and maintained with the cooperation of others through the interaction.

In face-to-face encounters, much information about the self is communicated in ways incidental to the 'main business' of the encounter, and some is communicated involuntarily: Goffman distinguishes between information 'given', that is, intended and managed in some way, and that 'given off' which 'leaks through' without any intention. He also points out a difference between the 'main' or 'attended track' of the interaction and other 'unattended tracks' which are at that moment less salient. If a colleague calls round, I may discuss a work problem and prepare a cup of coffee simultaneously, both of these going on cooperatively and interactively with the other person, but it is generally clear that the 'point' of the interaction is the discussion, not the coffee making.

Much of Goffman's interest is in his analysis of the depth and richness of everyday interaction. This depth and richness is perhaps not apparent in electronic interaction, but

the problem of establishing and maintaining an acceptable self remains, and there is a range of expressive resources available for this end. As the technology develops, more expressive resources become available. Also, as the culture of electronic communication develops, people will construct expressive resources out of whatever facilities are available. Electronic communication will become more and more human communication to the extent that there is more to it than just efficiently passing information to each other.

Before looking at how the resources electronically available are deployed to produce impressions of self, it is necessary to establish how electronic communication differs from face-to-face interaction and to work out what expressive resources are available. The kinds of electronic communication I'm discussing here are email and the World Wide Web, though I will concentrate on the Web.

EC is a system which is instantaneous but asynchronous, can be one-to-one but may be one-to-many, one-to-anyone or one-to-no-one. Place and distance are largely invisible. It can be entirely private with unlisted email addresses and call screening or entirely promiscuous with homepages.

It could be argued that EC is not interaction in Goffman's sense at all. Goffman (1981) gives a series of system requirements for interactions. Some, like signals that informs senders that reception is taking place, or signals that announce that a channel is sought for or that a channel is open, are not present on the Web. None the less, Web pages are intended to be read by others, often invite comment, can be interactive in various ways, and almost always have an email address for contact. I would argue that they are part of an interactive system, although a pretty restricted one.

This promiscuity of the Web goes deep. To talk to you face-to-face, I have to travel to your town, walk up your street, knock on your door, and maybe get invited into your kitchen. Alternatively I might visit you at work. Even on the phone, I have to know the appropriate area code and may have to go through various gatekeepers to talk to you. When we finally interact, we both know to some extent where we

both are and probably where the other is coming from. We also know what kind of interaction this is, whether it's a customer order, a chance encounter in the street, or a bedroom conversation. This enables us to 'frame' the interaction appropriately (Goffman, 1974) so that we both know how to interpret what goes on in the context of what is really going on. When you call up my homepage, by comparison, you may get there through an orderly route via my institution, department, speciality, and so on, but you might have found me because I'm 'nerdy homepage of the month' on the homepage of someone in Mexico. If I knew that that was the way people were going to get to me, I might have arranged my public face differently.

Worse still, your communications may be repeated by people you don't know to audiences you never intended.

In electronic mail, the channel of communication is so limited that aspects of the embodied self can only be apparent if described by the sender. This has had a considerable liberating effect for those who are socially or functionally disadvantaged. It has also allowed others to establish fraudulent and exploitative identities (Stone, 1991). Web pages provide more opportunity for 'embodiment' though less for interaction. People can present photos of themselves (and their children), favourite graphics, snatches of speech, and access to a labyrinth of their interests and contacts. The homepage provides a locus for electronic self. There's even more possibility for misrepresentation than in Email, because Web pages are carefully set up before presentation to the world, and are only slightly interactive.

So what is the communication involved in putting up a homepage? It is putting yourself up for interaction in some way, even if only a limited way. That limitation can be liberating. Goffman points out that one of the difficulties of interaction lies in establishing contact, because an offer to interact always leaves one open to rebuff. Conversely starting an interaction always involves a risk about what the interaction might lead to, and possible difficulty in ending it. On the Web you can put yourself up for interaction without being aware of a rebuff, and others can try you out without risking being involved further than they would wish. There is

another liberation that can be negative, too. One of the regulating and controlling forces in face-to-face interaction is embarrassment. That is less likely to work on the Web. Others may find your Web page ridiculous, but you probably won't be aware of it. Those others who might be prompted to find ways to mend your presentation to reduce their own embarrassment in a face-to-face encounter are unlikely to feel pressure to smooth over the interaction between themselves and a Web page. So, in two senses, it is easy to make a fool of yourself on the Web: there is little to stop you doing it, but doing it will cause you little pain.

The expressive resources available in HTML, the Hypertext Markup Language, are limited and not altogether under the author's control: size and shape of screen and display typeface depend more on the receiver than on the sender. Some layout features like rules can be used. Lots of images can be included, but the receiver can always choose not to receive them, and may not have a system which is able to receive them. The same applies to sound and video.

It seems that the only reliable thing that can be used is the informational content of the text. This is what novelists have used for years to establish character, after all. For most people, though, it is difficult to establish yourself as a whole person through a self- description: it feels like an extended lonely-hearts advert. There are other resources that can be mobilised: show me what your links are, and I'll tell you what kind of person you are. This will be taken up in more detail later. Now that some people are becoming familiar with the Web, and know the 'usual' structure and content of homepages, it is possible to use this 'frame' more or less ironically to convey more subtle information.

The 'more or less' of the last sentence is an introduction to further consideration of the given/given off distinction suggested by Goffman. In many ways, this distinction would seem not to apply in electronic communication. Information about the self is explicitly stated and can be managed by the person making the communication. On the internet, you can't smell my breath, catch the tremor in my voice, or realise that I'm watching the rest of the party over your shoulder. The implicit information

that does leak through is paralinguistic, rather than non-verbal - a matter of style, structure and vocabulary - or paracommunicational - a matter of how I deal with a Web page compared with customary ways of doing it. Try calling up a succession of homepages and see if they give you hints about the nature of the people who composed them, even without reading any of the information given. Beware of taking these impressions too seriously. Someone may chose to include a picture of their fianc,e on their page: that picture may be incorporated innocently and seriously, ironically, or in irony-transcending seriousness.

My sampling of homepages for analysis has been very non-systematic. I checked obvious homepages which cropped up in the lists produced by WebCrawler searches for assorted other topics, pages with incomprehensible titles (which often are personal homepages) that were marked in these searches, pages suggested to me by colleagues as being worth looking at, and homepages referred to on other pages. This last is the easiest source: people on the Web seem to like introducing you to other people on the Web . Some institutions, Princeton (1995) for example, have pages which are purely lists of the personal homepages of people at the institution. This non-systematic sampling has shown the enormous number and range of personal homepages that there are out there; people feel a desire to establish their selves on the Web. It has also made me aware of the inadequacy of my approach so far. The impressionistic account given here should be backed up with more systematic fieldwork if this field is worth developing.

My impressionistic survey suggested that pages could be grouped into several categories. After each category I've suggested a non-electronic equivalent. I'm not sure that these references to 'penpal letters', 'company reports' and so an are helpful or productive: personal homepages are new kinds of personal presentation in a new medium. But this is a paper which starts from old analyses of well-established communications, and borrows from them to look at the new, so the traditional analogies are in keeping with the theme. More detailed work could tease out where these analogies fail to apply, and so help to clarify what is new in this

communication. The analogies may be valid in another sense: the people producing homepages are drawing on their knowledge and experience of verbal and paper presentations of self to help them to construct their electronic presentations, and so they will produce presentations at least partly derived from those models. The interesting point is when kinds of presentation emerge which can't be seen as analogous to verbal or paper presentations of self. I'm not aware of this happening yet, but then I'm blinkered by my lifelong experience of non-electronic presentation of self...

Here are my suggested categories:

1) **Hi, this is me (as an individual)**. The purpose of the page seems to be purely self- presentation. Content may include: this is what I look like, this is where I'm from, this is what I study (these pages are often by male college students), these are my favourite bands/pastimes/books, here are links to my friends' homepages, and here are some more neat/cool links. A variant of this is where the page author has a major interest, and the homepage is also a gateway to information about that interest. Sometimes the initial page recognises the possible different motives of those who arrive at it:

Hi, this is me: more personal information is here; more about Lunar Landscape Studies is here. (The non-electronic analogy might be a penpal letter.)

2) **This is me (as a member of an organisation)**. The most common examples are faculty homepages. A brief CV, teaching and contact details, timetable arrangements are the requirements, but some people choose to add more. A 'frame analysis' (Goffman, 1974) is useful here in working out how the self is presented. The clues to the person may not be in what is said/done, but in how that relates to the structure defined by others who are doing the same thing. Personality emerges from how people bend or gently break the rules established (formally or informally) by their institution. (An entry in a student handbook)

3) **Hi, this is us**. These are family homepages, sometimes titled as such. The content is more likely to be about membership, group structure, and history than about the personal self of the individual posting the page. Details of individuals emerge further down the tree of links, and they are often third party descriptions rather than first party. There is more emphasis on the personal achievements of the people presented than in individual homepages, and in structure and content, they are more like sets of pages produced by institutions rather than persons. Perhaps what is being presented is the corporate identity of the family. (A

company report; the Annual Family Circular sent to acquaintances with a Christmas card.)

4) **This what I think is cool.** These pages are the extreme of those described as a subset of (1). Here there may be very little about the person as an explicitly presented self, just examples and links to what they enjoy or are interested in. A self emerges all the same. (The analogy here is perhaps with inference of self, rather than presentation. In this paper, I have not set out to present my self, and I've told you very little about me, but you now know about ideas that have influenced me, topics I think interesting, and the way I write about them - and you will have formed some impression of the person who has written this.)

5) **An advertisement for myself.** There are some subcategories here:

5a) **Cool style.** There is content to show that the person is particularly skilful, interesting, or striking. More mundane information may be left out, so the whole intent of the page is 'self-promotion' and there is no pretence of the spurious objectivity of 'self-presentation'. These pages can be tongue in cheek, and there may be links to ego-undermining mundane information for those who really want to know. (The analogy that occurred to me was with the collections of own work, found objects and reference material that some design lecturers pin up on their office walls. These are ostensibly a private version of 'what I think is cool' above, but they may tip over into a public presentation of 'see what a cool person I am'. When I was a student, some of the decorations in my college room were meant to serve the same purpose, if I'm honest. Video dating might be an analogy in a different medium.)

5b) **The electronic curriculum vitae.** A very straightforward and honest attempt to gain employment and a way of making your abilities and occupational interests available round the world. I've come across these randomly, but an effective presentation might be one which was likely to be picked up by search engines - if there are people who set search engines looking for pages from post-doc microbiologists ready to work for less than \$25,000. (These are like paper CVs, though I don't know of a way in which paper CVs can be posted for promiscuous consumption.)

5c) **An advertisement for the service I can provide.** This falls in a range between the CV and the impersonal corporate advert. Those that are most a form of 'self-presentation' are from people whose services depend on particular personal skill or charisma: designers and drag artists are two examples I've found. These overlap with 'Cool Style' above, but I think the intention is different, and there may be a definite split between the 'commercial' and 'private' selves, which will not be played up in the presentation. (The best

analogy is with the disk-based 'electronic CV', but at the moment the Web's limited bandwidth and presentation style forces a restricted version of what can be done on disk or CD. Non-electronically, they're like flyers, demo tapes, or the people who stop you in the street in Edinburgh at Festival time to charm you into coming to their Fringe performance.) There are design groups advertising on the net who will construct sets of pages to help you promote your business, and they are evolving styles and conventions which will be taken up in self-promotions and self-presentations. One of the complex 'family homepages' I found was through a link from one of these designers. Will the same gulf develop between those of us who have Web Designers to present our selves on the Web and those who don't, as already exists between those who employ Interior Designers in their homes and those who don't?

Some notes on gender differences: many more men than women have personal homepages on the Web, and although it's common for men to attach pictures of themselves to their pages, it seems much less common for women to do so. Apart from faculty homepages, where it may be corporate policy to attach a photo, the only woman's picture I found at the top of a homepage was a faint, blurred - decorative rather than informational - photo on a page for a poet and performance artist. I have the impression, though I haven't checked this, that women are less likely to have their given name, which may identify their gender, in the title of their page than men are. This wouldn't be surprising, for the same reasons which make women less likely to put their given name below the bell-push on their front door - avoidance of casual harassment.

Where does this lead to in a discussion of 'electronic self'? One of the things that has been a background worry in this discussion is the idea that EC is not interpersonal interaction of the kind that Goffman was describing. An interpretation of Goffman's work, and that of the Symbolic Interactionist school in sociology, is that self is developed and maintained, as well as presented, in interaction. Perhaps the electronic self of the homepage can not be developed and maintained in EC, but has to derive from face-to-face interaction, or at least email interaction. Or are there kinds and categories of electronic selves which can be presented and maintained in cyberspace, apart from our corporeal selves? That is one of the fantasies of cyberspace, but the selves presented in Web pages have not seemed to me to be qualitatively different from selves presented in other ways, and their styles of presentation can easily be likened to non-electronic presentations of self. This might mean that this aspect of EC, at least, is not rich enough to support the interactive development and definition of distinctive 'electronic selves',

or it might mean that we should wait to see what happens when people have actually grown up with the Web. My feeling, as an old-fashioned psychologist, is that sociality and interaction are necessary for us to know who we are and what we can say about ourselves to others, and much more depth and richness in EC is needed before 'electronic selves' can emerge. Contrariwise, much of the depth and richness that we can think of adding would be to make EC more like face-to-face interaction, which might suggest that electronic selves could be developed in a different social context (continuing the extension of the social world from the hamlet to the city to the global village) but that many of the basic issues, moves and processes that go on would be the same as they always were.

Even if our selves will not be very different from what they always were, EC provides an interesting new medium for us to use to display ourselves and make claims about ourselves. At the beginning of this paper I pointed out Goffman's distinction between what was 'given' and what was 'given off' in an encounter. Even though Web pages are apparently limited in the depth of information they provide compared with face-to-face interaction, there is still room for information about the self to be given off in the way people use the medium, in what they say as well as what they don't say. A full appreciation of this has to wait until we have an implicit understanding of the 'frames' that can be applied to communication on the Web, so we know how to interpret what people say about themselves in the context of 'what is going on' when they say these things. In earlier times, relationships could be established and maintained, and people could become people to other people, by exchanging letters. Part of the skill in letter reading is in reading between the lines. I was tempted to say that we just have to learn to read between the pixels of Web pages, but I think we have to read beyond the pixels to see how they express the social processes and intentions that lie behind them.

## References

- Goffman, E (1959) **The Presentation of Self in Everyday Life** New York: Doubleday Anchor
- Goffman, E (1961) **Asylums** New York: Doubleday Anchor
- Goffman, E (1964) **Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall
- Goffman, E (1974) **Frame Analysis: An Essay on the Organisation of Experience** New York: Harper and Row

Goffman, E (1981) **Forms of Talk** Oxford: Basil Blackwell  
Kendon, A (1988) Goffman's Approach to Face-to-Face Interaction  
in Drew,P and Wootton,A (1988) **Erving Goffman: Exploring the  
Interaction Order** Cambridge: Polity Press, pp 14-40  
Stone,A (1991) Will the Real Body Please Stand Up? Boundary  
Stories about Virtual Cultures in Benedikt,M **Cyberspace: First  
Steps** Cambridge, Mass: The MIT Press.

**Resumo:** O texto discute as possibilidades da Comunicação Eletrônica na interpretação das formas de sociabilidade e interação humana, a partir de uma releitura de Erving Goffman.

**Palavras-chave:** Comunicação Eletrônica, Erving Goffman, Interação Social.

**Abstract:** This text discuss about the possibilities of the Electronic Communication in the understanding of the forms of social interaction and sociability, from the works of Erving Goffman.

**Keywords:** Electronic Communication, Erving Goffman, Social Interaction.

## **Investigações sobre o Amor Materno: sobre significados, experiências, afetos e práticas corporais na maternidade. Algumas notas para pesquisa.**

*Roberta Bivar Carneiro Campos*

Em 1911, Marguerite Duras escreveu em jornal parisiense que algumas mulheres não amam suas casas nem seus filhos. Não são as donas-de-casa que se esperava que fossem. Não são as mulheres de seus maridos. E ainda indagou por que a maternidade não pode ser mal vinda. Não pode ser vista como um fracasso?

Quase 100 anos se passaram; o movimento feminista fez suas conquistas, e ainda nos chocamos com Duras. O Mito do Amor Materno também foi questionado por Elisabeth Badinter, em seu famoso livro *Um Amor Conquistado, o mito do amor materno*. Tanto a escritora como a filósofa têm o mérito de questionar as bases biológicas, naturais do amor materno assim como o mérito de se esforçarem para que a ausência de tão poderoso sentimento, não fosse compreendida como patologia ou perversidade social, mas como possibilidade da subjetividade feminina.

As palavras de Duras, aqui, são tomadas não para falar da ausência do amor materno, ou do desamor, mas para argumentar que para cogitar ausência ou presença de tal sentimento é antes necessário entender que o sentido deste sentimento é resultado de processos sociais e simbólicos que promovem significações distintas, ao longo da história, sobre a experiência da maternidade. Um sentimento só ganha significado através de representações culturais, de forma que o modo como o amor é descrito nos leva a uma forma particular de como ele é vivenciado (ver CAMPOS, 2002 e KLEINMAN, A. DAs, V. & LOCK, M. 1997). Jurandir Freire no livro *Sem Fraude nem Favor* (1998) nos oferece

uma análise interessante sobre as transformações históricas e culturais do amor romântico, demonstrando como a idealização do amor do século dezenove, que ainda sobrevive, se mostra incompatível com as pressões sociais da modernidade, sofrendo ele mesmo transformações. Estou argumentando em favor da importância de se compreender as transformações de significados por que passa(ou) o amor materno. Nesse sentido eu me distancio tanto de Duras como de Badinter, pois meu objeto de reflexão não é a ausência do amor materno, mas a sua presença. Mais precisamente suas diferentes formas (experiências e afetos) e significados, e, sobretudo, a negociação de sua realidade na sociedade contemporânea (i.e, sociedade de consumo, com sua ideologia do imperativo do sucesso e da felicidade ligada ao prazer pessoal). Em outras palavras, como as mulheres da atualidade que trabalham fora do espaço doméstico e que exercem a maternagem negociam a realidade do amor por seus filhos.

**Primeira nota sobre amor materno: mudando de perspectiva, da ausência do amor para a transformação do seu significado.**

Elisabeth Badinter (1985) parece utilizar uma definição de amor materno, aquela da ideologia do mito, para julgar a presença ou ausência do amor de uma mãe por seu filho(a). Acredita assim, ela mesma, no mito, mais do que tenta compreender os sentidos da experiência da maternidade na França do século XVII. Ao mesmo tempo que afirma que “uma sociedade que não valoriza um sentimento pode extingui-lo ou sufocá-lo ao ponto de eliminá-lo totalmente em numerosos corações” (p.10), descreve o comportamento daquelas mulheres que entregavam os seus filhos, nos idos do século XVII, às amas de leite, como frieza e desinteresse pelos mesmos. Badinter (1980) entende que essas mulheres não amavam os seus filhos pois entregavam estes a estranhas, sob a justificativa de que o ar do campo era melhor que o ar da urbe, mas na verdade sabiam do risco que seus filhos, em mãos estranhas, sofriam de adoecer e morrer. Mas eu pergunto, não era isso que uma boa mãe

fazia na época? Eram elas sozinhas contra toda a sociedade, seus maridos e familiares que tomavam a decisão? Qual era a margem de escolha? Entre altruísmo e a falta de amor estão as escolhas interpretativas do debate. De forma que o livro de Elisabeth Badinter, no meu entender, é sobre negligência e não sobre amor.

Entendendo que as emoções não são apenas estados mentais ou físicos e, portanto, não podem ser reduzidas a sensações corporais e/ou a experiências psíquicas. As emoções, em geral, são definidas em termos de práticas e ações (cf. LUTZ, 1988; ROSALDO, 1993). Ao amor se segue comportamentos esperados, atitudes, disposições e ações. E a cada sociedade e/ou a cada cultura correspondem estruturas de relações e práticas sociais específicas, em meio e por meio das quais as emoções são expressas, controladas, normatizadas. Pretendo neste espaço explorar questões para pesquisa sobre o amor materno em termos da compreensão de seus significados, sua moralidade e base ideológica, assim como suas implicações para a experiência da maternidade e da maternagem na atualidade.

As mulheres, talvez, hoje, enfrentem o desafio de combinar as exigências médicas e morais, em que aparecem como principal responsável pela felicidade e desenvolvimento cognitivo de seus filhos, às exigências do mercado de trabalho altamente competitivo; e ainda conciliar a tudo isso o imperativo da felicidade, do sucesso e da alta estima da sociedade de consumo. Tal tensão não deixa de ter seus efeitos sociais, políticos e psíquicos. Em termos sociais e políticos, assiste-se a algo no mínimo intrigante: após longos anos de luta por direitos humanos e trabalhistas, algumas mulheres deixam de usufruir a licença maternidade, voltando ao trabalho ou interrompendo episodicamente sua licença para atender às demandas das atividades profissionais. Ao mesmo tempo o problema da negligência materna se torna um dos focos de atenção para se entender comportamentos desajustados de crianças e adolescentes. O problema da negligência materna também tem se relacionado com a dificuldade que algumas mães apresentam em assumir os deveres e obrigações da maternagem, projetando nas escolas e na medicina (pediatras, etc.) o que é de suas

responsabilidades, tornando-se, elas mesmas, foco das preocupações da medicina e das ciências sociais. Em termos de saúde mental, cada vez mais, as chamadas patologias de protesto feminino (ver BORDO, 1997), como agorafobia, anorexia, bulimia e depressão pós-parto, em graus variados, tornam-se preocupação da clínica médica e da psiquiatria. Através do paralelo com Duras não se pretende aqui refletir sobre mães que não amem seus filhos mas tentar compreender, partindo do pressuposto teórico de que o amor é uma construção cultural (ver FREIRE, 1998; BADINTER, 1985), como é possível a redefinição do amor materno. Como é possível amar, e o amor ser reconhecido mesmo quando este não reproduz os ditames da moral hegemônica. Aqui teremos que lidar com o dissenso. Como as mães experimentam tais conflitos? De que forma a experiência da maternidade pode assumir formas distintas? Como mães “desviantes” negociam a realidade de seu amor? Compreender a experiência da maternidade na atualidade, seus significados e práticas, é levar em conta como essa experiência é construída, negociada, em meio a estruturas de significados e de poder, de que fazem parte parentes próximos (mães e avós principalmente), seus parceiros (pais ou não de seus filhos), colegas de trabalho, amigos e médicos.

### **Segunda nota sobre amor materno: da dor e da renúncia, a prática de subjetivação da maternidade.**

A mulher que tem acesso aos serviços de saúde, ao longo de sua gravidez, passa por disciplinas corporais, através das quais idéias e noções de cuidado corporal e amor materno se confundem. Podemos dizer que a gravidez e as práticas médicas oficiais ou alternativas (fisioterapia para gestantes, yoga, etc.) a elas associadas se realizam como uma espécie de disciplina do *self* (FOUCAULT, 1987), no caso, em questão, a *construção do self materno*. A normatização do comportamento e da afetividade materna se faria mais por práticas de subjetivação do que por imposição de regras. Teoricamente pode-se entender que a subjetividade feminina seria assim construída por práticas corporais através das quais a mulher conjuga os verbos

associados à renúncia, à abnegação, à doação e ao altruísmo. De fato, observa-se que esses afetos fazem parte de uma estrutura discursiva, na qual a maternidade, o corpo e a subjetividade feminina aparecem de forma naturalizada. Tais idéias e crenças são constantemente afirmadas no discurso médico através de comentários naturalizantes da maternidade: “toda mãe tem leite”, “o amor da mãe pelo seu filho faz com que supere os limites físicos e de dor”. Por outro lado os médicos não deixam de recomendar algumas técnicas corporais (cf. MAUSS, 2003) para garantir a realização de tal natureza: exercícios respiratórios, dieta alimentar, banho de sol nos seios e massagem com buchas, e posteriormente a ingestão de tintura de algodoeiro para facilitar a “descida do leite”. Sem esquecer que ao longo da gravidez, ou mesmo no parto e pós-operatório, analgésicos são evitados. Dor e renúncia combinam-se logo cedo com e na maternagem. Apesar de toda naturalização da dor, e da imagem médica e moral imposta ser de uma gravidez e de um parto o mais natural possível, o que se observa é que a cultura se faz necessária para que a natureza realize o seu destino: o parto natural sem intervenção medicamentosa e a amamentação prolongada.. A natureza desta forma é produzida por práticas médicas, práticas culturais.

É interessante notar a representação da natureza de certas práticas corporais da maternidade na medicina oficial e em algumas ONGs. A oposição natureza e cultura parece ser fundante das idéias e valores dessas instituições, pelo menos quando se trata do corpo da mulher. Por muito tempo pude observar nos corredores de várias instituições um cartaz da ONG “CURUMIM”. Nele havia uma flor, natural é claro, diria silvestre. Definitivamente não se tratava de uma rosa ou coisa assim, mas uma singela e bela margarida, uma flor do campo, e um slogan *“Ela não nasceu de cesária”*.

### **Terceira nota sobre amor materno: dilemas e negociação.**

Apesar da variabilidade cultural e histórica da maternidade, de até sabermos que algumas etnias têm horror à natureza, preferindo a adoção e a prática do

infanticídio, como os Guaicuru, citado por Lévi-Strauss (1996), alguns autores acreditam ser possível localizar uma base comum a toda experiência de maternidade, qual seja: práticas sociais de cuidado do outro, em geral crianças. Por outro lado, a definição do termo "mãe" traz inúmeras questões de ordem social e simbólica.

"Mãe" é um termo carregado de ambiguidades, usado tanto para se referir àquela que dá à luz uma criança, como àquela que de fato cuida e cria uma criança, sendo tipicamente, mas nem sempre, a mesma pessoa (ARENDELL, 1999). Simbolicamente o termo representa o exemplo supremo de devoção, cuidado e amor. Tal representação simbólica torna "mãe" a metáfora por excelência e padrão moral supremo para todas as formas de cuidado, sendo ainda, em especial, representação maior da Dádiva, tornando-se assim símbolo da própria possibilidade da vida social, da fabricação do vínculo.

A maternidade é, em geral, definida também como um conjunto de atividades e relacionamentos socialmente construídos envolvidos em mutualismo e no cuidado de pessoas (CHODOROW, 1993; ARENDELL, 1999). Falar de maternidade envolve ainda crenças e valores que são institucionalizados através do casamento, da família e de políticas públicas, assim como em representações na literatura, filmes e outras formas culturais. E nessas representações importa notar a equação que se estabelece: maternagem ; gênero.

De fato, no ocidente, maternagem e gênero se constituem reciprocamente, apesar de nem todas as mulheres serem "mães" nem mutualismo e cuidado serem práticas exclusivas de mulheres. Esse fato tem estreita relação com o surgimento de uma economia capitalista que traz consigo a separação do público e do privado, o trabalho assalariado e o trabalho doméstico. Com isso, surgem tanto o salário família, ganho por homens e chefes de família, como a chamada "*maternidade intensiva*" (*intensive motherhood*). Se, por um lado, a partir dessas transformações, a mãe passou a ocupar e dominar um lugar na família, relativizando o poder paterno, até então exclusivo, por outro lado, a ela se recomenda que cuide

pessoalmente de seus filhos e que seja antes de tudo mãe (BADINTER, 1985). A maternidade assim compreendida é definida como exclusiva, centrada na criança e suas necessidades, se caracteriza pela dedicação afetiva e total à criança, sendo a mãe descrita como devotada, auto-sacrificante, um sujeito sem necessidades próprias ou interesses (ARENDELL, 1999). A essas idéias aliam-se crenças biologizantes do instinto materno e do amor espontâneo de toda mãe por seu filho, que são bastante contestadas por Elisabeth Badinter (1985). Apesar de esforços de feministas apontando para o caráter mítico dessas idéias, estas são ainda as bases da ideologia dominante da maternidade na atualidade. E que são, em certa medida, reproduzidas através das práticas e do discurso médico.

Seja mito, aqui entendido, como o é em Badinter, como invenção e algo ficcional, devemos compreender também que ideologia é constitutiva da cultura (GEERTZ, 1978). E se por cultura entende-se um sistema de símbolos e significados, através do qual compreendemos o mundo e a nós mesmos (o que somos e o que podemos ser), podemos também entender que é a cultura que permite as mulheres se pensarem como mães. Em outras palavras é através da cultura que mulheres que têm filhos pensam sobre si mesmas como “mães”. Ou seja, enquanto um corpo e subjetividade ligados ao cuidado, afetividade, devoção, renúncia, entrega, etc. Portanto, mesmo sendo ficcional, muitas mulheres experimentam esse mito como realidade. E de fato muitas mães experimentam uma dimensão simbiótica entre si mesmas e seus filhos, em que o que um sente, o outro sente, sendo um o outro. Por vezes, a exemplificação de tal experiência é física e corporificada, como a chegada do leite ao seio sincronizada com a necessidade nutricional do filho(a). A mãe acorda não com o choro do filho(a), mas com o leite que jorra dos seios coincidindo imediatamente com o acordar da criança. Algumas mães encontram na maternidade a realização de seus *selves*, de suas vidas, sentido e significado. A gravidez também pode ser o momento em que mais se sentiram belas e poderosas. Neste sentido a cultura (valores, crenças, símbolos e significados)

se faria corpo, a crença se reforça na sua corporificação. Mas o que acontece com aquelas mulheres que não experimentam a maternidade em conformidade ao modelo hegemônico? Toma-se aqui hegemônico não como maioria quantitativa, mas aquele modelo sancionado por instituições de referências como a medicina, as escolas, o Estado ( e suas cartilhas de saúde da família), as igrejas, a literatura de auto-ajuda ou de especialistas (psicólogos, psiquiatras, etc.). É hegemônico, mas não único, mas sobretudo oficialmente reconhecido e reproduzido. Lembra-se aqui que é preciso algum grau de institucionalização para que modelos de subjetividade e de comportamento possam se reproduzir, competir com outros.

Faz-se necessário também avaliar a importância da dimensão do prazer em práticas da maternagem, como a amamentação. Algumas mulheres amamentam por que têm prazer pessoal na amamentação, para outras a imposição moral é maior que o sofrimento e o desprazer na atividade, suportam a dor e as dificuldades como renúncia e como amor; outras nem experimentam prazer e nem conseguem levar a cabo a imposição moral, desistindo de amamentar antes do período mínimo recomendado, e mesmo assim acreditam amar seu filho(a). Seria interessante um estudo comparativo da prática da amamentação entre classes sociais. Crenças sobre valores alimentares, praticidade e economia, assim como prazer ou desprazer, podem ganhar significados e hierarquias distintas de acordo com o estrato social, idade, e mesmo estilo de vida de algumas mulheres.

Sobre a compreensão do corpo não apenas como texto mas como lugar prático de controle social, as contribuições de Foucault (1987) e Bourdieu (1997;1998) são inegáveis. Nesses autores, guardadas as diferenças, o corpo prático não é puramente uma entidade biológica, mas uma forma culturalmente mediada. É através de práticas corporais (higiene, alimentação, maneiras à mesa, etc.) estabelecidas socialmente e tornadas habituais que o controle social é exercido. Dessa forma a feminidade, no caso, a maternidade, é construída através de um intenso processo de normatização. Por outro lado, tal interpretação construcionista tem limites. Inspiro-me aqui na discussão de

Judith Butler (2001), quando tenta responder a seguinte pergunta: “Existe alguma forma de vincular a questão da materialidade do corpo com a performatividade do gênero?” (2001:153). Para Butler a diferença sexual não é nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas. Por outro lado, ela lembra que afirmar que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva não é a mesma coisa que afirmar que o discurso causa a diferença.

Muito apropriadamente Butler chama atenção de que a compreensão da relação entre cultura e natureza, pressuposta por alguns modelos do gênero como construção, nos leva a compreender que existe uma agência cultural ou social sobre a natureza, sendo a natureza compreendida como uma superfície passiva, fora do social, mas que é sua necessária contraparte. (156-157). É, entretanto, preciso reconhecer o problema teórico e empírico de que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais suas materializações são impostas. Não se pode pensar o corpo nem como algo dado, nem como algo construído por uma herança cultural.

Impõe-se a necessidade de se compreender a natureza com um conjunto de inter-relações dinâmicas. Neste sentido, Butler aproxima-se das discussões de Ingold, Csordas e do próprio Bourdieu (*habitus*) e tantos outros cientistas sociais investidos na busca por modelos analíticos que envolvam a ruptura entre linguagem e experiência, mente e corpo. Aqui se oferece a oportunidade de se considerar “corpos desviantes”, e a compreensão de que os corpos são construídos não por uma agência exterior sob um sujeito passivo, mas que sua construção envolve negociação, num conjunto de relações dinâmicas.

### **Notas finais:**

O artigo coloca como problema a compreensão da mulher sobre si mesma como mãe. Problema que se indica

na atualidade como uma questão social e de saúde mental. Sharon Hays (1996), no livro *The Cultural Contradiction of Motherhood* descreve com extraordinária perspicácia as expectativas conflituosas sobre a mulher que exerce a maternagem. A mesma sociedade que dissemina uma ideologia que conduz as mães a dedicarem altruisticamente seu tempo, dinheiro e amor em nome da criança é simultaneamente a mesma que valoriza um conjunto de idéias e valores que se confrontam com isso, qual seja, a ênfase em relações impessoais entre indivíduos isolados que eficientemente buscam o lucro pessoal. Da mulher é tanto esperado que seja trabalhadora produtiva - considerando que se está falando que isto envolve normalmente mais de 40 horas por semana de trabalho-, como também que seja exemplo perfeito corporificado, materializado da ideologia da maternidade intensiva. Este modelo exige da mulher que se dedique ela mesma (não o pai, ou os avós, ou qualquer outro parente mais próximo) ao desenvolvimento e crescimento de seu(s) filhos(s), supervisionando cada detalhe, respondendo adequadamente a todas as necessidades e desejos em todas as fases do seu desenvolvimento intelectual e afetivo (mães presentes; filhos mais felizes e inteligentes). Como Susan Bordo ( 1997 ) bem observa, à mulher, hoje, se impõe uma nova exigência: a incorporação de valores masculinos (suas virtudes) da arena pública. O corpo feminino é forçado, ou melhor, habituado, tanto com as virtudes tradicionais da feminidade como com as virtudes masculinas.

Como e por que uma mãe que passa por disciplinas e práticas corporais e de *self* da maternidade, decidem romper com o modelo hegemônico? O que faz as mães se desviarem de algo em que elas mesmas acreditam? Como dão as costas para certas categorias culturais? Estudos mostram que mesmo sabendo da importância da amamentação, algumas mulheres optam por outras práticas (ve LUCENA et alli, 2002; SOUZA et alli, 2004). Talvez certas categorias sejam mediadas por outras e sofram um hierarquização de modo distinto de acordo com o contexto social de cada mulher. Como e em que medida se tornam corpos “desviantes - recusam as dietas, optam pelo parto cesária, decidem não amamentar ou fazer o desmame antes do estabelecido por

orientações médicas e sociais? Por que razões tornam-se “desviantes”? Ao romper com o que é prescrito, consideram-se desviantes? Ou ainda, não seria esse desvio negociado com o pai da criança, a avó, ou até mesmo com o médico? O habitus materno é mais eficazmente adquirido através de que instituições, de que rede de relações (médico, amigas, mãe, colegas de trabalho)? Como a maternidade é experimentada? Acredito que a experiência é um ponto importante. Em geral, os estudos sobre amamentação, por exemplo, focam em crenças e concepções sobre alimentação e a dimensão da experiência e seus afetos e sensações (prazer e desprazer) são minimizados. Quem são os agentes com que negociam o desvio e a conformidade com o modelo ( Avós, Mães, amigas, parceiros, médicos, etc,)? Como definem maternidade, amor materno, suas obrigações e responsabilidades? Como experimentam o desvio? Poderia se pensar numa nova forma de maternidade negociada? Se sim, o que se pode negociar? O que não é negociável? Como, então, este novo modelo convive com o modelo hegemônico que parece ser o sancionado, validado e reproduzido nas práticas médicas (obstetrícia e pediatria )? Em que medida as práticas médicas estão envolvidas com a moral do cuidado e com ideologia da maternidade intensiva? Têm elas ( a pediatria e a obstetrícia) poder de habituar um modelo de maternidade nos dias de hoje, tal e qual como poderíamos pensar com Foucault e Bourdieu?

### Referências Bibliográficas

- ARENDELL, T. (1999) Mothering and Motherhood: a decade review.[http://www.bc.edu/bc\\_org/avp/wfnetwork/berkeley/papers/3.pdf](http://www.bc.edu/bc_org/avp/wfnetwork/berkeley/papers/3.pdf).
- BOURDIEU, Pierre (2003) *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BADINTER, Elisabeth. (1980) *Um Amor Conquistado - o mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BORDO, Susan. R. (1997) "O Corpo e a Reprodução da Feminidade: uma apropriação feminista de Foucault" In JAGGAR, A.& BORDO, S. *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.

BUTLER, Judith. (2001) "Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo"" In LOURO, Guacira.L. *O Corpo Educado - pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica.

CAMPOS, Roberta B. C. (2002) "Sofrimento, misericórdia e caridade no Juazeiro do Norte: uma visão antropológica das emoções na construção da sociabilidade". *Ciência e Trópico*, FUNDAJ-Massangana, Recife, v.30, n.2, p.253-266.

CAMPOS, Roberta B. C. (2002) "Imagens de Sofrimento e Caridade no Juazeiro do Norte: uma visão antropológica das emoções na construção da sociabilidade". *RBSE*, vol.1, n1.

CAMPOS, Roberta B. C. (2002) " A compadecida no Juazeiro do Norte: performance de imagens bíblicas e emoções entre os Ave de Jesus". *ILHA*, Florianópolis, vol4.n.1, p.115-132.

CAMPOS, Roberta B. C.C., MELO, Roberta e LIRA, Luciana (2003) Cuidando de si e do futuro: estrutura dos sentimentos nas práticas corporais femininas. Trabalho apresentado na VIII ABANNE, São Luis, Maranhão.

CHODOROW, Nancy.(1978) *The reproduction of mothering: Psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley, University Press.

COSTA, Freire J. (1998) *Sem Fraude nem favor*. Rio de Janeiro, Rocco.

DE SOUZA, Ana Maria et alli (2004) A Influência da Família no aleitamento materno exclusivo. Monografia, III Curso de Saúde da Família.

DEL PRIORE, Mary. (2000) *Corpo a Corpo com A Mulher, pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo, Editora Senac.

DOUGLAS, Mary. (1973) *Natural Symbols*. Middlesex, Pinguin Books.

COSTA, Jurandir Freire (1998) *Sem Fraude nem Favor, estudos sobre amor romântico*. Rio de Janeiro, Rocco.

FOUCAULT, Micheal. (1987) *The Use of Pleasure, The History of Sexuality*. Middlesex, Pinguin Books.

GARCIA, A. & LOPES, R.C. S. (2003) "Representações de Maternidade de Mães Jovens e suas Mães. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.8, num. Especial, p.63-73.

GIDDENS, Anthony. (1991) *As Consequências da Modernidade*. São Paulo, UNESP.

GIDDENS, Anthony. (1993) *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo, UNESP.

LUCENA, Alecssandra Gomes de et alli. (2002) Concepção de mães sobres as práticas alimentares das crianças nos seis primeiros meses de vida.UEPE, monografia para obtenção de título de especialista em saúde da família.

LÉVI-STRAUSS, C. (1996) *Tristes Trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras.

LUTZ, Catherine A. (1988) *Unnatural Emotions*. Chicago: University of Chicago Press.

HAYS, Susan. (1996) *The Cultural contradictions of motherhood*. New Haven, CT, Yale University Press.

ROSALDO, Michele (1993) *Knowledge and Passion*. Cambridge: Cambridge University Press.

SANT'ANNA, D. B. (2001) "É Possível Realizar uma História do Corpo?", in C. L. Soares (org), *Corpo e História*. Campinas, Autores Associados.

SIMMEL, George. (1993) *Filosofia do Amor*. São Paulo, Martins Fontes.

TURNER, Bryan. (1997) *The Body and Society*. London, Sage.

WACQUANT, Loic. (2001) "Whores, slaves and Stallions: Languages of exploitation and Accomodation among Boxers". *Body and Society*, London, Sage, vol. 7 (2-3): 181-194.

**Resumo:** Este artigo argumenta em favor da importância de se compreender as transformações de significados por que passa e tem passado o amor materno. O objeto de reflexão não é a ausência do amor materno, mas a sua presença. Mais precisamente, suas diferentes formas de experiências, afetos e significados e, sobretudo, a negociação de sua realidade na sociedade contemporânea. Em outras palavras, busca compreender como as mulheres da atualidade que trabalham fora do espaço doméstico e que exercem a maternidade negociam a realidade do amor a seus filhos.

**Palavras-chave:** Amor Materno, Maternidade, Gênero.

**Abstract:** This paper argues about the importance to understand the transformations of meanings in relation to the maternal love. The reflection has as object is not the absence of the maternal love, but its presence. More necessarily its different forms of experiences, affection and meanings and, over all, the negotiation of its reality in the society contemporary. In other words, searches to understand as the women of the present time who work outside of the domestic space, and that practices the maternity, negotiate the reality of the love to yours children.

**Keywords:** Maternal Love, Maternity, Gender.

### **Capítulo III – A Adaptação dos Fenômenos**

As explicações dadas nos capítulos anteriores nos permitem compreender o verdadeiro sentido da palavra adaptação, que exprime o aspecto mais profundo sob o qual a ciência encara o universo. Aqui, ainda, vamos ver que a evolução da ciência, em qualquer ordem de realidade, consiste em passar do grande ao pequeno, do vago ao preciso, do falso ou superficial ao verdadeiro ou profundo, ou seja, em descobrir ou imaginar, em primeiro lugar, uma imensa harmonia global, ou algumas grandes e vagas harmonias externas às quais se substitui gradualmente inúmeras harmonias internas e um número infinito de infinitesimais e férteis adaptações.

Vamos ver, também, que a evolução da realidade, precisamente inversa aqui, como em outro lugar qualquer do conhecimento, consiste em uma tendência incessante das pequenas harmonias internas a exteriorizar-se e a amplificar-se progressivamente. Acessoriamente, não deixaremos de notar, como o fizemos nos capítulos anteriores, que, se o progresso do conhecimento nos faz descobrir harmonias novas e mais profundas, nos revela também desarmonias até então despercebidas e mais profundas.

Mas, primeiro, comecemos por algumas definições ou explicações necessárias. O que é, exatamente, uma adaptação ou uma harmonia natural? Tomemos um exemplo fora da vida, onde a relação teleológica do órgão tem uma função tão clara que não há necessidade de ser explicada: como a bacia de um rio. Vê-se aqui uma montanha ou uma cadeia de colinas adaptadas ao escoamento das águas do rio, e os raios do sol adaptados ao levantamento das águas do oceano formando nuvens, seguidas pelos ventos adaptados ao transporte destas nuvens para as coberturas dos montes, onde recaem em chuvas e mantêm as fontes, os riachos, os rios, afluentes do grande curso de água. Há, por conseguinte, um equilíbrio móvel, um circuito de ações conectadas e que se repetem e se reproduzem com variações.

Poderia-se dizer que um ser vivo possui um circuito similar, apenas, muito mais complicado e no qual a adaptação não é unilateral, como no exemplo citado, porém, recíproca. O órgão serve ao cumprimento da função viva e, reciprocamente, a função viva serve à manutenção do órgão. No regime de águas do planeta, porém, se a montanha for

adaptada ao escoamento das águas, este escoamento, além de servir para manter a instalação, tem o efeito de a desnudar e, pouco a pouco, de a suprimir. Não tem, também, nenhuma reciprocidade sobre a ação que torna o calor solar adaptado à irrigação do solo.

Recordo, contudo, é sempre uma harmonia que se repete. Pode-se vê-la através de outros exemplos. Cada planeta de um sistema solar, considerado mecanicamente, quer dizer, como um ponto que se move, apresenta o espetáculo de uma harmonia entre a sua inclinação em relação ao sol e a sua tendência de afastar-se tangencialmente: haveria oposição se estas duas forças centripetas e centrífugas tendessem a exercer-se sobre a mesma linha direita, mas, como são perpendiculares uma à outra, há adaptação. A oposição e a adaptação transformam-se, assim, uma na outra, na natureza<sup>7</sup>.

Ora, a gravitação do planeta é a repetição, a repetição variada da adaptação mecânica. Considerado mesmo geologicamente, no ponto de sua composição estratigráfica e físico-química, um planeta é uma disposição muito harmoniosa de estratos sobrepostos, e, se si crê, sobre este ponto, como o Senhor Stanislas Meunier, esta disposição se repetirá em cada planeta. Repetir-se-á, mesmo, na constituição geral do sistema solar, já que um corte teórico da terra forma, do centro para a circunferência, uma sucessão de camadas incandescentes, seguidamente sólidas, imediatamente líquidas e, logo após, gasosas, cada uma necessária para a seguinte. Além do que estas sucessões são análogas às da natureza dos astros que se encontram, partindo do sol, como centro, e indo até às extremidades do sistema, até a Netuno, que é gasoso. Pouco nos importa, de resto, a verdade desta analogia.

Um agregado qualquer é um composto de seres adaptados uns aos outros, ou exercendo uma função comum. Agregado significa adaptado. Mas, além disso, podem se coadaptar diversos agregados que possui relações comuns, o que se constitui em uma adaptação de grau superior.

É possível distinguir, assim, uma infinidade de graus. Para tornar mais simples, distingo, apenas, dois graus da adaptação. A adaptação de primeiro grau, é a que apresenta entre si os elementos do sistema que se considera. A adaptação de segundo grau, por sua vez, é a que une aos sistemas que a rodeiam, e é chamada por uma palavra bastante vaga, de seu meio.

---

<sup>7</sup> \_ Uma tromba d'água, um ciclone, formam, também, uma harmonia atmosférica, um circuito de ações devido ao acordo de duas forças que não se obstruem, mas se completam.

O ajustamento difere muito, desta forma, em qualquer ordem de fatos, do ajustamento a outros elementos, assim como, a repetição (hábito) difere da repetição de outros (herança ou imitação), como a oposição (hesitação, dúvida) difere da oposição com outros (luta, concorrência). Frequentemente, estas duas espécies de adaptação são, até certo ponto, exclusivas uma da outra. Na realidade de constituições políticas, porém, frequentemente, se as observa mais coerentes com elas mesmas, sendo possível de serem deduzidas de forma mais lógica. Não apresentam pontos altos, nem os caracteres de adaptação de primeiro grau são menos adaptados às exigências do seu meio tradicional e usual, e, reciprocamente, os mais práticos eram os menos lógicos.

A mesma observação é aplicável às gramáticas das línguas, a religião, as belas-artes, etc: a única gramática perfeita, às regras sem qualquer exceção, é a da mistura de línguas (volapük)<sup>8</sup>. Aplicável tanto aos organismos aparentemente perfeitos que, vistos mais de perto se torna não viáveis, e que seriam mais viáveis se fossem menos perfeitos. A perfeição da acomodação pode prejudicar a sua flexibilidade<sup>9</sup>.

Estas preliminares sugeridas mostram a verdade das nossas duas teses, enunciadas mais acima. Os partidários das causas finais fizeram tudo o que puderam para desacreditar a idéia de finalidade. Não é menos certo, contudo, que é no momento mesmo em que se introduz esta noção, mesmo sob sua forma mística e menos racional, na concepção do mundo, que se inicia o primeiro balbucio da ciência.

O que tem sonhado a consciência primitiva à vista do universo estrelado? Com uma adaptação imensa, única e quimérica, nascida da ilusão que se chamou de geocêntrica, onde todas as estrelas estão para a terra. A terra e, sobre a terra, uma vila, uma cidade, é o alvo objetivo do firmamento que se preocupa perpetuamente com o destino destes seres efêmeros que somos.

---

8 - Volapük – Segundo o *Petit Robert. Dictionnaire de la langue française*, é uma palavra de origem inglesa, que quer expressar um tipo de língua mundial. Uma espécie de linguagem internacional artificial, como o Esperanto, por exemplo, ou, ainda, uma mistura de línguas (nota do tradutor).

9 - Uma visão espirituosa, uma idéia, até então dadas, o progresso intelectual a partir desta idéia (mistura de verdade e de erro, em geral) pode realizar-se em dois sentidos diferentes: 1º no sentido de uma adaptação do primeiro grau, apenas, isto é, da harmonização gradual desta idéia com ela própria, a sua diferenciação e a sua coesão interna (desenvolvimento de muitas teologias e de metafísicas); 2º no sentido de uma adaptação do segundo grau, ou seja, de uma harmonização gradual desta idéia com os dados dos sentidos, com os contributos externos da percepção e da descoberta (desenvolvimento científico). No primeiro caso, o progresso consiste frequentemente em passar de um erro menor a um erro maior.

Astrologia surge como o desenvolvimento lógico desta grandiosa e imaginária adaptação do céu para a terra e ao homem. A astronomia verdadeira não somente fez desmaiar esta absurda harmonia, mas quebrou a unidade da harmonia celestial, parcelou-a em tantas harmonias parciais quanto há de sistemas solares, separadamente coerentes, simetricamente coordenados, mas ligados entre eles por relações duvidosas e bastantes vagas, grupos de nebulosas informes, em constelações disseminadas, cintilando desordem.

Enamorada da ordem, como o é, nomeadamente, a razão humana, logo precisou renunciar a procurar na totalidade do mundo, no Cosmos, o objeto mais elevado da sua admiração, os traços e as mais marcas de uma coordenação divina. Precisou descer ao sistema solar para encontrá-lo, e, na medida em que foi conhecendo melhor este pequeno mundo, não foi tanto o conjunto, mas os detalhes, desta bonita associação de massas que provocou o seu êxtase.

Mais que os relatos dos planetas entre elas, o informe de cada uma delas com seus satélites, e, melhor ainda, sobre a superfície de cada um destes, sua formação geológica, o regime de suas águas, a sua composição química, a afetou de surpresa, e revelou um estreito acordo. Não é mais para a imensa cúpula dos céus que deve girar-se doravante a alma religiosa para adorar a sabedoria profunda que move este mundo. É, antes, no crisol do químico que se deve observar, para explorar o mistério destas harmonias físicas mais precisamente indubitáveis e as mais maravilhosas de todas, mais admirável que a desordem estrelar - as combinações químicas. Se, a partir de um microscópio bastante forte, pudéssemos perceber o interior de uma molécula, quanto o entrecruzamento prodigioso dos movimentos elípticos ou circulares que provavelmente o constituem, parecer-nos-ia mais fascinante do que o jogo, bastante simples depois de tudo, dos grandes entornos celestiais!

Se do mundo físico passamos ao mundo vivo, aqui, ainda, constatamos que a primeira diligência da razão foi conceber uma grandiosa e única adaptação, a da criação orgânica inteira, vegetal ou animal, aos destinos da humanidade, ao seu alimento, para o seu divertimento, para a sua proteção, até a advertência dos seus perigos ocultos. A adivinhação augural e o totemismo, espalhados desde as origens entre todos os povos, não têm outro alicerce. E o progresso do conhecimento dissipou esta ilusão antropocêntrica em vão, pois ainda permanece algo no erro erudito, por muito tempo presente entre os naturalistas filosóficos, de representar a série paleontológica como uma

ascensão certa em direção ao homem, e de observar cada espécie extinta ou viva como uma nota no grande concerto chamado de o Plano Divino da Natureza.

Edifício ideal e regular onde o homem era o ápice. Penosamente, à força de desmentidos acumulados pela observação, foi sendo necessário, efetivamente, se desprender desta idéia tão cara e reconhecer que não era nas grandes linhas de evolução dos seres, sempre ramificada e tortuosa, nem mesmo nas grandes associações de espécies diferentes de uma fauna ou de uma flora regional, apesar da adaptação notável revelada nos casos de comensalismo ou das relações dos insetos com as flores de certos vegetais, que a natureza desdobrava a sua maravilhosa potência de harmonia, mas que esse processo acontecia, sobretudo, nos detalhes de cada organismo.

As causas finais, eu creio, comprometeram a idéia de fim por terem feito dela um emprego abusivo, errado, mas não excessivo. Poderia acusar-lhes, antes, pelo contrário, de terem feito um uso demasiado restrito, com suas práticas unitárias de espírito. Não há um fim na natureza, um fim em relação ao qual todo o resto é meio. Há, sim, uma multidão infinita de fins dos quais uns e outros procuram se utilizar. Cada organismo, e em cada organismo cada célula, e, em cada célula, talvez, cada elemento celular, possui sua pequena providência a si e em si.

Aqui, portanto, como disse acima, somos conduzidos a pensar que a força que harmoniza – aquela, pelo menos, cuja ciência positiva tem o direito de ocupar-se, sem negar de modo algum a possibilidade de uma outra – é, não imensa e única, externa e superior, mas infinitamente multiplicada, infinitesimal e interna. A fonte, por certo, de todas as harmonias vivas, cada vez menos é apreendida na medida em que se afasta do ponto de partida e abarca um campo mais vasto, o óvulo fecundado. Intersecção viva de linhagens que lá se encontraram, em um cruzamento às vezes feliz, e princípio de novas aptidões que se espalharão e propagar-se-ão à sua volta, graças à seleção dos mais aptos ou a eliminação dos menos aptos.

Cheguemos ao mundo social. Os teólogos, que sempre foram os primeiros sociólogos, dos sociólogos sem o conhecimento, conceberam, freqüentemente, a rede de todas as histórias dos povos da terra como a convergência, desde o princípio da humanidade, para o advento do seu culto. Leiam Bossuet. A Sociologia então foi laicizada em vão, pois não se livrou do mesmo tipo de preocupações. Comte, magistralmente, transpôs o pensamento de Bossuet, que tinha razão de admirar: para ele, toda a história da humanidade convergiu para a era e o reino de seu

positivismo, que nada mais é do que uma espécie de neocatolicismo laico. No entender de Augustin Thierry, de Guizot, e outros historiadores filosóficos desde 1830, todo o curso da história européia não pareceu convergir... para a monarquia de julho? A bem da verdade, não foi a Sociologia que Comte fundou, foi ainda uma simples filosofia da história que nos ofereceu sob este nome, mas admiravelmente deduzida. Foi a última palavra da filosofia da história.

Como todos os sistemas que se nomeou assim, a sua concepção amplia para nós a história humana, este desenvolvimento igualmente confundido ou, antes, esta mistura confusa de desenvolvimento policromático, sob o aspecto de apenas uma e única evolução, única e singular representação de uma espécie de trilogia ou de tragédia insólita, arranjada de acordo com as regras de um gênero, de onde qualquer um pode se atrelar, de onde cada um dos três estados conectados se compõe de fases ligadas uma às outras, em que cada anel é adaptado e rebitado exclusivamente ao seguinte, e por onde o conjunto se precipita, irresistivelmente, para o desenlace final. Com Spencer, já, um grande passo é realizado para uma inteligência mais válida da adaptação social: não é mais para um drama único, e sim para uma diversidade de dramas sociais diferentes e singulares que a sua fórmula da evolução social é aplicável.

Os evolucionistas da sua escola, ao formular as leis do desenvolvimento lingüístico, do desenvolvimento religioso, do desenvolvimento econômico, político, moral e estético, entenderam, também, implicitamente pelo menos, que estas leis podem regular não uma única seqüência de povos aos quais se reserva o privilégio de serem chamados de históricos, mas todos os povos que existiram ou existirão. Continua o mesmo erro anterior, apenas, sob uma forma multiplicada e com dimensões mais reduzidas, isto é, a de crer que, para se ver, pouco a pouco, aparecer à regularidade, a ordem ou o grau lógico, nos fatos sociais, é necessário sair de o seu detalhe, essencialmente irregular, e ascender até alcançar, de uma vista panorâmica, os vastos conjuntos. Que o princípio e a fonte de qualquer coordenação social se encontra em algum fato muito geral, de onde descende por graus até aos fatos particulares, que vão se enfraquecendo singularmente, e que, em resumo, o homem se discute, mas uma lei da evolução o leva.

Creio o contrário, em certa medida. Não é que eu negue que exista, entre as diversas e multiformes evoluções históricas dos povos, refluindo como rios em uma mesma bacia, certas inclinações comuns. Eu sei, efetivamente, que muito desses riachos ou desses rios se perdem na estrada,

os outros, contudo, por uma seqüência de confluências, e através de milhares de movimentos, terminam por confundirem-se em uma mesma corrente geral, que, apesar da sua divisão em braços diversos, não parece destinada a se fracionar em múltiplas desembocaduras. Mas vejo, também, que a verdadeira causa deste rio final do conjunto desses rios, deste predomínio final de uma evolução social - a dos povos chamados históricos - entre todos os outros, é a série das descobertas da ciência e as invenções da indústria que foram se acumulando incessantemente, utilizando-se reciprocamente, moldando sistemas e feixes, e cujo verdadeiro encadeamento dialético, não sem sinuosidades, parece refletir-se vagamente no dos povos que contribuíram para produzi-lo.

E, se si remonta à verdadeira fonte desta grande corrente científica e industrial, é possível encontrá-la em cada um dos cérebros de engenharia, indeterminados ou famosos, que acrescentaram uma verdade nova, um novo meio de ação, ao legado secular da humanidade e que, por este contributo, tornou mais harmoniosas as relações entre os homens desenvolvendo uma espécie de comunhão de seus pensamentos e a colaboração dos seus esforços. Ao contrário, portanto, dos filósofos dos quais acabo de falar, constato que o detalhe dos fatos humanos contém unicamente as adaptações que apreendem, que nele se encontra o princípio das menores harmonias perceptíveis em um domínio mais extenso, e que, quanto mais se ascende de um pequeno grupo social muito unido, da família, da escola, do atelier, da pequena igreja, do convento, do regimento, para a cidade, à província, à nação, menos a solidariedade é perfeita e impressionante.

Existe, em geral, mais lógica em uma frase do que em um discurso, em um discurso do que em uma seqüência ou um grupo de discursos. Existe mais harmonia em um rito especial do que em todo credo, em um artigo de lei do que em todo código, em uma teoria científica específica única do que em todo um corpo de ciência. Há mais harmonia, por fim, em cada trabalho executado por um trabalhador do que no conjunto de sua conduta.

Isto sucede, se observa, a menos que uma individualidade potente intervenha para regulamentar e disciplinar os fatos globais. Neste caso, - que, de resto, tende a ficar cada vez mais freqüente, porque a civilização é caracterizada pelas facilidades que oferece a um programa individual de reorganização social para realizar-se, - não continua verdadeiro que a harmonia dos agregados permaneça porque inversa da sua massa. De forma freqüente - e cada vez mais freqüentemente - os mais

volumosos podem ser os mais harmoniosos. Por exemplo, a administração francesa, como organizada pela despótica engenharia de Napoleão se adapta, pelo menos, tanto ao seu objetivo geral, como pode ser o menor dos seus mecanismos ao objetivo específico deste. A rede ferroviária do Estado Prussiano, da mesma forma, se adapta tanto ao seu fim estratégico, como pode sê-lo, aos seus fins comerciais ou outros, cada uma das suas estações.

Da mesma forma, o sistema de Kant, de Hegel, ou de Spencer, são tão coerentes na sua prescrição geral, como o são algumas das pequenas teorias parciais que lhes serviram de fonte. Uma legislação bem codificada pode apresentar tanta ordem no arranjo dos seus títulos e dos seus capítulos que cada uma das leis parciais parecem unidas na relação das suas diversas disposições. Quando uma religião refundiu-se através de uma vigorosa teologia, o encadeamento dos seus dogmas pode ser ou parecer mais lógico do que cada um deles tomados à parte. Mas, como é fácil ver, tais fatos, aparentemente contrários aos que acabo de enunciar mais acima, concorrem realmente com estes para mostrar que é a engenharia individual a verdadeira fonte de qualquer harmonia social. Já que estas bonitas coordenações foram concebidas bem antes de serem executadas, e começou por não existirem mais do que sob a forma de uma idéia oculta em algumas células cerebrais, antes de cobrirem um imenso território.

Alguns poderão dizer, agora, que a adaptação social elementar é, basicamente, a de dois homens em que um responde, em palavra ou como efeito, à pergunta do outro, de forma verbal ou tácita? Porque a satisfação de uma necessidade, da mesma maneira que a solução de um problema, é a resposta a uma questão. Dirão, portanto, que esta harmonia elementar consiste na relação entre dois homens em que um ensina e o outro se instrui, entre os quais um controla e o outro obedece, em que um produz e o outro compra e consome, em que um é ator, poeta, artista, e o outro é espectador, leitor, amador? Ou, que ambos colaboram juntos na mesma ação? Sim, e, embora esta relação implique sempre dois homens, onde um é modelo e o outro, cópia, é bem diferente.

Em minha opinião, contudo, é necessário impelir a análise para frente e, como acabo de indicar, procurar a adaptação social elementar no cérebro mesmo, na engenharia individual de um inventor. A invenção, - aquela que é destinada a ser imitada, já que a que continua fechada no espírito do seu autor não conta socialmente, - é uma harmonia de idéias, mãe de todas as harmonias dos homens. Para que haja troca entre o produtor e o consumidor, e para

que haja doação ao consumidor da coisa produzida (porque a troca é uma dádiva mutualizada e, como tal, veio após o dom unilateral), é necessário que o produtor tenha iniciado por apresentar, simultaneamente, duas idéias, a de uma necessidade do consumidor, donatário, e a de um meio capaz a satisfazê-lo. Sem esta adaptação interna de duas idéias, a adaptação externa chamada dom e, depois, troca, não era possível. Do mesmo modo, a divisão do trabalho entre vários homens, que repartem as diversas partes de uma mesma operação executada anteriormente por um só, não teria sido possível se este não tivesse tido a idéia de conceber estes diversos trabalhos como as partes de um só e mesmo todo, ou como os meios de um mesmo objetivo. No fundo de qualquer associação entre homens, há, repito, originalmente, uma associação entre idéias de um mesmo homem.

Que não objeção para mim de que esta adaptação de idéias, umas às outras, apenas merece o nome de social porque foi expressa através de uma adaptação de homens, uns em relação aos outros. Frequentemente, com efeito, exprimiu-se diferente, e mesmo, parece que este outro tipo de expressão tende a prevalecer. Depois que um trabalho feito por só um homem foi substituído por uma divisão de trabalho entre vários homens, chega-se, frequentemente, a conclusão de que uma nova invenção tem por efeito realizar, através de uma máquina, todas as fases da operação.

Neste caso, a divisão de trabalho, a associação dos trabalhos entre os homens, apenas exerceu, entre a associação das idéias no cérebro do primeiro criador da obra e a associação da energia na máquina, o papel de um meio termo. Esta não se localiza, apenas, no grupo trabalhador que personificou a brilhante idéia, materializou-se, também, em pedaços de ferro ou madeira. E, neste caso, tende a generalizar-se pelos progressos da maquinaria. Suponham, - por impossível que possa parecer, - que toda a produção humana tenha se operado assim, através das máquinas. Não haveria mais divisão de trabalho, porque não haveria mais, ou quase mais, trabalho, e pode-se dizer, se si quiser, que não trará mais harmonia social na realidade, mas conterà, apenas, mais unísono social. E este unísono, bem mais desejável que esta harmonia, não terá sido o efeito destas de inúmeras e infinitesimais adaptações cerebrais? Onde encontrar fatores sociais mais potentes que estes fatos, que não sejam individuais?

Acabamos de ver que a evolução da Sociologia a levou, aqui como em outro lugar, a descer das alturas quiméricas de causas grandiosas e vagas a infinitesimais ações reais e precisas. Mostrei atualmente, ou antes, indiquei - porque o espaço nos falta para uma exposição detalhada, -

que a evolução da realidade social, precisamente oposta à realizada pela ciência social, consistiu na sua passagem gradual de uma multidão de pequenas harmonias a um número menor de grandes e um pequeno número de muito grandes harmonias. Até chegar, em um futuro indefinido, ao consumo do progresso social em uma civilização única e total, tão harmoniosa quanto possível.

Naturalmente, esta lei de alargamento progressivo não deve se entender, aqui, além da tendência a divulgação imitativa de uma invenção ou de um grupo de invenções, o que seria retornar à lei de imitação, que já conhecemos. Não se trata mesmo da ampliação incessante, que esta radiação imitativa procura para a harmonia social que se chama divisão de trabalho e que deveria chamar-se, antes, a solidariedade dos trabalhos. Uma indústria que permanece igual, sem nenhum novo progresso, a cooperação social que resulta crescer à medida que, por um lado, as necessidades de consumo às quais responde e, por outro lado, os atos de produção pelos quais existe, propagam-se por imitação para além da região, inicialmente muito limitada, de onde surgiu. Por mais importante que seja o fenômeno de ampliação dos mercados, prelúdio habitual da federação dos povos, não é o mesmo do qual se trata aqui. À bem da verdade, é bem raro que, sem qualquer progresso intrínseco da indústria, este progresso extrínseco possa realizar-se.

É deste progresso intrínseco que queremos falar, ou seja, o da tendência de uma invenção, de uma adaptação social dada, a edificar-se e se fecundar, adaptando-se a uma outra invenção, a uma outra adaptação, e gerando assim uma nova adaptação. Nova adaptação esta que, por outros encontros e através de outras alianças lógicas do mesmo tipo, conduzirá a uma síntese mais elevada, e assim por diante. Estes dois progressos, - o progresso de uma invenção em extensão pela sua propagação imitativa, e o seu progresso em compreensão, em certa medida, através de séries de hímens lógicos, - são certamente distintos. Ao contrário de serem opostos, porém, e apesar da oposição habitual entre a extensão e a compreensão das idéias, andam frente a frente e são inseparáveis.

A cada aliança cerebral de duas invenções em uma terceira, - como, por exemplo, a idéia da roda e a idéia da domesticação do cavalo que, após terem se propagado independentemente uma da outra, durante séculos talvez, fundiram-se e harmonizaram-se na idéia do tanque, - foi necessário essencialmente, para fazê-las se aproximar em um mesmo cérebro, o funcionamento da imitação, como algo que parecesse como já tivesse sido imprescindível, para o aparecimento de cada um deles, e que os seus elementos

tivessem sido trazidos ao espírito dos seus autores por diversas radiações de exemplos. Bem melhor, para cada nova síntese de invenções, fez-se necessário, em geral, uma radiação imitativa mais vasta que as precedentes.

Há um entrelaçamento contínuo destas duas progressões, a progressão imitativa, uniformizando, e a progressão inventiva, sistematizando. São ligadas umas as outras por uma relação que nada tem de rigorosa, sem dúvida, - porque, por exemplo, uma série bastante longa de árduos teoremas pôde desenrolar-se no cérebro Arquimedes e de um Newton sem qualquer contributo de elementos fornecidos por cientistas estrangeiros no intervalo de cada uma destas descobertas, - contudo, esta relação é bastante habitual, de modo que esperamos, sempre, ver a extensão do campo social e a intensidade das comunicações sociais, a amplitude e a profundidade das nacionalidades, senão dos Estados, crescerem, de forma simultânea à riqueza das línguas, a beleza arquitetural das teologias, o regime financeiro, a coordenação e a complicação administrativa, e aos refinamentos e a variedade da literatura e das belas-artes.

Não é menos verdadeiro, mais uma vez, que haja necessidade de não se confundir, como é feito freqüentemente, o progresso da instrução, simples fato de imitação, com o progresso da ciência, feito de adaptação. Nem o progresso do industrialismo com o progresso da indústria mesma. Nem se pode confundir o progresso da moralidade com o progresso da moral, nem tampouco o progresso do militarismo com o progresso da arte militar, e nem o progresso da língua, entendida pela expansão do som territorial, com o progresso da linguagem, entendido pelo refinamento da sua gramática ou o enriquecimento do seu dicionário.

A ciência progride cada vez mais, embora a instrução tenha cessado de espalhar-se, corresponde ao mesmo que dizer que, a instrução propaga-se cada vez mais, embora a ciência continue a ser estacionária? E, se pode dizer que, nos dois casos, houve, para falar vagamente, progresso das luzes? Não, são duas coisas sem uma medida comum.

A cada avanço da ciência, a cada verdade que se acrescenta ao seu corpo, - sua adaptação, - de propostas acordadas entre elas, não é uma simples adição, mas, antes, uma multiplicação, uma confirmação recíproca. Porém, a cada novo aluno que se junta aos demais, a cada novo exemplar cerebral que se publica de uma ciência ensinada, não é mais do que uma unidade adicionada às já existentes. Para ser exato, é preciso reconhecer que existe algo a mais que uma adição: uma comunhão de inteligências. Esta

comunhão de inteligências que resulta, conseqüentemente, da semelhança do ensino oferecido às diversas crianças, permitindo aumentar, em cada um deles, a confiança<sup>10</sup> nos conhecimentos é, também, uma adaptação social, e não menos preciosa.

Antes de ir mais adiante, porém, é necessário fazer algumas observações importantes. Em primeiro lugar, é preciso notar o ponto em que a idéia de adaptação se torna mais precisa e mais clara, quando se passa do mundo físico e mesmo vivo ao mundo social. Sabemos como se dá a adaptação de uma molécula ácida para uma molécula básica com a qual se combina? Ou como se dá uma adaptação de um grão de pólen ao óvulo que, fértil por ele, dará nascimento a um novo indivíduo, instrumento, talvez, de uma nova raça? Não sabemos nada. É claro que, quando duas ondas sonoras, interferindo uma na outra, em vez de entre destruírem-se, se ajudam mutuamente e produzem um reforço do som ou um timbre inesperado, nós somos um pouco menos iluminado sobre a natureza do fenômeno. É necessário afirmar, porém, que este simples reforço de som, ou mesmo a produção deste timbre, é uma criação original, apenas, sob o ponto de vista subjetivo das nossas sensações acústicas, não têm nada de comum com o fato, objetivamente inovador, da combinação química.

Do mesmo modo, quando duas espécies, animal ou vegetal, se encontram, se servem mutuamente, se ajudam e parasitam uma a outra, este caso muito claro de mutualismo vivo dá lugar a um simples crescimento de seu bem-estar e de sua propagação e não deve ser confundido com o caso da fecundação, que continua a ser ainda obscuro. Quando, porém, uma interferência feliz se produz entre duas radiações imitativas, qualquer que seja, continua transparente para a nossa razão. Pode consistir simplesmente no estímulo de um pelo outro - como quando da propagação do bocal Auer<sup>11</sup> favorece a do gás e

---

<sup>10</sup> \_ Observe-se que, eventualmente, esta semelhança dos ensinamentos é completa apenas em relação à escola primária. Ela é menor na escola secundária, apesar da uniformidade dos programas do bacharelado (baccalauréat), e bem menor, ainda, nas escolas superiores, onde o desacordo livre das doutrinas é mais freqüente. O caráter subordinado e mediador da Contradição, e da Discussão, aparece onde o ensino superior reina, tende, porém, sempre a decrescer no ensino secundário, onde já é menos marcado e, mais ainda, na escola primária, onde é nulo. As contradições dos cientistas não servem ou servem apenas para libertar as adaptações de verdades ao uso futuro dos professores rurais.

<sup>11</sup> \_ Gabriel Tarde refere-se ao bocal ou bico Auer, uma espécie de bico de gás à incandescência, que surgiu na França por volta de 1886, seguido de uma segunda versão em 1890, popularizando-se com o nome do seu produtor, Auer Von Welsbach. O modelo era composto de tório e ítrio, onde uma manga de algodão embebida de nitrato de tório (99 %) e de cério (1%) é calcinada: resultando uma "tela" de óxidos que, aquecida dentro de uma chama de gases, emite uma luz viva e muito branca, revolucionando, deste modo, o sistema de iluminação doméstico (Nota do Tradutor).

<sup>12</sup> Gabriel Tarde refere-se ao bocal ou bico Auer, uma espécie de bico de gás à incandescência, que surgiu na França por volta de 1886,

reciprocamente, ou como quando a propagação da língua francesa favorece a da literatura francesa que a favorece, por sua vez.

Pode-se observar, também, que esta interferência tem uma eficácia profunda e provoca uma invenção nova, lugar de uma nova imitação brilhante, - como quando a propagação do cobre, que se encontrou um dia com a do estanho, sugeriu a idéia de fabricar o bronze, ou como quando o conhecimento da álgebra e a da geometria sugeriram a Descartes a expressão algébrica das curvas.

Mas, no último caso, como no primeiro, vemos muito claramente que a adaptação é uma relação lógica ou teleológica e que ela traz em si um ou outro destes dois tipos. Às vezes é, - como a lei de Newton, como qualquer lei científica, - uma síntese de idéias que, anteriormente, não pareciam nem se confirmar nem se contradizer, e que agora se confirmam mutuamente, já que conseqüências de um mesmo princípio. Às vezes é, como máquina industrial qualquer, uma síntese de ações que, há pouco estranhas uma às outras, se ajudam mutuamente, por uma engenhosa aproximação, através de meios solidários para um mesmo fim. A invenção do tanque (já complexo, nós o sabemos), a invenção do ferro, a invenção da força a motor do vapor, a invenção do pistom, a invenção do carril e tantas outras invenções que pareciam estranhas uma às outro e que se solidarizam na invenção da locomotiva.

Em segundo lugar, quer se trate de uma síntese de ações, de uma invenção científica ou industrial, religiosa ou estética, teórica ou prática, o método elementar que a forma pode ser chamado de um acoplamento lógico. Independentemente, com efeito, do número de idéias ou atos que uma teoria ou uma máquina sintetizam, nunca não houve mais do que dois elementos que, ao mesmo tempo, se combinaram, adaptados um ao outro, no cérebro de um inventor ou de cada um dos inventores que sucessivamente colaboraram para a sua formação<sup>13</sup>.

---

seguido de uma segunda versão em 1890, popularizando-se com o nome do seu produtor, Auer Von Welsbach. O modelo era composto de tório e ítrio, onde uma manga de algodão embebida de nitrato de tório (99 %) e de cério (1%) é calcinada: resultando uma "tela" de óxidos que, aquecida dentro de uma chama de gases, emite uma luz viva e muito branca, revolucionando, deste modo, o sistema de iluminação doméstico (Nota do Tradutor).

<sup>13</sup> - Voir, no meu livro sobre as *Lois de l'imitation*, o capítulo sobre as lexis lógicas da imitação, principalmente as páginas 175, 195 e seguintes, e, no meu livro *Logique sociale*, o capítulo sobre as leis da invenção.

Na sua Semântica, o Senhor Bréal lançou ultimamente, a propósito da linguagem, uma observação muito sutil que vem de apoio a esta observação geral: "qualquer que seja o comprimento de um (palavra) composto, este não compreende mais que dois termos". Esta regra não é arbitrária: "faz parte da natureza do nosso espírito que associam as suas idéias por pares". Em uma outra passagem relativa às figuras esquemáticas pelas quais James Darmesteter tentou tornar visível, aos olhos da evolução, os sentidos das palavras segundo vias diferentes, o mesmo autor escreveu: "É necessário se recordar bem que estas figuras complicadas têm valor apenas para um único lingüista, aquele que inventa o sentido novo (de uma palavra) esquece no momento todos os sentidos anteriores, exceto um, de modo que as associações de idéias se façam sempre de duas a duas". Sempre, assim como as oposições de idéias, que já vimos. Seria fácil, porém bem demorado, mostrar a generalidade deste método tomando sucessivamente sobre o fato cada descoberta ou cada aperfeiçoamento acrescentado uma a uma as descobertas anteriores na ordem científica, na ordem jurídica, na ordem econômica, política, artística, moral. Indicamos, antes, aqui, porém, porque isso sucede, e como o fato se torna possível e necessário.

Isso apresenta, essencialmente, que, por um lado, o passo do espírito, a sua diligência elementar, consiste de passar de uma idéia a outra, vinculando as duas por um julgamento ou por uma volição, por um julgamento que mostra a idéia do atributo implicada na do assunto, ou por uma volição que olha a idéia dos meios como implicada na do objetivo. Por outro lado, se o espírito passa de um julgamento a um outro julgamento mais complexo, de uma volição à outra volição mais compreensiva, é porque à força de repetir-se mentalmente, através desta dupla forma de imitação em si mesma que se chama memória ou hábito, um julgamento que termina em noção, fusão dos seus dois termos que ficaram soldados e indistintos, e uma volição, uma intenção, que se transforma em reflexo, cada vez menos consciente.

Por esta transformação inevitável - que se opera socialmente, sob os nomes respeitados de tradição e de costume - os nossos antigos julgamentos tornam-se aptos de atuar como noções na substância de um novo julgamento, e as nossas antigas intenções na de uma intenção nova. Este método não se altera da mais baixa a mais elevada operação do nosso entendimento e da nossa vontade. Não é que a descoberta teórica seja outra coisa que a junção judicial de um atributo, ou seja, de antigos julgamentos, em relação a um novo assunto, como não é que a descoberta prática seja

outra coisa que a junção voluntária de meios, ou seja, de um antigo fim querido por si próprio, em relação a um novo fim.

Por esta alternância, ao mesmo tempo tão simples e tão fértil, de mudanças opostas, que se sucedem indefinidamente, o julgamento passa de um objetivo de ontem a uma simples noção, onde o simples meio de hoje suscitará o julgamento ou o objetivo de amanhã, destinado ele mesmo a se deteriorar, por sua vez, consolidando-se, e assim por seqüência. Através deste ritmo social, tanto quanto psicológico, têm-se criado, gradualmente, todos os grandes edifícios de descobertas e de invenções acumuladas que provocam a nossa admiração: como as nossas línguas, e as nossas religiões, e as nossas ciências, e os nossos códigos, e as nossas administrações, e, certamente, a nossa organização militar, e as nossas indústrias, e as nossas artes.

Quando se considera um destes grandes fatos sociais, - uma gramática, um código, uma teologia, - o espírito individual parece pouca coisa frente a estes monumentos, e a idéia de ver o autor destas catedrais gigantescas como unicamente artífices individuais em relação parece ridículo a alguns sociólogos, e, sem se dar conta se renuncia, assim, de os explicar, afirmando que a obra é eminentemente impessoal, - passo cobiçado por meu eminente adversário, o Senhor Durkheim, que afirma que, distante de ser uma função de indivíduos, são seus fatores. Mas, como estas realidades sociais se fizeram? Porque, se eu combato a idéia de um organismo social, estou longe de contradizer o de certo realismo social, em que haveria de se pôr de acordo. Vejo efetivamente que, uma vez inventados, impõem-se ao indivíduo, às vezes por constrangimento, raramente, e mais freqüentemente possível por persuasão, por sugestão, e pelo prazer singular que provamos, desde o berço, a nos impregnar de exemplos os nossos milhares de modelos ambientais, como a criança a aspirar o leite da sua mãe. Vejo efetivamente este fato, mas, como tais monumentos prestigiosos dos quais falo, foram construídos, e por que, se não através de homens e esforços humanos?

Quanto ao monumento científico, o mais grandioso, talvez, dos monumentos humanos, não há dúvida possível. Edificou-se à luz da história, e seguimos o seu desenvolvimento, mais ou menos, desde o seu início até os nossos dias.

Que nossas ciências tenham começado como uma poeira de pequenas descobertas dispersa e sem relação, que se agrupou em seguida em pequenas teorias, - agrupamento em que cada partícula era, em si, uma descoberta, - elas mesmas fundidas mais tarde em teorias mais extensas, confirmadas ou retificadas por uma multidão de outras

descobertas, finalmente conectadas fortemente por arcos de hipóteses lançadas sobre elas, como invenções elevadas do espírito unitário, é indiscutível. Não são as leis, não são as teorias científicas, como não são os sistemas filosóficos por si, todos levam ainda inscritos, em si, o nome do seu inventor. Todos são de origem individual, não somente todos os materiais, mas também os planos: os planos específicos e os planos globais. Todos, mesmo os sistemas que agora se desdobram em todos os cérebros cultivados e ensinados na escola primária, tiveram início no segredo de um cérebro solitário. Local de onde esta pequena lâmpada, agitada, tímida, começou a irradiar dolorosamente, a partir de uma estreita esfera e através de contradições, até que, consolidada, ampliou-se, e se converteu em uma luz incontestável.

Mas, se é evidente que a ciência se construiu assim, é provável que a construção de um dogma, um corpo de direito, de um governo, de um regime econômico, tenha se operado de forma similar. Se há dúvidas possíveis no que diz respeito à língua e a moral, é porque a obscuridade da sua origem e a lentidão das suas transformações as oculta aos nossos olhos na maior parte do seu curso, embora seja provável que suas evoluções tenham seguido a mesma via! Não é através de minúsculas criações de expressões figuradas, de apresentações pitorescas, de palavras novas ou de novos sentidos, que a nossa língua, ao redor de nós, se enriquece, e cada uma destas inovações, para fazer parte de um comum anônimo, parte de uma iniciativa pessoal imitada progressivamente? E não são estas belezas de expressão, que pululam em cada língua, - e que as línguas em contato emprestam-se, reciprocamente, - que engrossam o seu dicionário e abrandam, se não complicam, a sua gramática? Não é, também, através de uma série de pequenas revoltas individuais contra a moral corrente, ou de pequenas adições individuais aos seus preceitos, que a moral sofre lentas modificações? E esse fato não se passa, através de fases sucessivas, - de uma era muito antiga onde as línguas eram inúmeras, mas muito pobres, e cada uma falada por uma povoação, uma tribo, uma cidade, e onde as morais eram também muito numerosas, muito diferentes e muito simples, - até a nossa época, onde um pequeno número de línguas muito ricas e morais muito complicadas está disputando a hegemonia futura do globo terrestre?

O que é necessário imputar aos adversários da teoria das causas individuais na história, é que a falsearam falando de grandes homens, onde era necessário falar de grandes idéias, freqüentemente surgidas em muitos pequenos homens e, mesmo, pequenas idéias e infinitesimais inovações trazidas por cada um de nós à obra comum. A

verdade é que todos, ou quase todos, colaboramos com estes gigantescos edifícios que nos dominam e nos protegem. Cada um de nós, tão ortodoxos quanto possamos ser, tem a sua religião, e, tão corretos quanto possamos ser, possui a sua língua e a sua moral. O mais vulgar dos cientistas tem a sua ciência, e o mais rotineiro dos administradores possui, também, a sua arte administrativa. E, estes indivíduos, possuidores de suas pequenas invenções, de forma consciente ou inconsciente, acrescentam ao legado secular fatos sociais, cujo depósito é instantâneo, e possuem, também, a sua radiação imitativa em uma esfera pessoal mais ou menos limitada, mas suficiente para prolongar a sua descoberta além da sua existência efêmera e a recolhê-la para os trabalhadores futuros que a aplicarão. A imitação, que socializa o indivíduo, perpetua de todas as partes as boas idéias, e, perpetuando-as, as aproxima e as fecunda.

Pode-se objetar, por suposto, que dado à natureza eterna das coisas na presença do espírito humano, ele mesmo persistente, a ciência humana deveria cedo ou tarde chegar, não importa por qual caminho das descobertas individuais, ao ponto onde a vemos hoje, e os nossos descendentes a verão, e que a sua forma futura, clara e gloriosa, já era predeterminada desde as primeiras percepções do cérebro selvagem. Poderão objetar ainda que, assim sendo, o acidente da engenhosidade e o papel do indivíduo, pouco importa ou perde a cada dia a sua importância à medida que se aproxima desta realidade ideal e platonicamente atrativa que deixa, desde sempre, adivinhar o seu contorno. Mas, estas objeções, se fossem verdadeiras, deveriam ser generalizadas, e resultariam, - por encadeamento qualquer de satisfações e de necessidades, nascidas alternativamente uma das outras, - em uma irresistível atração através de não se sabe quais desenhos divinos, invisivelmente imperiosos, que conduziriam a humanidade, inevitavelmente, ao mesmo termo político, econômico ou outro, à mesma constituição, à mesma indústria, a mesma língua, à mesma legislação final?

Até agora, nada de mais contrário aos fatos do que esta visão, porque, por mais que as diversas civilizações existentes tenham e continuem compartilhando a terra e se desenvolvido, - como a civilização cristã, a civilização budista, a civilização islâmica, - este desenvolvimento acentuou, e tem acentuado, ainda mais, a sua originalidade e as suas dissimilitudes. No entanto, o que me satisfaria nesta maneira de ver, é achar que ela é idealista, porém, não o é o bastante, e por isso é péssima.

Não há só uma idéia ou um pequeno número de idéias, situadas no ar, que dirigem o mundo, são milhares e

milhares que lutam pela glória de o ter realizado. Estas idéias que agitam o mundo são as idéias dos seus protagonistas: cada um deles lutando para fazer triunfar a sua, sonha com a reorganização local, nacional ou internacional que se desenvolveriam se realizando, e que, mesmo ao sucumbirem, se ampliavam às vezes. Cada indivíduo histórico é uma humanidade nova em projeto, e todo o seu ser individual, todo o seu esforço individual não é mais do que a afirmação deste universal fragmentário que se encontra nele.

Destas idéias sem número, destes grandes programas patrióticos ou humanitários, que dominam, como grandes bandeiras mutuamente rasgadas, a batalha humana, só uma sobreviverá, é possível, só uma sobre miríades, mas ela mesmo assim terá sido individual, terá brotado um dia do cérebro ou do coração de um homem. Mesmo que, efetivamente, o seu triunfo tenha sido necessário, sua carência, porém, - que se revela posteriormente e que nenhum desenvolvimento previu, e que nada pôde prever com certeza, - é apenas a expressão verbal da superioridade dos esforços individuais postos ao serviço desta concepção individual. Causa final e causas eficientes confundem-se aqui, e não é conveniente distinguí-las.

É porque qualquer construção social possui em si contribuições individuais, em todos os materiais utilizados, e mesmo em todos os planos, que se deve admitir o caráter de dificuldade soberana, dominadora, do indivíduo, que é considerado como atributo próprio e essencial da realidade social. Se fosse assim, esta realidade não se desenvolveria nunca, e os monumentos nunca teriam podido edificar-se, porque, para cada um dos seus desenvolvimentos sucessivos pela inserção de uma inovação, de uma palavra nova, de um novo projeto de lei, de uma nova teoria científica, de um novo procedimento industrial, etc., não foi apenas pela força que esta novidade se introduziu, e sim, talvez, apenas, por persuasão e sugestão suave.

Veja a maneira como se aumenta o edifício das ciências. Uma teoria por muito tempo é discutida no ensino superior, antes de propagar-se sob a forma de hipótese mais ou menos provável, descendo para o ensino secundário, onde se afirma mais resolutamente. Quando chega ao ensino primário, contudo, em geral, é que se dogmatiza completamente e exerce ou procura exercer sobre o espírito infantil, que a ela se empresta com a melhor boa vontade do mundo. A coerção, de modo algum despótica, da qual se fala é então executada. Isso significa, em outras palavras, que é em virtude da persuasão anterior que a imperiosidade atual se estabeleceu, através da propagação imitativa. É do

mesmo modo que uma novidade industrial que se espalha: como um capricho de uma elite, antes de ser por uma necessidade do público, e fazer parte dos elementos considerados socialmente necessários. Porque o luxo de hoje, é o necessário de amanhã, pela mesma razão que o ensino superior de hoje, é mesmo o ensino secundário ou primário de amanhã.

Este grande tema da adaptação social exigiria outros desenvolvimentos. Esbocei alguns no meu livro sobre a *Logique sociale* (Lógica social), ao qual me permito agora retornar. Mas é necessário limitar este assunto. Não insistirei afinal, nesta observação, infelizmente demasiado evidente, que, quanto mais as adaptações são múltiplas e mais precisas, as inaptações sociais revelam-se dolorosas e enigmáticas, justificação de tantas queixas. Estamos, porém, em condições de dizer agora, porque as harmonias naturais, assim como as simetrias naturais, são raramente perfeitas, porque se misturam sempre e escapa-se das desarmonias e as dessimetrias que contribuem, elas mesmas, às vezes, para suscitar adaptações e oposições mais elevadas.

É que a adaptação perfeita e a oposição perfeita são as duas extremidades de uma série infinita, entre as quais intervêm-se inúmeras posições. Entre a confirmação absoluta de uma tese por outra e a contradição absoluta das duas, há uma infinidade de contradições e de confirmações parciais, sem contar a infinidade dos graus de crença afirmativa e negativa. Uma pergunta seguida de uma resposta: aí está a invenção. Mas, a uma pergunta dada, mil respostas são possíveis, cada vez mais exatas e completas. Para a pergunta: a necessidade de ver, não se encontra apenas no olho humano que respondeu à natureza, mas se estende a todos os olhos de insetos, de pássaros, de moluscos. Para a questão: a necessidade de fixar a palavra, não se encontra apenas no alfabeto fenício que a respondeu.

É porque há, basicamente, em qualquer sociedade, uma multidão de pequenas ou de grandes respostas à perguntas, e uma multidão de perguntas novas que emergem destas respostas, que há também um número considerável de pequenas ou de grandes lutas entre os partidários de soluções diferentes. A luta é, apenas, o encontro de harmonias, mas este encontro não é, certamente, a única aproximação das harmonias. O acordo é a sua relação mais habitual, a produção de uma harmonia superior. A cada momento, quer falando, quer trabalhando sobre qualquer assunto, provamos uma necessidade e a satisfazemos, e, é através desta série de satisfações, de soluções, que se constitui o discurso ou o trabalho, e igualmente a política interna ou externa, a diplomacia e a

guerra, e todas as formas da atividade humana. São os esforços, muito brevemente repetidos, dos indivíduos de uma nação, para adaptar a sua língua ao seu pensamento do momento<sup>14</sup>, que têm o efeito de alterar e transformar gradualmente as línguas e de suscitar línguas novas.

Se si tivesse realizado o registro de todos esforços sucessivos, - como tentou fazê-lo, em um determinado momento, o Senhor Abade Rousselot, - se poderia afirmar o número preciso de adaptações lingüísticas elementares, nas quais uma modificação do som ou do sentido das palavras é integração. Para adaptarem os seus dogmas e os seus preceitos religiosos aos seus conhecimentos e as suas necessidades, para adaptarem também os seus costumes e as suas leis, a sua moral mesma, os indivíduos e, principalmente, os que se sentem mais inadaptados ao seu meio se não a eles mesmos, fazem do mesmo modo esforços incessantes que conduzem a pequenos achados acumulados<sup>15</sup>. E, ocasionalmente, algum grande inventor e algum grande sintonizador emergem.

As desarmonias estão para as harmonias como as dessimetrias estão para as simetrias, e as variações estão para as repetições. Ora, é apenas do seio das repetições

---

14 - Ver a este respeito a *Semântica* do Sr. Bréal.

15 - Se se quer fazer da Sociologia uma ciência realmente experimental e imprimir-lhe o profundo carimbo da precisão, é necessário, creio, pela colaboração de um grande número de observadores sacrificados, generalizar o método do Abade Rousselot no que tem de essencial. Suponha-se que vinte, trinta, cinqüenta sociólogos, nascidos em regiões diferentes da França ou em outros países, redigem, cada um à parte, com o maior cuidado e a mais meticulosidade possível, a série das pequenas transformações de ordem política, de ordem econômica, etc., que lhes foi dado observar na sua pequena cidade ou na sua povoação natal e, primeiro, no seu ambiente imediato. Suponha-se, além, que em vez de limitar-se a generalidades, notam por tabela as manifestações individuais de um aumento ou de uma baixa de fé religiosa ou de fé política, de moralidade ou imoralidade, de luxo, de conforto, de uma modificação de crença política ou religiosa, que foram feitas um dia sob os seus olhos, desde a idade da razão, na sua própria família, primeiro, depois no círculo dos seus amigos. Suponha-se, ainda, que realizem esforços, como o lingüista distinguido citado mais acima, para subir à fonte individual das pequenas diminuições, ou aumentos, ou transformações, de idéias e tendências, que se propagaram em certo grupo de pessoas e que se traduzem imperceptíveis em mudanças na linguagem, nos gestos, no lavabo, ou em quaisquer hábitos. Suponham-se, também, estes aspectos, e se verá que, do conjunto de monografias similares, eminentemente instrutivas, não poderiam faltar a de libertar-se das mais importantes verdades, mais úteis para se conhecer, não somente para o sociólogo, mas para o homem de Estado. Estas monografias narrativas difeririam profundamente das monografias descritivas e seriam também de formas diferentes, iluminadoras. São as mudanças sociais que trata de surpreender o elemento vivo e por tabela compreender os estados sociais, e o inverso não é verdadeiro. Se existe beleza em acumular constatações de estados sociais sobre todos os países do mundo, a lei da sua formação não aparece, desaparece antes sob o fardo dos documentos empilhados. Mas o que conhece efetivamente, no detalhe preciso, a mudança dos costumes sobre alguns pontos específicos, durante dez anos e em um só país, não poderia deixar de pôr a mão sobre a fórmula geral das transformações sociais, e, conseqüentemente, das formações sociais mesmas, aplicáveis em qualquer país e qualquer tempo. Seria interessante, para tal investigação, proceder através de um questionário inicialmente muito limitado: poder-se-ia interrogar-se, por exemplo, em certas regiões rurais do Midi, por que e como se introduziu e propagou-se entre os camponeses o hábito de não mais cumprimentar os proprietários abastados da sua vizinhança, - ou sob quais influências começam a se perder a fé na bruxaria, nos lobisomens, etc.

precisas, das oposições nítidas, das harmonias estreitas, que desabrocham as amostras mais caracterizadas da diversidade, do pitoresco, da desordem universal, a saber, as fisionomias individuais.

É a pouca coisa, é a coisa momentânea, é uma fisionomia de homem ou de mulher, refinada pela vida social, pela vida de imitação intensa, complicada e contínua. Mas, nada não é mais importante do que este matiz fugidio. E o pintor não perdeu o seu tempo quando chegou a fixá-lo, nem o poeta ou o romancista que o fez reviver. O pensador não tem o direito de sorrir à vista dos seus longos esforços para apreender esta coisa quase imperceptível que já deixou de ser e não mais será. Não há nenhuma ciência do individual, mas há uma arte somente do indivíduo. E o cientista, ao pensar que a vida universal é inteiramente suspensa da floração da individualidade das pessoas, deveria considerar com uma modéstia um tanto ciosa o labor do artista, se ele mesmo, imprimindo necessariamente o seu selo pessoal à sua concepção geral das coisas, lhes desse sempre um preço estético, verdadeira razão de ser do seu pensamento.

#### Conclusão

Para concluir resumo as principais conclusões do trabalho, e procuro a sua significação. Vimos que qualquer ciência vive de semelhanças, contrastes ou simetrias, e harmonias, ou seja, de repetições, oposições e adaptações, e procuramos as leis de cada um destes três termos bem como a relação de cada um deles com os outros.

Apesar da sua inclinação natural, e, a priori, tão convenientemente legítima, em unir-se aos fenômenos maiores, mais volumosos, mais prestigiosos, para explicar o menos visível, vimos que o espírito humano foi conduzido irresistivelmente ao encontro do princípio das coisas, em qualquer ordem de fatos, nos acontecimentos mais encobertos, do qual a fonte, a bem dizer, continua a lhe ser insondável. Esta constatação deveria causar uma grande surpresa, mas não é nada, tanto o hábito da observação científica nos tornou familiar esta inversão da ordem sonhada pelo pensamento nascente. A lei da repetição, por conseguinte, - quer se trate da repetição ondulatória e gravitacional do mundo físico ou da repetição hereditária e habitual do mundo vivo, ou da repetição imitativa do mundo social, - é a tendência a passar através de uma amplificação progressiva de um infinitesimal relativa a um infinito relativo.

A lei da oposição não é diferente: consiste em uma tendência a se amplificar em uma esfera sempre crescente, a partir de um ponto vivo. Este ponto, socialmente, é o cérebro de um indivíduo, a célula deste cérebro, ou se produz por

uma interferência de raios imitativos vindos da parte externa, como uma contradição de duas crenças ou de dois desejos. Tal é a oposição social elementar, princípio inicial das sangrentas guerras, assim como, a repetição social elementar é o fato individual do primeiro imitador, ponto de partida de um imenso contágio de modo.

A lei da adaptação, por último, é também similar: a adaptação social elementar é a invenção individual destinada a ser imitada, ou seja, a interferência feliz de duas imitações, em um só espírito primevo. A tendência desta harmonia interna, originalmente, não é somente a de exteriorizar-se se espalhando, mas, também, a de se acoplar logicamente, graças a esta divulgação imitativa, com alguma outra invenção. Caminha seqüencialmente, deste modo, através de contrastes e harmonizações sucessivas de conformidade, criando através destas significações sempre novas as grandes obras coletivas do espírito humano: uma gramática, uma teologia, uma enciclopédia, um corpo de direito, uma organização natural ou artificial do trabalho, uma estética, uma moral.

Portanto, em resumo, é certo que tudo vem do infinitesimal e, pode-se acrescentar, é provável que seja. É o alfa e o ômega. E tudo o que constitui o universo visível e acessível às nossas observações, sabemos, procede do invisível e do impenetrável, de um nada aparente, de onde sai toda e qualquer realidade, de forma inesgotável.

Se refletirmos sobre este estranho fenômeno, nos surpreenderemos da potência do prejuízo, ao mesmo tempo popular e científico, que pode ser observado por qualquer um. Seja por um Spencer, assim como, pelo primeiro sujeito no mundo, o infinitesimal apresenta-se como insignificante, ou seja, homogêneo, neutro, sem nada de caracterizado nem de espiritual. Ilusão não erradicada! E ainda mais inexplicável porque nós, também, da mesma maneira que qualquer ser no mundo, estamos destinados a retornar em breve, pela morte, para este infinitesimal de onde saímos, para a este infinitesimal tão desprezado - que poderia bem ser no fundo, quem sabe? toda a verdade além, todo o asilo póstumo, em vão procurados nos espaços infinitos...

Seja como for, qual a razão que temos de julgar a priori, se não conhecemos o mundo elementar, no qual o único mundo visível, o mundo espaçoso e volumoso, se encontra no teatro do pensamento, sede de fenômenos variados e vivos? Como podemos supor tal coisa, quando vemos a cada momento surgir um novo indivíduo, com a sua fisionomia clara e brilhante, do fundo de um óvulo fértil, do fundo de uma parte deste óvulo, uma parte que vai se circunscrevendo e desaparecendo à medida que visa melhor

a si própria, até não se sabe a que inimaginável ponto? Como julgar este ponto, fonte de tal diferença, em si mesmo, como não diferenciado? Sei efetivamente que vão objetar-me sobre a suposta lei da instabilidade do homogêneo. Mas é falsa, mas é arbitrária, embora tenha sido imaginada proposadamente para conciliar com a tendência de se crer como não diferenciada em si, indistinta aos nossos olhos, a evidência das diversidades fenomenais, das exuberantes variações vivas, psicológicas e sociais.

A verdade é que o heterogêneo é instável e o homogêneo é essencialmente estável. A estabilidade das coisas encontra-se em razão direta da sua homogeneidade. A única coisa perfeitamente homogênea - ou parecendo tal - na Natureza é o Espaço geométrico que não sofre mudanças desde Euclides.

Alguém pode dizer, simplesmente, que o menor germe de heterogeneidade, introduzido em um agregado relativamente homogêneo, como o fermento em uma massa pode, necessariamente, provocar uma diferenciação crescente? Se sim, eu o contesto: em um país de grande ortodoxia, de unanimidade religiosa ou política, a introdução de uma heresia, de uma dissidência, tem bem mais possibilidade de ser reabsorvida ou expulsa, do que de crescer às expensas da Igreja ou da Política imperantes. Não é que negue a lei de diferenciação nas suas aplicações orgânicas ou sociais, mas ela é mal compreendida se impede de se ver a lei de uniformização crescente que se mistura e se entrelaça.

Realmente, a diferenciação de que se quer falar é, antes, a adaptação de que já falamos. Neste sentido, por exemplo, a divisão do trabalho nas nossas sociedades não é mais do que, apenas, a associação ou a co-adaptação progressiva dos diversos trabalhos através de invenções sucessivas. Originalmente limitada à família, vai se repetindo e se amplificando incessantemente, se estendendo primeiro à cidade, onde as diversas famílias, anteriormente semelhantes umas às outras, mas diferenciadas interiormente, ficam dissimilares, porém, separadamente, mais homogêneas, passando, em seguida, a serem nacionais e internacionais.

Não é verdade, por conseguinte, que a diferença cresça se, a cada momento, aparecem, novas diferenças, as antigas diferenças se apagam. Tendo em conta esta consideração, não temos nenhuma razão de pensar que a soma das diferenças, se é que se podem somar fatos sem uma medida comum, tenha aumentado no universo.

Algo bem mais importante que um simples aumento de diferença se realiza, de forma breve, na diferenciação da

própria diferença. As mudanças existem de forma variável e, em uma certa acepção, de uma era de diferenças cridas e justapostas, como cores penetrantes e não liquefeitas, somos encaminhados para uma outra era de diferenças harmoniosamente matizadas.

Através deste caminho, não pode ser mais inconcebível que, - na hipótese de uma substância homogênea sujeita desde a eternidade à disciplina niveladora e coordenadora das leis científicas, -um universo como o nosso, arrebatado de um grande fausto de surpresas e caprichos, nunca pôde existir. Do perfeitamente semelhante e perfeitamente regular, o que teria podido nascer se este não fosse um mundo eterno e extremamente plano? Também, a esta concepção corrente do universo como formado por uma poeira infinita de elementos, onde a diversidade teria saltado não se sabe como, me permito opor a minha concepção específica. Concepção que o representa como a realização de uma multidão de virtualidades elementares<sup>16</sup>, cada uma caracterizada e ambiciosa, cada uma trazendo em si um universo distinto, um universo próprio e sonhado. Aborta, assim, uma infinidade maior de projetos elementares do que os desenvolve. É entre os sonhos concorrentes, deste modo, entre os programas rivais, bem mais do que entre os seres, que se entrega a grande batalha para a vida, eliminadora dos menos adaptados. De modo que o subsolo misterioso do mundo fenomenal seja igualmente rico em diversidades, mas diversidades outras, únicas, do que o estágio de realidades superficiais.

Mas, depois de tudo, esta metafísica que indico importa muito pouco para a exposição que a precedeu, e emito esta hipótese apenas entre parênteses, fazendo observar que, rejeitada inclusive, deixa de pé as considerações mais sólidas e mais positivas apresentadas mais acima. Permite apenas abraçar sob um mesmo ponto de vista as duas espécies de verdades, de aparência estranha umas às outras, que recolhemos ao longo do nosso caminho: a saber, as que se referem à progressão regular das repetições, das lutas, e das harmonias universais, isto é, ao lado regular mundo, alimento ciência, e as que são relativas ao lado selvagem do mundo, presas requintadas da arte em renovação perpétua, para a necessidade eterna, nos parece, do diverso, do pitoresco, do desordenado, graças ao funcionamento da assimilação, da simetria, e da harmonização universal.

---

<sup>16</sup> Ver, a este respeito, *Essais et Mélanges* (Paris-Lyon, Storck et Masson, 1895) e o ensaio intitulado *Monadologie et Sociologie* (reeditado na coleção « *Les Empêcheurs de penser en rond* », Paris, Synthélabo, 1896).

Nada mais fácil de compreender que esta aparente anomalia, se si supõe que as originalidades subfenomenais das coisas trabalham não para apagar-se mas para se desabrochar, explodir em novas possibilidades superiores. Portanto, tudo se explica. E, assim como as relações mútuas dos nossos três termos, a repetição, a oposição, e a adaptação, são facilmente compreendidas quando se considera a repetição progressiva que funciona a serviço da adaptação, - que, através de sua interferência, amplia e se desenvolve em benefício, às vezes, da oposição, que, do mesmo modo, por interferência de outra espécie, também, a condiciona, - se pode crer, por fim, que todos os três fatores colaboram juntos na expansão da variação universal sob as suas formas individuais e pessoais mais elevadas, mais largas e mais profundas.

(Outubro de 1897)

*Tradução Mauro Guilherme Pinheiro Koury*

ISSN 1676-8965  
RBSE 4 (10): 223-247  
Abril de 2005  
RESENHA

## Viver não é para principiantes

**PERES, Urânia Tourinho. *Depressão e melancolia* Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 2003. 62 p. (Coleção Psicanálise Passo a Passo - 23).**

*Por Lúcio Alves de  
Barros\**

*As lágrimas do mundo vêm em  
quantidades constantes* (Samuel Beckett)

O livro de Urânia Tourinho Peres, *Depressão e melancolia*, traz um importante resumo do já famigerado debate que trava a psiquiatria e a psicanálise acerca da depressão e, por ressonância, dos seus sintomas (PIMENTA & FERREIRA, 2003). O texto, didático - daí ter um bom lugar na coleção Passo-a-Passo da Editora Zahar - apesar de direcionado aos chamados iniciantes, condensa o debate e os conceitos sobre o início, desenvolvimento e a maturação do que se convencionou denominar de depressão.

Os leitores não vão encontrar nessa obra nenhuma solução para os problemas cognitivos e epistemológicos que cercam a definição de fenômenos empíricos que atacam determinadas pessoas em certas conjunturas históricas, tampouco vão se deparar com linhas de auto-ajuda e conselhos para “viver bem”. Pelo contrário, a autora se preocupa com a descrição, a história, as definições e as

---

\* Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFJF, mestre em Sociologia e doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela UFMG. Professor adjunto da Faculdade ASA de Brumadinho. Agradeço aos comentários da Dr<sup>a</sup> Hilbene Rodrigues Galizzi, deixando claro, obviamente, que, qualquer equívoco encontrado é de minha inteira responsabilidade.

representações efetuadas por importantes autores que se debruçaram sobre o tema da melancolia e da depressão.

O livro pode ser dividido em duas partes. A primeira traz a história, a caracterização da personalidade melancólica, a “dor de existir” e a questão do sofrimento. A autora não esquece de lembrar a longa trajetória da depressão, já encontrada nos tempos de Hipócrates (460-377 a.C.) o qual receitava ervas e remédios orais para a dor invisível que atacava a alma (SOLOMON, 2002). Mas foi durante a Idade Média que a depressão foi vista com maus olhos: acreditava-se que as pessoas que a possuíam estavam tomadas pelos “desfavores” de Deus. O Renascimento modificou esse caminho, o melancólico, antes de tudo, era um romântico, “nascido sob o signo de saturno, cuja apatia significava insight e cuja fragilidade era o preço pago pela visão artística e a complexidade da alma” (SOLOMON, 2002:264). Em outras palavras, ser melancólico não era privilégio para qualquer um, somente para artistas, filósofos e intelectuais da época. O termo melancolia era o mais utilizado e, diante das incompreensões do que se passava no espírito, haja vista que a anatomia e a genética, apenas de longe acompanhavam o desenvolvimento da ciência, optou-se por retomar a idéia de que a “melancolia decorreria de um excesso de um elemento frio e seco no organismo (a bilis negra). A teoria dos humores ainda predomina dividindo a humanidade em quatro grupos de diferentes temperamentos: o melancólico (bilis negra), o colérico (bilis amarela), o sangüíneo (sangue) e o fleumático (água)” (PERES, 2003: 15).

Somente no final do século XVIII e início do XIX é que a melancolia recebeu novas tintas de entendimento. Apelava-se - através dos sintomas - para os sentimentos de inibição, solidão, amargura e tristeza para descrever a “personalidade do melancólico”. A essas variações de humor agregavam-se explicações da era da ciência: o melancólico era um “desesperado”, “doente dos nervos”, “pessoa com problemas na cabeça”, “um apaixonado pela morte”, ou um “amante exacerbado da vida”. Na realidade, inexistiu consenso em relação às causas da melancolia nesse período. Em meados

do século XIX, principalmente com os avanços da ciência médica, apareceram os primeiros estudos sobre os “males que atacavam o espírito”; dentre os quais foram de capital importância as obras de Emil Kraepelin, Geord Beard, Martin Charcot, Sigmund Freud e Karl Abraham. Aos dois últimos, devemos a definição de neurastenia bem como toda descrição dos sintomas das psicoses, manias e depressões.

É forçoso mencionar que é nesse mesmo período que o termo melancolia foi substituído pela acepção da depressão. De acordo com Solomon (2002:264), “perturbações há muito chamadas de melancolia são agora definidas pelo termo estranhamente corriqueiro de depressão, que foi inicialmente usado em inglês para descrever o desânimo em 1660, e entrou para o uso comum em meados do século XIX”. O “novo”, nesse caso, recebeu a roupagem do velho. A depressão, como doença da moda (Solomon, 2002), ou dita por muitos como o “mal do século” tornou-se em tempos de mercado, o produto mais bem vendido pela indústria farmacêutica. Mas o que parece igualar o novo e o velho? Peres ressalta com pertinência a obra de Freud que, em *O mal-estar na civilização*, apontou para o perigoso e complexo desejo humano da eterna felicidade. A impossibilidade de ser feliz 24 horas por dia, e “amar o outro como a si mesmo” é o preço que a humanidade paga pelo avanço do processo civilizatório (FREUD, 1997). Fala-se de uma sociedade apática, reprimida e recalcada, longe do paraíso cristão. Condenados à neurose e à infelicidade restam aos seres humanos a culpa e o sofrimento. Tais sentimentos marcam com ferro e fogo a alma do deprimido que, ao sofrer uma dor que não enxerga, pena em sua singularidade. O mal-estar, aparentemente, toma-lhe a consciência, constituindo barreiras ao gozo ou mesmo ao simples enfrentamento das dificuldades provenientes do mundo da vida.

A segunda parte do livro se divide em três seções: (1ª) um retrato da depressão nos dias atuais, (2ª) a abordagem psicanalítica e (3ª) a visão da psiquiatria. No primeiro caso, a autora adverte para o caráter epidêmico da depressão que, em poucos anos, transformou-se em um dos

mais sérios problemas de saúde pública enfrentados pela Organização Mundial da Saúde. Nos EUA, no período de 1980 a 1989, por exemplo, foram registradas cerca de 2,5 a 4,7 milhões de consultas e prescrições de antidepressivos (PERES, 2003: 26). É difícil mensurar a depressão, os autores se baseiam em registros de consulta, prescrições médicas e venda de antidepressivos. Acredito que muitos confundem o que realmente é a depressão ou mesmo não possuem a mínima consciência do que estão falando. Não obstante o problema das pesquisas, os números não deixam de ser preocupantes e revelam, sem dúvida, mudanças em vários aspectos da cognição coletiva.

Na seção que se refere à abordagem da psicanálise, Peres (2003) salienta a importância da visão de três autores: Melaine Klein, Jacques Lacan e Sigmund Freud. A primeira, parte do pressuposto da existência de duas posições nas quais os indivíduos podem ser encontrados enquanto deprimidos: a posição esquizo-paranoide (presente na fase oral) e a depressiva (presente no primeiro ano de vida). Ambas são inerentes em nossa formação já na infância, e, possivelmente, em algum momento da vida, seriam ativadas. A depressão, nesta perspectiva, estaria latente na “própria constituição de todo ser humano” (PERES, 2003: 38).

Na obra de Lacan, a autora chama atenção para a presença do sentimento de perda e do luto. Afirma que o autor não trabalha de sistematicamente as questões que envolvem a depressão e a melancolia. Entretanto, pode-se inferir de sua obra a questão da “falta”, da carência de algo muito próprio dos momentos de luto e de perda. A morte de uma pessoa querida ou a perda de algo que o ser humano muito desejava é o desencadeante perfeito para os momentos de depressão. Esses momentos acionam o “vazio” existente em cada ser humano, haja vista que algo ainda não está preenchido e, provavelmente, nem venha a estar. A impossibilidade do gozo na vida se reflete em uma alma repleta de culpa, cujo resultado é o sofrimento, um sentimento que arde sem ser visto, uma dúvida latente sem resposta, um incômodo sem fim e angustiante.

Em relação à obra de Freud, a autora destaca a problemática da culpa e, novamente, do luto. Em suas palavras: “o luto é decorrente de uma perda real, morte ou abandono de uma pessoa querida, ou uma abstração que ocupe esse lugar, enquanto na melancolia encontramos uma perda mais ideal; não há clareza sobre o que realmente foi perdido. O melancólico pode saber quem ele perdeu, porém não sabe o que de fato perdeu. Enquanto no luto o perdido é absolutamente consciente, na melancolia há uma perda que foi retirada da consciência, ou seja, é desconhecida” (PERES, 2003: 35).

Esse desconhecimento, obviamente, se encerra no Eu, ao qual o superego sempre trata de acertar as contas. Para o melancólico esse acerto é um sofrimento, pois ele acha que não ama tal como os outros amam. Sua autocensura torna-se um constante sofrimento, pois ao mesmo tempo em que ela se revela como uma couraça, apresenta-se como uma cela que lhe impede de amar. Infelizmente, muitos acreditam em tais circunstâncias. Penso na existência de um outro caminho: deprimidos e melancólicos amam demais a vida e não acreditam que o amor dos outros, presente na cultura oficial do capitalismo individualista e efêmero (Lipovetsky, 2004; Costa, 2004), pode ser tão complexo quanto ao seu. Essa frustração, intensificada em um mundo dividido em amor e ódio, recalca e reprime “deprimidos” e “melancólicos”, os quais desesperados pela diferença manifesta, deixam de mostrar pulsões e desejos. O processo de “ensimesmamento” se assenta em uma alma carente do outro e distante de um mundo ideal. A representação de um mundo repleto de amor e bondade castiga a alma do deprimido e a impossibilidade desse paraíso é sua eterna ilusão. Nas palavras de Peres (2003: 37), “a tensão entre o ideal do eu e as possibilidades reais do eu gera culpa, que se presentifica na melancolia de forma bastante severa. O melancólico aceita as reprimendas do seu superego, admite a culpa e se castiga”.

Em relação à abordagem da psiquiatria, a autora revela pouco diante das várias pesquisas que vem indicando o aumento da depressão nas sociedades ditas pós-modernas.

Contudo, vale a leitura por trazer os vários mecanismos utilizados pelos seres humanos ao longo da história para afastar os males da alma. Dentre eles a autora chama atenção para a importância das poções feitas com raízes fortes, o uso do heléboro, da mandrágora, dos cataplasmas, banho de águas terminais e das drogas, como o ópio, o haxixe e a cocaína.

São importantes as linhas que tratam da primeira substância química utilizada no tratamento da depressão, a iproniazida, substância ostensivamente utilizada pelos tuberculosos. Somente em 1957 surge a imipramina, primeiro antidepressivo considerado não estimulante e de capital importância para o tratamento das depressões provenientes das neuroses (PERES, 2003: 52). Em 1987 surge a famigerada “pílula da felicidade”, o Prozac, que a despeito de alguns problemas, abre novas perspectivas para o tratamento da depressão (HOLMES, 2001). É nesse contexto que cresce a importância do estudo dos neurotransmissores, como a serotonina e a noradrenalina, substâncias químicas que passaram a ser responsáveis pela alteração do humor ou do que se convencionou denominar, nos dias atuais, de transtornos mentais (HOLMES, 2001). Tais substâncias, ao serem recaptadas, por exemplo, pela paroxetina, fluoxetina e sertralina, interferem na melhora dos quadros de humor, aliviando os sintomas da depressão. O estudo aprofundado dos neurotransmissores abriu novas perspectivas para o tratamento dos “deprimidos” e dos “melancólicos” que teimam em sonhar com um modelo ideal de felicidade. A crítica de Peres (2003), nesse sentido, não deixa de ser contundente: “à psiquiatria biológica, privilegiando a descrição de sintomas, mantém pouca preocupação etiológica e quase nenhuma pela história do paciente. Sob a bandeira de uma pretensa cientificidade, assistimos ao desprezo pela subjetividade do paciente” (PERES, 2003: 54). Todavia, a autora esquece que o mundo da vida não espera e tampouco respeita a singularidade e o sofrimento dos indivíduos. A psicanálise, a despeito da importância do divã e da recuperação dos retalhos de um tecido da subjetividade que ficaram no caminho, oferece perspectivas em longo prazo. Entretanto, a lógica da

sociedade é outra, ela exige velocidade, uma pretensa beleza, saúde, coragem e vigor. Em poucas palavras, a sociedade - fascista, competitiva, desumana e impaciente - tem por desejo resultados imediatos, mensuráveis e objetivos. Certamente é de fundamental importância a asserção acerca do sentido da existência humana e como os seres humanos devem proceder para o preenchimento do vazio existencial (FRANKL, 1990, 2001). Também faz algum sentido a preservação do direito à tristeza, ao luto e à melancolia. Homens e mulheres não são máquinas e sabemos que o corpo e a mente envelhecem carregando as marcas do tempo e da história. Infelizmente, a maioria dos seres humanos não está preparada para viver as metamorfoses, próprias das condições objetivas da passagem da vida (KEHL, 2003). Nesta situação, se inexistente a “pílula da felicidade” e estamos distantes de uma sociedade benevolente e igualitária, longe dos preceitos de Cristo e das filosofias de Marx, é melhor que venham os sintomas e, conseqüentemente, os avanços da ciência e dos medicamentos para que, aliviados temporariamente, a vida seja, pelo menos, mais suportável.

### **Referências Bibliográficas**

COSTA, Jurandir Freire. O vestígio e a aura. Corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

FRANKL, Viktor Emil. Em busca de sentido. Um psicólogo no campo de concentração. Trad. Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. 14<sup>a</sup> ed.. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

FRANKL, Viktor Emil. Psicoterapia para todos: uma psicoterapia coletiva para contrapor-se à neurose coletiva. Tradução: Antônio Estevão Allgayer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1990.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1997.

HOLMES, David S. Psicologia dos transtornos mentais. Tradução: Sandra Costa. 2<sup>a</sup> ed.. Porto Alegre, RS: Ed. Artes Médicas, 1997.

KEHL, Maria Rita. As máquinas falantes. In: NOVAES, Adauto (Org.) O homem-máquina: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2003. pp. 243-260.

LIPOVETSKY, Gilles. O império do efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas. Trad. Maria Lúcia Machado. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2003.

PIMENTA, Arlindo Carlos & FERREIRA, Roberto Assis. O sintoma na medicina e na psicanálise - notas preliminares. Revista Médica de Minas Gerais, Órgão Oficial da Associação Mineira de Educação Médica, Belo Horizonte, vol. 13, nº 03, p. 221-228, julho a setembro de 2003.

SOLOMON, Andrew. O demônio do meio-dia. Uma anatomia da depressão. Tradução Myriam Campello. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2002.

### Colaboradores deste número

**Luiz Achutti** - Fotógrafo e fotojornalista, professor do departamento de artes visuais do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro pesquisador do Laboratoire d'Anthropologie Visuelle et Sonore du Monde Contemporain da Université Paris 7.

**Matias Recart** - Fotógrafo e renomado documentalista Mexicano.

**Evelin Gerda Lindner** - Doutora em Psicologia e Medicina e Professora Instituto da Psicologia da Universidade de Oslo.

**Mauro Guilherme Pinheiro Koury** - Professor do Departamento de Ciências Sociais e coordenador do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia da Emoção e do GREI – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Imagem da Universidade Federal da Paraíba.

**Jorge Lozano** - Profesor-Investigador del CIESAS-Centro, México.

**Hugh Miller** - Professor do Departamento de Ciências Sociais da Nottingham Trent University, UK.

**Roberta Bivar Carneiro Campos** - Professora Adjunta em Antropologia da UFPE. PhD em Antropologia Social pela University of St. Andrews- Escócia.

**Edições do GREM, 2005**

**Copyright © 2002 GREM**

**Esta publicação está licenciada sob uma Licença Creative Commons.**

**Todos os direitos reservados.**

**Os textos aqui publicados podem ser divulgados,  
desde que conste a devida referência bibliográfica.**

**O conteúdo dos artigos e resenhas  
é de inteira responsabilidade de seus autores.**